



Millennium AGRO NEWS

#26

Dezembro 2025

PDR
2020

PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO
RURAL 2014 · 2020

Em análise

PDR 2020

Uma década de investimento rural:
ponto de situação e impacto do
maior programa de desenvolvimento
rural em Portugal Continental

Setor Apícola Nacional

Opinião

PDR 2020 – Entre crises e transições.
Entre modernização e resiliência.
– GPP

Encerramento de um ciclo de mais de
uma década de apoio ao investimento:
balanço e legado do PDR 2020
– PDR 2020/PEPAC

Apicultura: a crise começa no mercado
– FNAP

Notícias

Millennium volta a marcar
presença em mais uma edição
da “Lisbon AGRI Conferences”

Editorial

Prestar contas!

Em análise

PDR 2020 Análise (2014-2025)

Visão global dos projetos aprovados

Visão temporal

Distribuição territorial e operacional

Distribuição do financiamento por concelho

Análise em foco: Medida 3 – Valorização da produção agrícola

Opinião

PDR 2020 – Entre crises e transições. Entre modernização e resiliência

Eduardo Diniz (Diretor-Geral do Gabinete de Planeamento e Políticas – Ministério da Agricultura e do Mar)

Encerramento de um ciclo de mais de uma década de apoio ao investimento: balanço e legado do PDR 2020

Rogério Ferreira (Presidente da Comissão Diretiva da Autoridade de Gestão do PEPAC no Continente)

Setor Apícola Nacional

01.

Introdução: A crescente representatividade da Apicultura

02.

Estrutura e evolução do setor apícola em Portugal

03.

Análise de estatísticas nacionais: produção, custos e mercado

04.

Comércio internacional: Balança comercial

05.

O setor apícola português no contexto europeu e mundial

06.

Perspetivas e instrumentos de apoio

Opinião

Apicultura: a crise começa no mercado

João Diogo Casaca
Secretário-Geral da Federação Nacional dos Apicultores de Portugal (FNAP)

Notícias

Millennium volta a marcar presença em mais uma edição da “Lisbon AGRI Conferences”



Prestar contas!



Quando, em 2014, se iniciou o Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 (PDR 2020) – enquadrado no segundo pilar da Política Agrícola Comum e financiado pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) –, poucos poderiam antecipar a sucessão de acontecimentos que moldariam a sua execução até aos dias de hoje.

Desde então, o PDR 2020 tornou-se no Programa mais longo da história dos Fundos Europeus para a Agricultura em Portugal Continental, correspondendo a um ciclo de mais de uma década de investimento.

O seu arranque coincidiu com a saída portuguesa da crise económica e financeira da dívida soberana e da intervenção da “troika”. Foi um tempo de austeridade e de novos instrumentos de governação, que condicionaram a forma como o país encarava o futuro.

A União Europeia debatia-se com desafios políticos e geoestratégicos – novos e dramáticos – como a eclosão da crise migratória de 2015, quando mais de um milhão de emigrantes aqui chegou, atravessando o Mediterrâneo, para países como a Grécia, Itália, Chipre, Malta e Espanha.

Os problemas sociais ampliar-se-iam, com a pandemia global de COVID-19, e adensavam-se nas questões políticas e económicas sucessivas que evoluíram do Brexit, passando pela invasão e guerra da Ucrânia, a crise inflacionista e as perturbações nos mercados – com o aumento dos preços das matérias-primas e a disrupção nas cadeias globais de fornecimento.

Foi neste contexto de constante incerteza que se desenvolveu a estratégia nacional e europeia, atenta à necessidade de introduzir medidas excecionais, promovendo reprogramações e, de forma inédita, ampliando significativamente os fundos disponíveis através do NextGenerationEU.

Em suma, o PDR 2020 evoluiu de uma perspetiva inicial de investimento para uma lógica de resposta – em permanente continuidade – a crises e reforço da resiliência.

Agora, já mais próximos da entrega da declaração de encerramento à Comissão Europeia, é importante que façamos a sua avaliação crítica para assegurar o balanço do que foi alcançado e do que ficou por fazer. Foi com esse objetivo que pedimos à AGROGES a elaboração do exame que se desenvolve nesta edição.

Porém, a #26 Agro News ficaria prejudicada, caso não pudesse veicular o ponto de vista, legítimo, das lideranças nacionais mais diretamente envolvidas na operacionalização e concretização do PDR 2020, com o depoimento dos principais protagonistas deste dossier.

Pedimos a colaboração do Eng.º Eduardo Diniz, Diretor-Geral do GPP – Gabinete de Planeamento e Políticas do Ministério da Agricultura e do Mar que, ao longo de todo este período, teve a responsabilidade pela coordenação e avaliação das negociações e acompanhamento do PDR 2020 com a Comissão Europeia, em Bruxelas, bem como pela produção da legislação enquadadora na sua implementação.

O PDR 2020 evoluiu de uma perspetiva inicial de investimento para uma lógica de resposta a crises e reforço da resiliência.



Convidámos, igualmente, o Mestre Rogério Ferreira, Diretor-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), entidade que acumulou com o da Autoridade de Gestão do PDR 2020, portanto, como responsável máximo pela sua execução e supervisão, para uma retrospectiva detalhada centrada na gestão, acompanhamento e resultados.

Mas esta edição não se limita ao PDR 2020. Na #26 Agro News, quisemos ainda dar conta da realidade atual do setor da Apicultura, que precisa de voz e reconhecimento para o seu papel insubstituível.

Tantas vezes secundarizado, ou até mesmo ignorado, o setor da Apicultura é vital para a natureza e para o mundo rural. Os desafios internos e externos com que se debate, gerados no contexto duma atividade económica exigente, também preocupada com as diferentes dimensões das alterações climáticas, parece continuarem à margem da opinião pública e do consumidor.

Com esta base de partida solicitámos, no âmbito da nossa parceria com a AGROGES, um outlook sobre o presente ponto de situação

no setor. Para além de reconhecer o insubstituível desempenho na polinização, na biodiversidade e na sustentabilidade, acresce que a Apicultura se debate também com novos problemas de mercado.

Fica aqui a nossa contribuição para este destaque mais do que justificado.

Quase no final do ano, deixo ainda uma nota orgulhosa para o nosso desempenho comercial. Em 2025, o Millennium fixou-se como a principal instituição financeira a executar a linha de garantia InvestEU e a linha Exportadoras, junto do Banco Português de Fomento. Em parceria com os nossos Clientes do setor primário, confirmamos que também aqui somos o Banco Líder.

A fechar, quero desejar **Boas Festas e um Bom Ano** a todos os leitores.

Vamos com tudo.

João Nuno Palma

Vice-presidente da Comissão Executiva



EM ANÁLISE

Em 2014, iniciou-se o exercício do Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 (PDR 2020) enquadrado no segundo pilar da Política Agrícola Comum (PAC) e financiado pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER). Desde então, o PDR 2020 tornou-se no Programa mais longo da história dos Fundos Europeus para a Agricultura em Portugal Continental, correspondendo a um ciclo de mais de uma década de investimento na agricultura e na floresta nacional. Agora, quando estamos mais próximos da entrega da declaração de encerramento à Comissão Europeia, é muito importante fazermos uma avaliação, bem como o balanço, da sua implementação. Foi com esse objetivo que pedimos à AGROGES a elaboração da análise que se apresenta nas páginas seguintes desta Millennium Agro News.

AGROGES

Dados atualizados em 24/10/2025

PDR 2020 (2014-2025)

Visão global dos projetos aprovados

Entre 2014 e 2025, foram aprovados 39,8 mil projetos, correspondendo a um montante global de financiamento (ajudas) de 1,96 milhões de euros. O financiamento médio aprovado por projeto fixou-se em cerca de 49 mil euros, refletindo a predominância de operações de pequena e média escala.

Alentejo, Norte e Centro concentram juntos mais de 90% do montante de financiamento aprovado, espelhando o peso agrícola e florestal destas regiões. O Alentejo lidera em montante total de apoio aprovado (aproximadamente 750 milhões de euros), enquanto o Norte lidera em número de projetos aprovados (aproximadamente 19 mil projetos), refletindo o contraste entre as explorações extensivas da região sul e o minifúndio predominante na região Norte. A Grande Lisboa apresenta um montante de financiamento aprovado médio por projeto mais elevado (aproximadamente 112 mil euros/projeto), indicador de projetos de maior dimensão, sobretudo ligados à transformação e comercialização.

A Medida 3 – Valorização da Produção Agrícola domina claramente o programa PDR 2020, absorvendo cerca de 67% do montante total, seguida das medidas LEADER (Medida 10) e Proteção e Reabilitação de Povoamentos Florestais (Medida 8). Este padrão de distribuição confirma que o PDR 2020 canalizou a maioria dos fundos para reforçar a base produtiva agrícola nacional, ao mesmo tempo que manteve uma componente de coesão territorial e sustentabilidade florestal – um equilíbrio entre competitividade, ocupação do território e proteção ambiental.

Legenda

1. Inovação **2.** Conhecimento **3.** Valorização da produção agrícola **4.** Valorização dos recursos florestais **5.** Organização da produção **6.** Gestão do risco e restabelecimento do potencial produtivo **7.** Agricultura e recursos naturais **8.** Proteção e reabilitação de povoamentos florestais **9.** Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas **10.** LEADER **20.** Assistência técnica **21.** Apoio temporário excecional aos agricultores e às PME afetados pela crise da COVID-19 **22.** Medida de apoio excecional e temporária aos agricultores em resposta ao impacto da invasão da Ucrânia pela Rússia **23.** Apoio temporário e excecional em resposta a catástrofes naturais reconhecidas

39.763

TOTAL DE PROJETOS APROVADOS

24.324

NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS

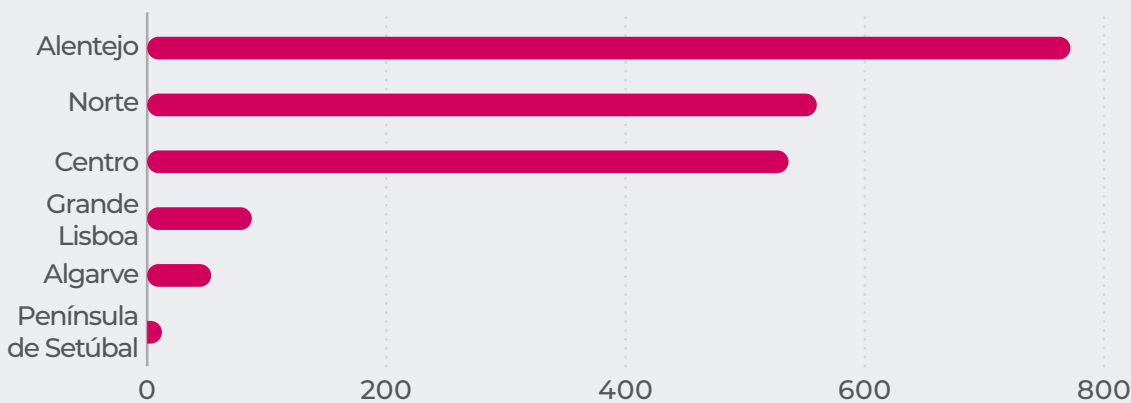
1.964 M€

MONTANTE TOTAL APROVADO

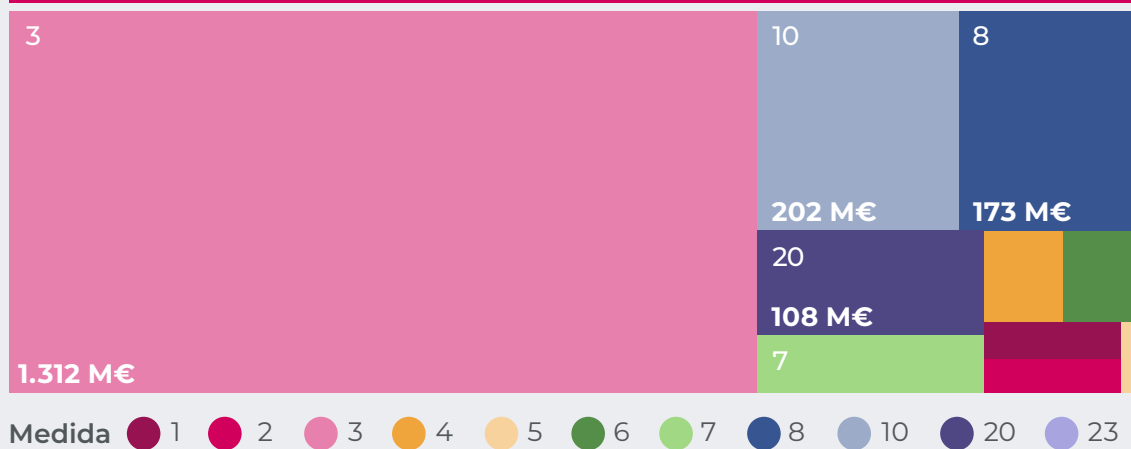
49.031 €

MONTANTE MÉDIO APROVADO POR PROJETO

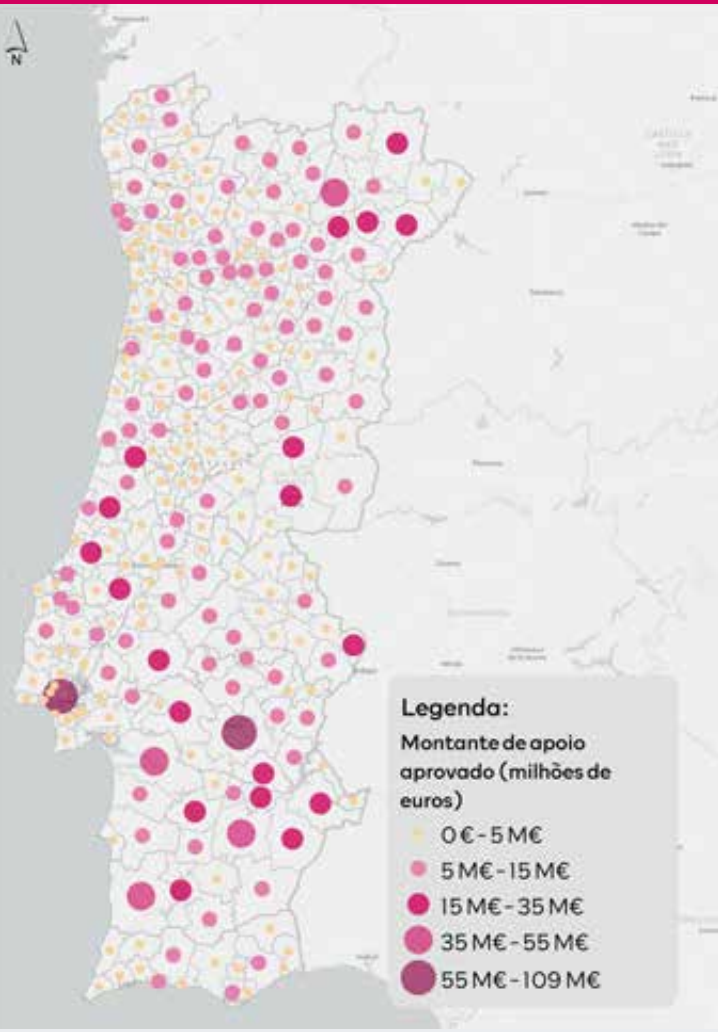
Montante aprovado por NUTS II (milhões de euros)



Peso relativo das medidas (milhões de euros)



Montante de apoio aprovado por concelho



Dados atualizados em 24/10/2025

PDR 2020 (2014-2025)

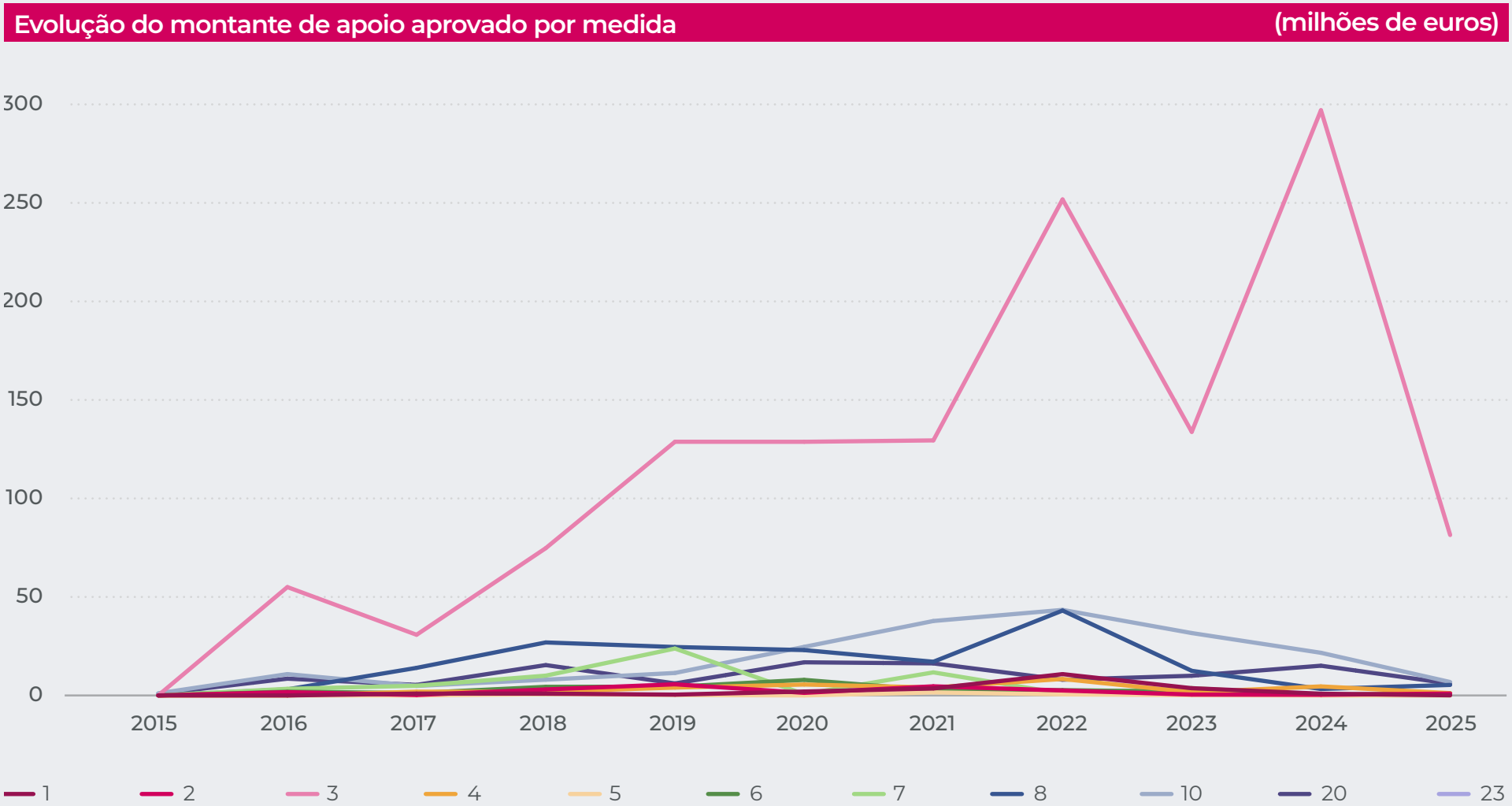
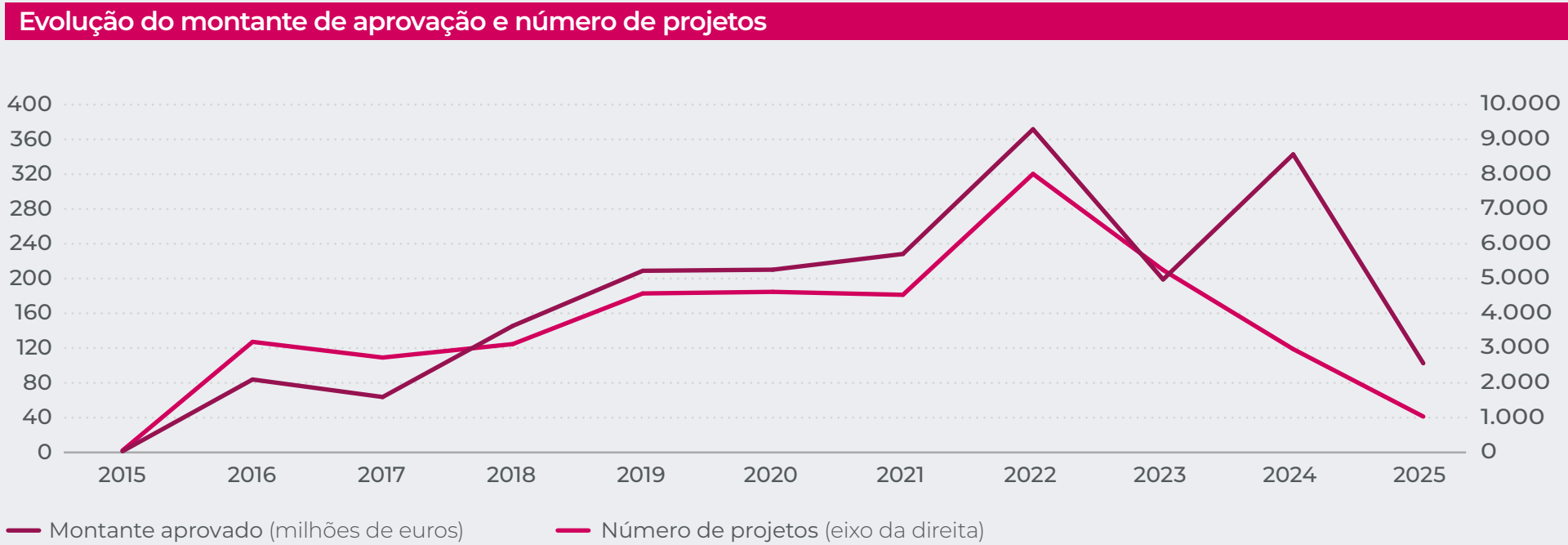
Visão temporal

No início, o programa PDR 2020 teve um nível de aprovação de projetos pouco significativo e com baixa intensidade, reservado a projetos dentro das medidas de Assistência Técnica e LEADER. A partir de 2018, o ritmo de execução do programa e de aprovações de projetos acelerou e o programa entrou numa fase de consolidação, com montantes de apoio aprovado em crescimento contínuo até 2021. O pico máximo de execução do programa registou-se em 2022 (372 milhões de euros) refletindo várias opções de reforço orçamental e a maturação das medidas de investimento produtivo agrícola. Em 2023, o volume de financiamento aprovado decresceu significativamente (-46,4%), tendo aumentado 72,1% em 2024, com a concentração das aprovações de projetos de maior escala e fecho de avisos plurianuais.

Ao analisar a evolução do montante de apoio aprovado por Medida, verifica-se que a trajetória de evolução do montante de apoio aprovado ao longo dos anos é, essencialmente, moldada pelos investimentos aprovados na Medida 3. De facto, a evolução da execução global do PDR 2020 reflete, sobretudo, o impacto dos apoios ao investimento nas explorações agrícolas, transformação e regadio. As restantes medidas – LEADER (Medida 10) e Proteção Florestal (Medida 8) – asseguram estabilidade e continuidade territorial, funcionando como base de execução mais constante.

Legenda

1. Inovação **2.** Conhecimento **3.** Valorização da produção agrícola **4.** Valorização dos recursos florestais **5.** Organização da produção **6.** Gestão do risco e restabelecimento do potencial produtivo **7.** Agricultura e recursos naturais **8.** Proteção e reabilitação de povoamentos florestais **9.** Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas **10.** LEADER **20.** Assistência técnica **21.** Apoio temporário excecional aos agricultores e às PME afetados pela crise da COVID-19 **22.** Medida de apoio excecional e temporária aos agricultores em resposta ao impacto da invasão da Ucrânia pela Rússia **23.** Apoio temporário e excecional em resposta a catástrofes naturais reconhecidas

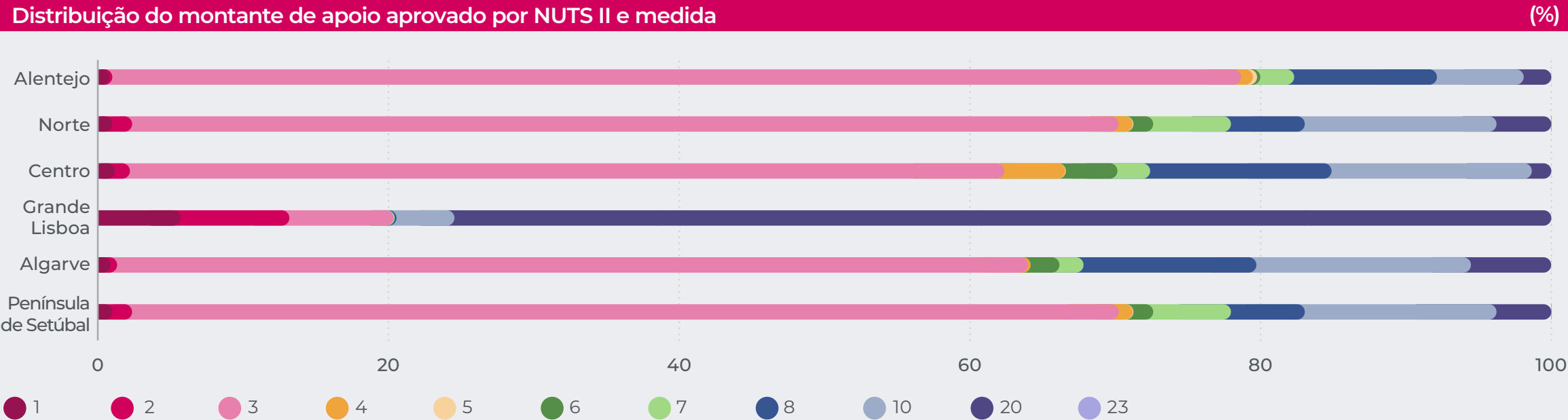


Dados atualizados em 24/10/2025

PDR 2020 (2014-2025) Distribuição territorial e operacional

As regiões do Alentejo, Centro e Norte concentram a maioria do financiamento aprovado, refletindo o peso da agricultura e da floresta nessas regiões. O Alentejo destaca-se com uma percentagem mais elevada do montante aprovado na Medida 3 – Valorização da Produção Agrícola (78%), seguida da Medida 8 – Proteção e Reabilitação de Povoamentos Florestais (10%), traduzindo a forte aposta na modernização produtiva e no regadio, assim como na valorização dos espaços florestais.

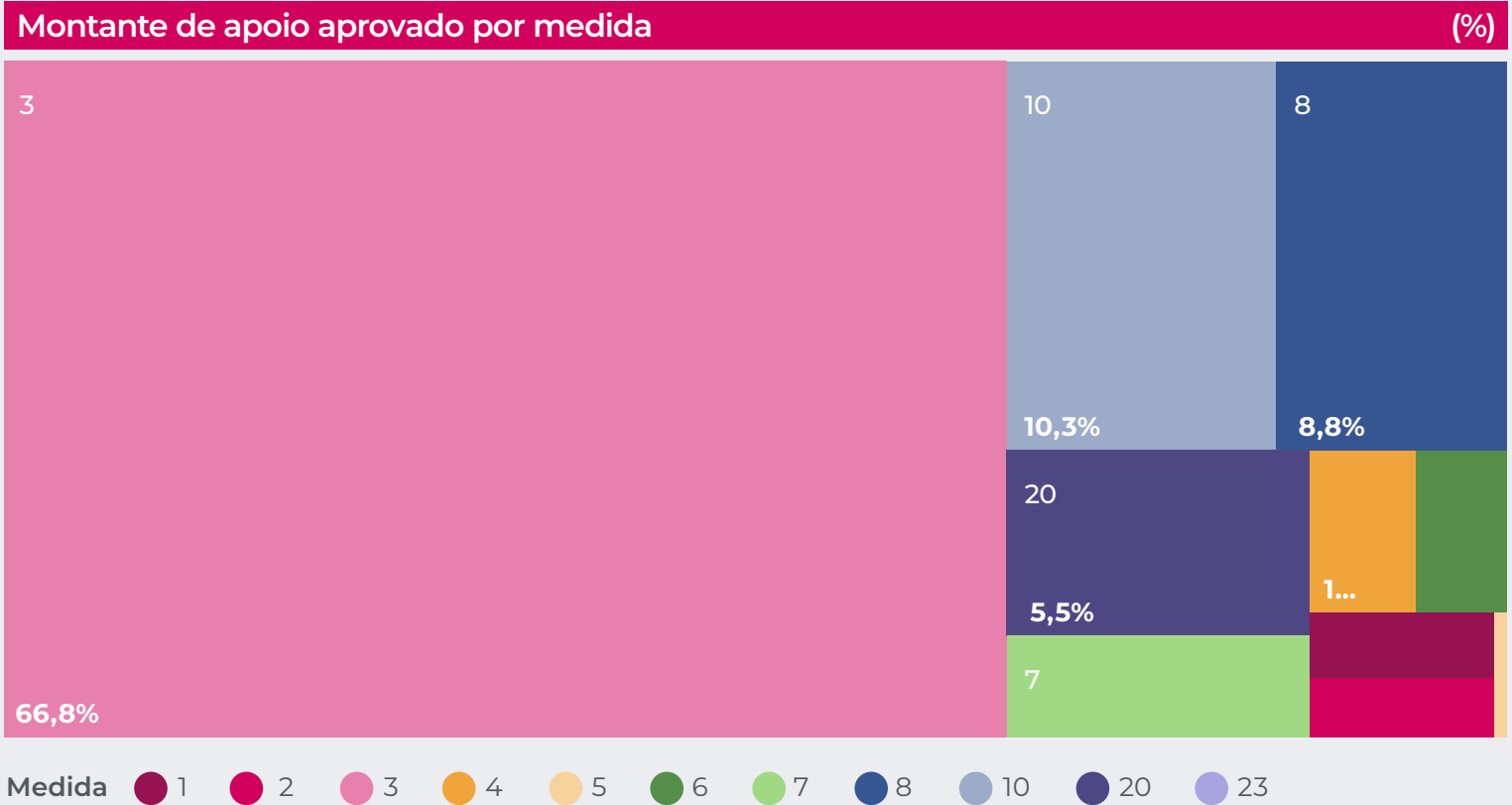
De uma forma geral, esta tendência repete-se no Centro e no Norte, onde a Medida 3 mantém um peso dominante (60% e 68% do total de financiamento aprovado, respetivamente), complementada pela Medida 10 – LEADER (14-



13%) e pela Medida 8 (12– 5%), que asseguram o equilíbrio entre o investimento produtivo, a valorização florestal e o desenvolvimento local.

A Grande Lisboa apresenta um padrão distinto: a Medida 20 – Assistência Técnica concentra cerca de 75% do montante de apoio aprovado, refletindo o papel administrativo e de apoio à gestão do programa, enquanto as medidas produtivas têm uma expressão residual.

Na Península de Setúbal, no Algarve e também no Centro e Norte, a Medida 10 – LEADER surge em segundo lugar, em termos de relevância nas medidas de apoio, com percentagens entre 14% e 24%, evidenciando a importância do desenvolvimento local e da diversificação económica nestes territórios.



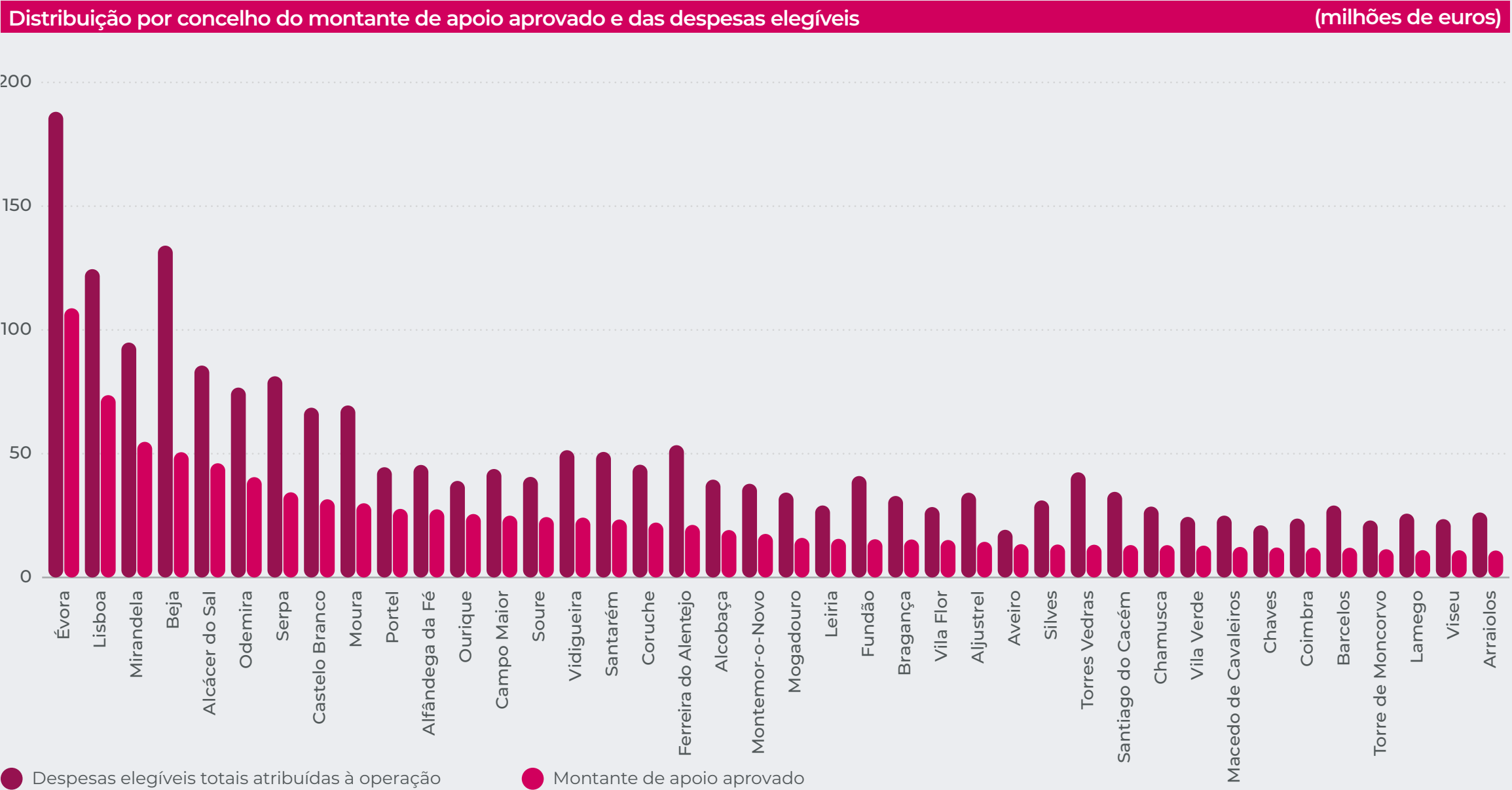
Legenda
1. Inovação 2. Conhecimento 3. Valorização da produção agrícola 4. Valorização dos recursos florestais 5. Organização da produção 6. Gestão do risco e restabelecimento do potencial produtivo 7. Agricultura e recursos naturais 8. Proteção e reabilitação de povoamentos florestais 9. Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas 10. LEADER 20. Assistência técnica 21. Apoio temporário excecional aos agricultores e às PME afetados pela crise da COVID-19 22. Medida de apoio excecional e temporária aos agricultores em resposta ao impacto da invasão da Ucrânia pela Rússia 23. Apoio temporário e excecional em resposta a catástrofes naturais reconhecidas

PDR 2020 (2014-2025)

Distribuição do financiamento por concelho

Analisando a distribuição do montante de ajudas aprovadas no PDR 2020 ao nível concelhio, é possível observar que os concelhos onde se registaram maiores níveis de ajudas aprovadas foram Évora, Lisboa, Mirandela, Beja e Alcácer do Sal. Estes concelhos evidenciam uma dispersão territorial significativa que, quando combinada com a análise do peso de cada medida no montante de apoio aprovado, demonstram a prevalência da Medida 3 – Valorização da Produção Agrícola ao longo de quase todo o território.

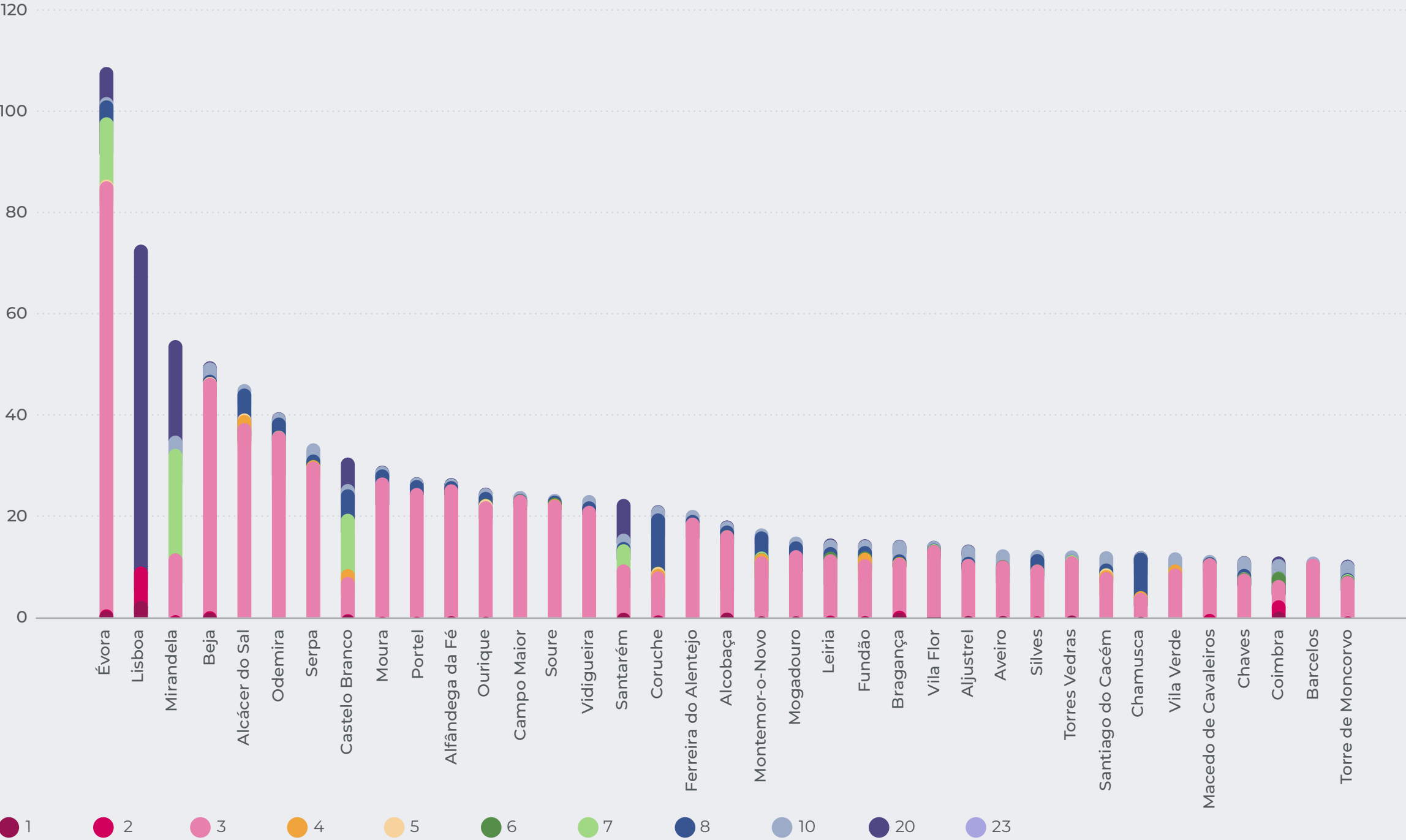
No entanto, em Lisboa, o montante de apoio aprovado é quase totalmente dedicado à Medida 20 – Assistência Técnica, refletindo o papel administrativo da região no contexto do programa. Já em Mirandela, observa-se também um montante relevante associado à Assistência Técnica e à Medida 7 – Agricultura e Recursos Naturais, evidenciando uma aplicação mais diversificada dos apoios e a relevante importância das medidas Agroambientais nesta região.





Distribuição do montante de apoio aprovado por medida e por concelho

(milhões de euros)



Legenda

1. Inovação **2.** Conhecimento **3.** Valorização da produção agrícola **4.** Valorização dos recursos florestais **5.** Organização da produção **6.** Gestão do risco e restabelecimento do potencial produtivo **7.** Agricultura e recursos naturais **8.** Proteção e reabilitação de povoamentos florestais **9.** Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas **10.** LEADER **20.** Assistência técnica **21.** Apoio temporário excecional aos agricultores e às PME afetados pela crise da COVID-19 **22.** Medida de apoio excecional e temporária aos agricultores em resposta ao impacto da invasão da Ucrânia pela Rússia **23.** Apoio temporário e excecional em resposta a catástrofes naturais reconhecidas

Dados atualizados em 24/10/2025

PDR 2020 (2014-2025) – Análise em foco: Medida 3 – Valorização da produção agrícola

A Medida 3 representa o núcleo de execução do PDR 2020, concentrando 1,31 mil milhões de euros de financiamento aprovado e mais de 23 mil projetos, o que equivale a cerca de 67% do montante total do programa. Esta medida articula o apoio à modernização das explorações agrícolas, à instalação de jovens agricultores, à transformação agroindustrial e ao reforço das infraestruturas coletivas de regadio, constituindo a espinha dorsal do investimento produtivo agrícola em Portugal.

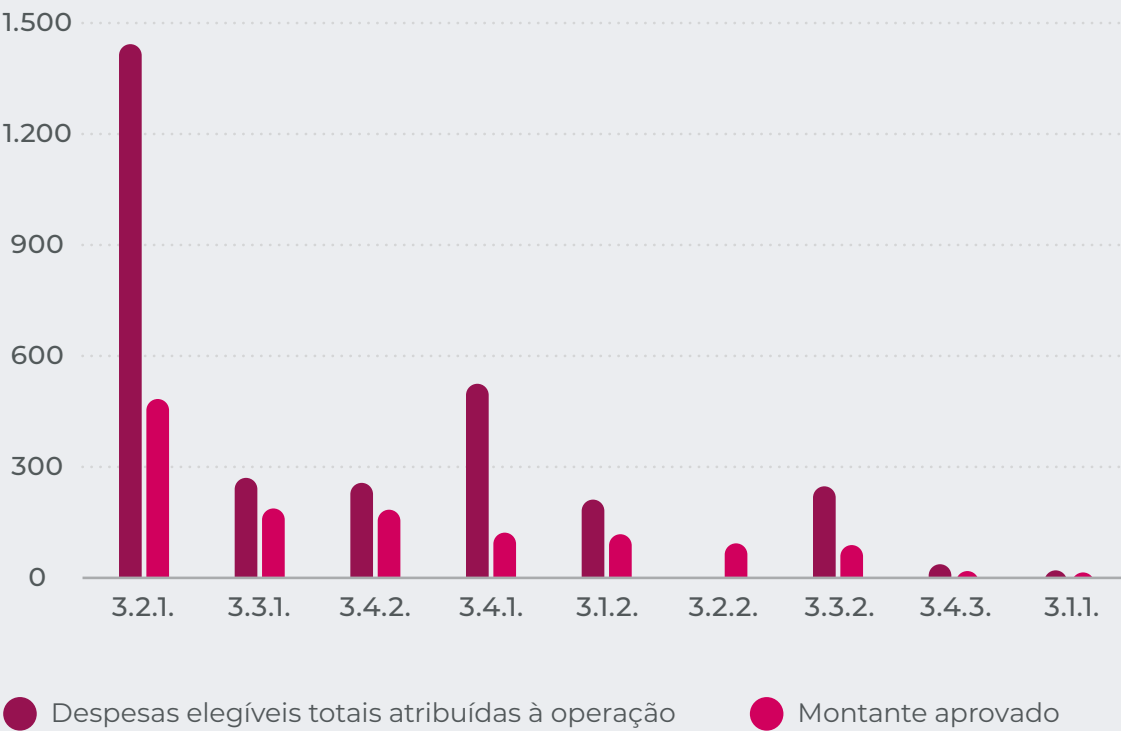
A análise do montante de apoio aprovado revela que os investimentos nas explorações agrícolas (Operação 3.2.) dominam, absorvendo 46% do financiamento aprovado para a medida, seguidos pelas infraestruturas de regadio e drenagem (Operação 3.4.), com 29%. Os apoios à instalação de jovens agricultores (Operação 3.1.) representam 14% do total de ajudas aprovadas, reforçando a renovação geracional, enquanto a transformação e comercialização (Operação 3.3.) totaliza 11%, orientando-se para o aumento do valor acrescentado. Em conjunto, estes blocos traduzem um programa fortemente dirigido à modernização produtiva e à eficiência dos recursos.

Do ponto de vista territorial, o financiamento aprovado apresenta grande contraste espacial: os concelhos do Alentejo e Ribatejo concentram as maiores intensidades do montante de apoio aprovado por hectare (euros/hectare), refletindo projetos empresariais e de regadio com grandes níveis de investimento, enquanto o Norte e o Centro evidenciam dispersão de pequenos investimentos típicos do minifúndio.

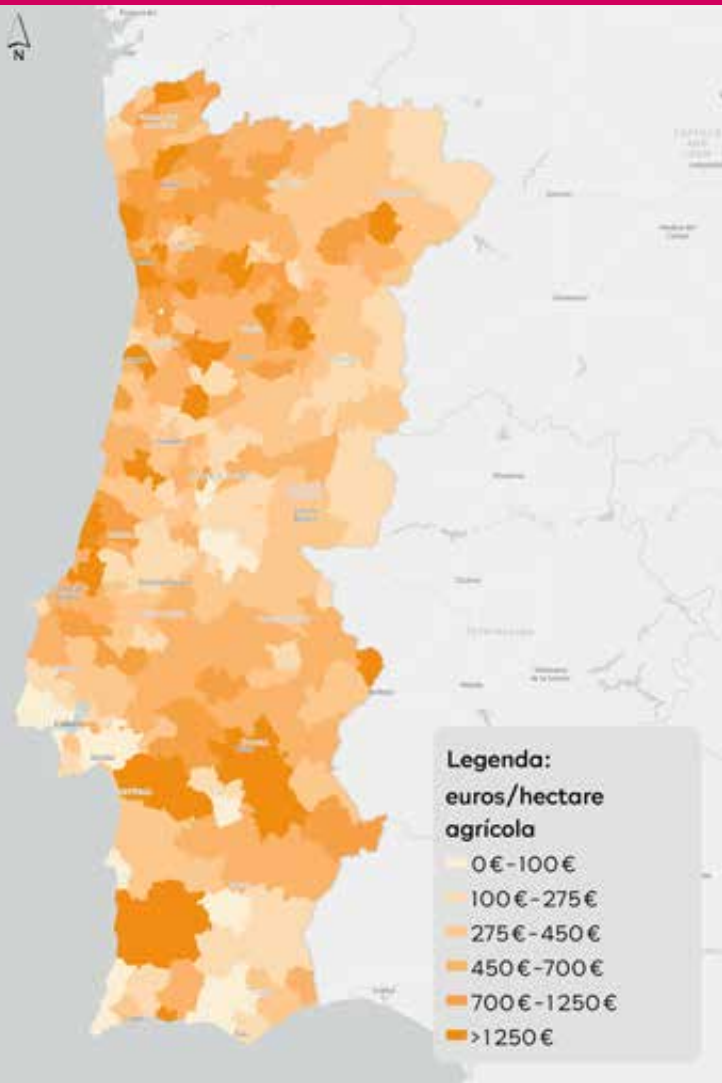
Legenda

3.1.1. Jovens agricultores **3.1.2.** Investimentos de jovens agricultores na exploração agrícola **3.1.3.** Investimentos de jovens agricultores na exploração agrícola apoiados por um instrumento financeiro **3.2.1.** Investimento na exploração agrícola **3.2.2.** Pequenos investimentos nas explorações agrícolas **3.2.3.** Investimentos nas explorações agrícolas apoiado por instrumento financeiro **3.3.1.** Investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas **3.3.2.** Pequenos investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas **3.3.3.** Investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas apoiado por um instrumento financeiro **3.4.1.** Desenvolvimento do regadio eficiente **3.4.2.** Melhoria da eficiência dos regadios existentes **3.4.3.** Drenagem e estruturação fundiária

Montante de apoio aprovado por operação (milhões de euros)



Montante de apoio aprovado na Medida 3 por área agrícola em cada concelho



23.105
PROJETOS

1.312 M€
MONTANTE
DE APOIO
APROVADO

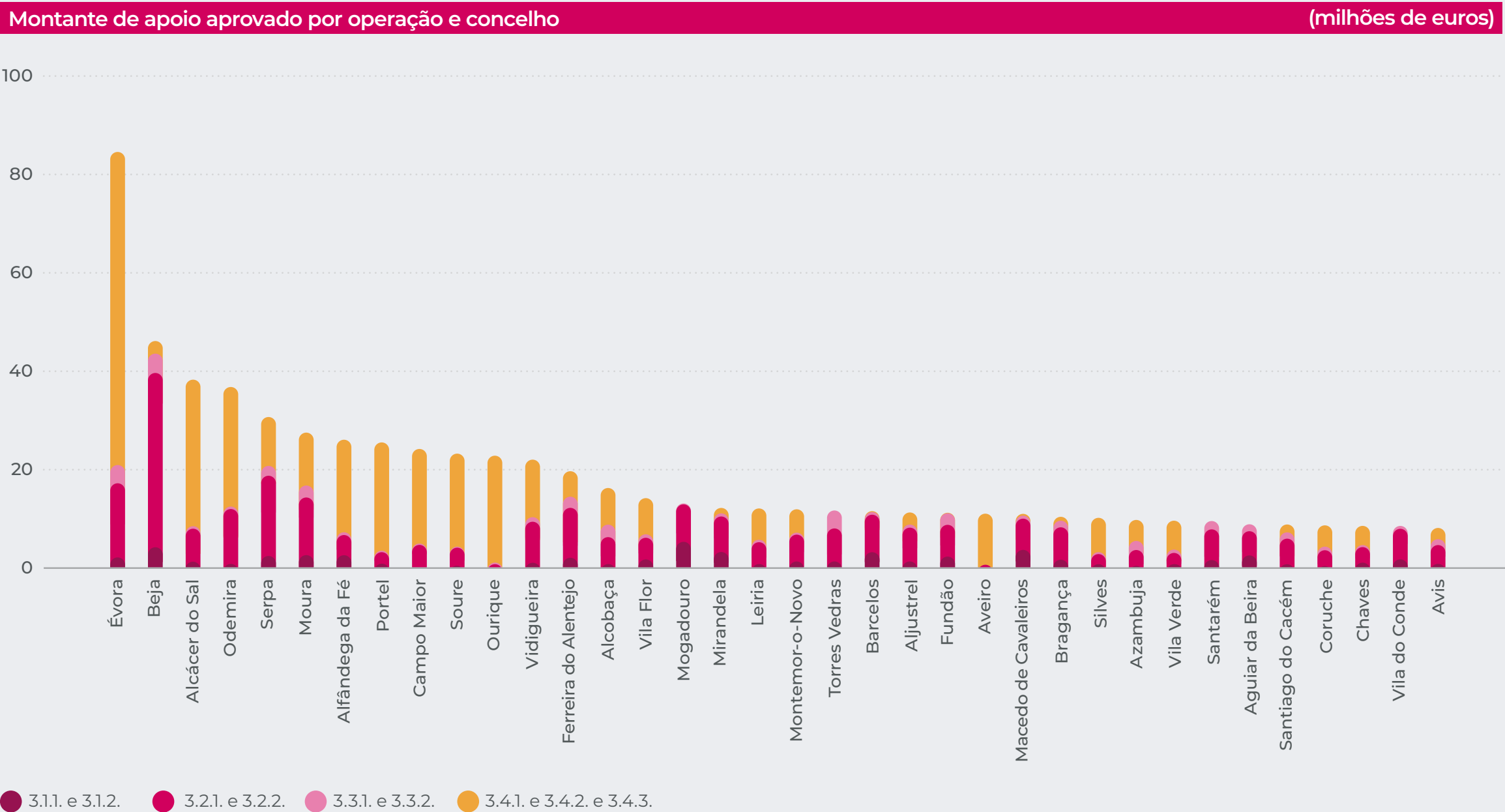
15.043
NÚMERO
DE
BENEFICIÁRIOS

56.616 €
MONTANTE MÉDIO
POR PROJETO
APROVADO

579,6 €/ha
MONTANTE
POR HECTARE
(COS23)

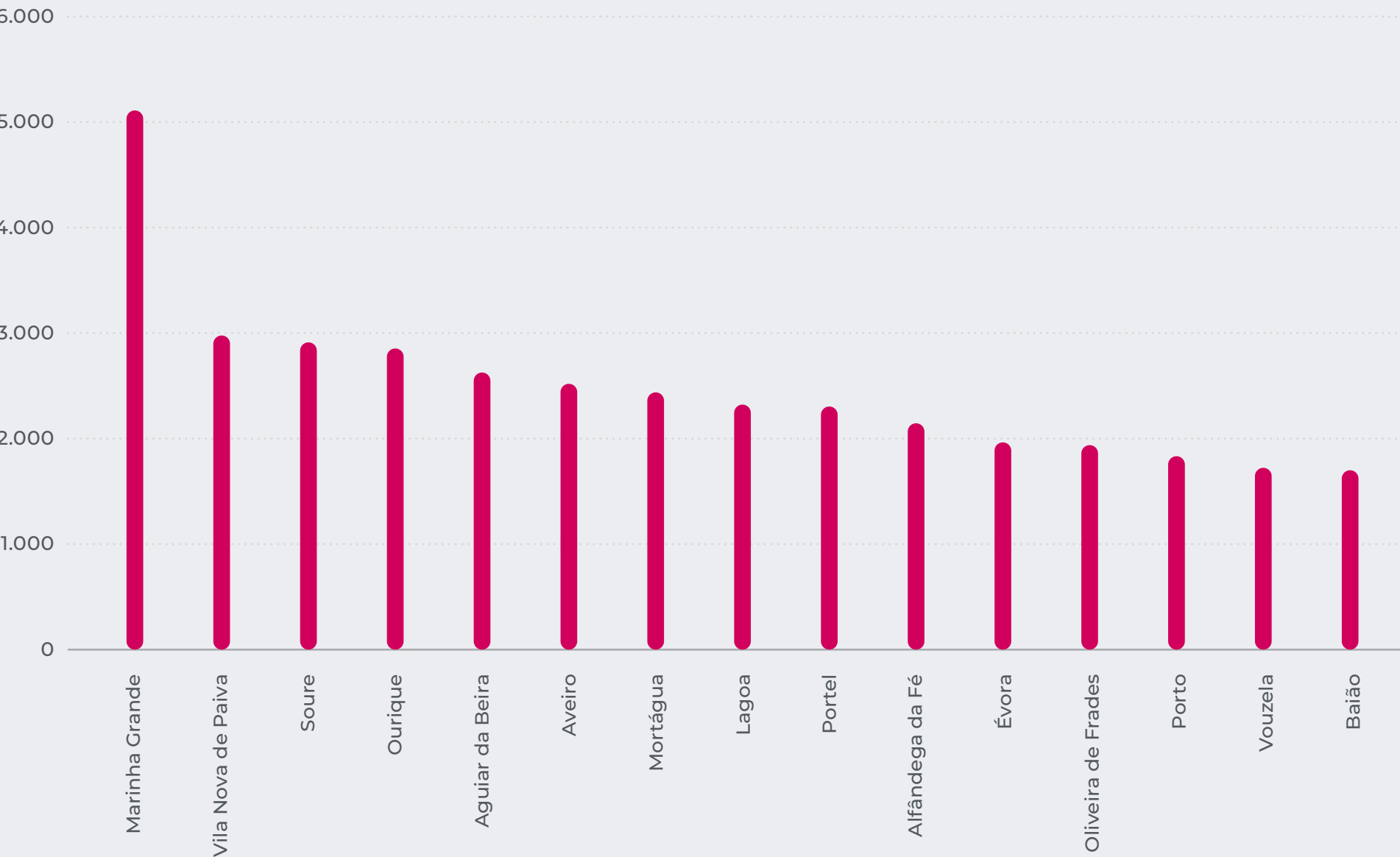
Os concelhos de Évora, Beja e Alcácer do Sal lideram o *score* dos concelhos com o maior montante de apoio aprovado, seguidos por concelhos como Odemira, Serpa e Moura, o que evidencia o peso do Alentejo e do Ribatejo em projetos de regadio, transformação e exploração agrícola de grande escala. Em contraste, concelhos do Norte e Centro – como Alfândega da Fé, Mogadouro ou Vila Flor – surgem com montantes mais modestos, mas associados a investimentos de proximidade e diversificação agrícola.

Évora, Beja e Alcácer do Sal são os concelhos com o maior montante de apoio aprovado.



Legenda
3.1.1. Jovens agricultores 3.1.2. Investimentos de jovens agricultores na exploração agrícola 3.1.3. Investimentos de jovens agricultores na exploração agrícola apoiados por um instrumento financeiro 3.2.1. Investimento na exploração agrícola 3.2.2. Pequenos investimentos nas explorações agrícolas 3.2.3. Investimentos nas explorações agrícolas apoiado por instrumento financeiro 3.3.1. Investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas 3.3.2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas 3.3.3. Investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas apoiado por um instrumento financeiro 3.4.1. Desenvolvimento do regadio eficiente 3.4.2. Melhoria da eficiência dos regadios existentes 3.4.3. Drenagem e estruturação fundiária

Montante de apoio aprovado por hectare agrícola do concelho – Top 15 (euros/hectare)



A leitura do montante de apoio aprovado por hectare de área agrícola (com base na área de uso do solo agrícola da COS23 (Carta de Uso e Ocupação do Solo 2023) mostra uma distribuição fortemente assimétrica. A média nacional situa-se em torno dos 609 euros/hectare, mas o intervalo entre concelhos é amplo: um terço recebe menos de 609 euros/hectare de

ajudas, enquanto o top 15 ultrapassa os 1.500 euros/hectare de ajudas aprovadas. Concelhos como Marinha Grande (até Aguiar da Beira) destacam-se por intensidades excepcionalmente elevadas, resultantes de operações concentradas (como em infraestruturas coletivas) ou de pequena base territorial, o que amplifica o rácio euros/hectare.



PDR 2020 (2014-2025) – Análise em foco:

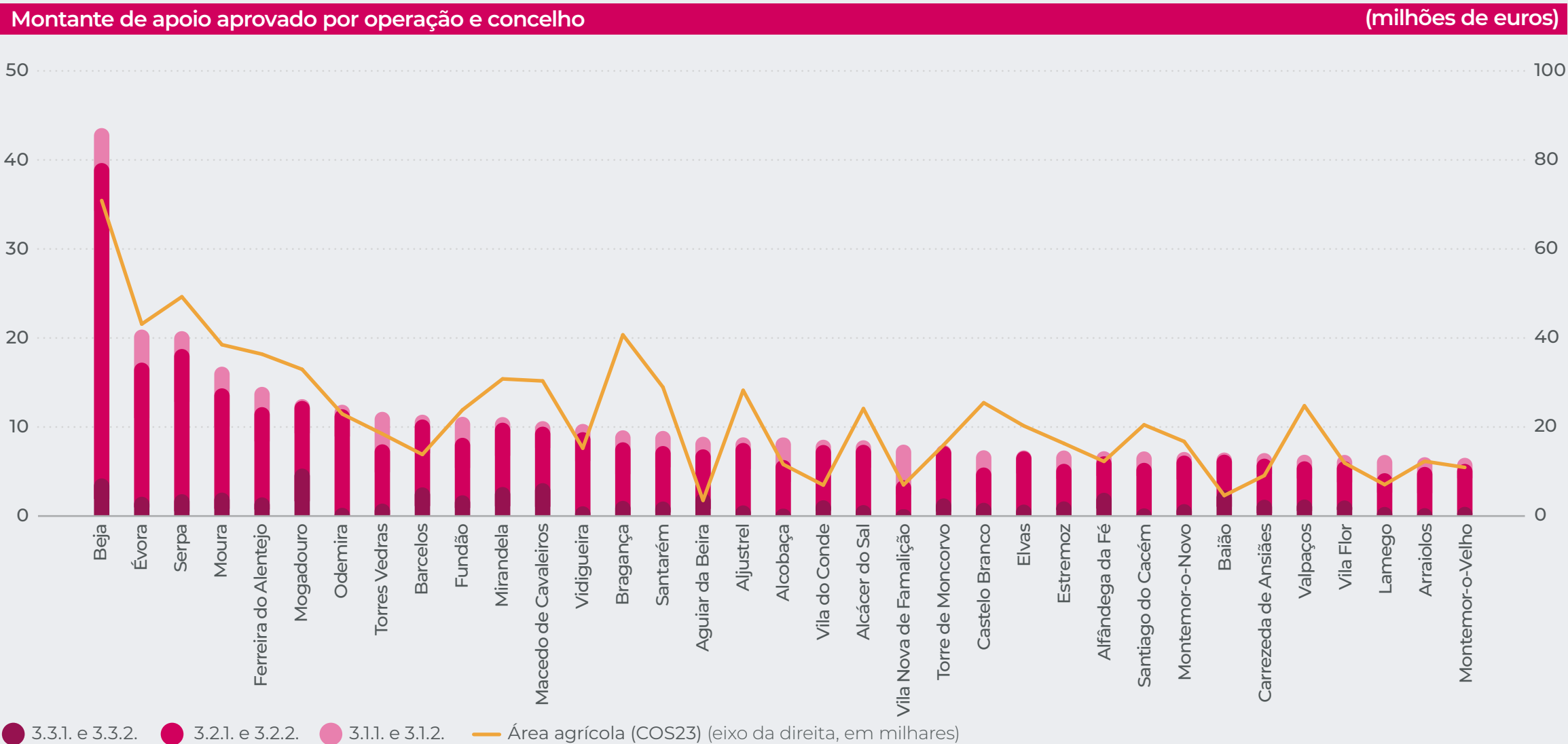
Medida 3 – Valorização da produção agrícola

(excluindo as operações 3.4. Infraestruturas coletivas)

Num exercício em que são excluídas as operações de infraestruturas coletivas, observa-se uma redistribuição do montante de apoio aprovado, com maior expressão do grupo de operações 3.2. – Investimentos nas explorações agrícolas.

O Alentejo mantém-se como a região com maior volume de apoios, sobretudo nos concelhos de Beja, Évora e Serpa. O montante médio do apoio aprovado desce para 469 euros/hectare, sendo que cerca de 61% dos concelhos se encontram abaixo desse valor médio. Nestes concelhos (Beja, Évora e Serpa), a área agrícola representa, respetivamente, 62%, 33% e 45% do território municipal.

Na região Norte, os concelhos de Mogadouro e Macedo de Cavaleiros destacam-se pela maior concentração de projetos de jovens agricultores, registando também os montantes de apoio mais elevados neste território. No caso das operações de investimento nas explorações agrícolas, o Alentejo volta a



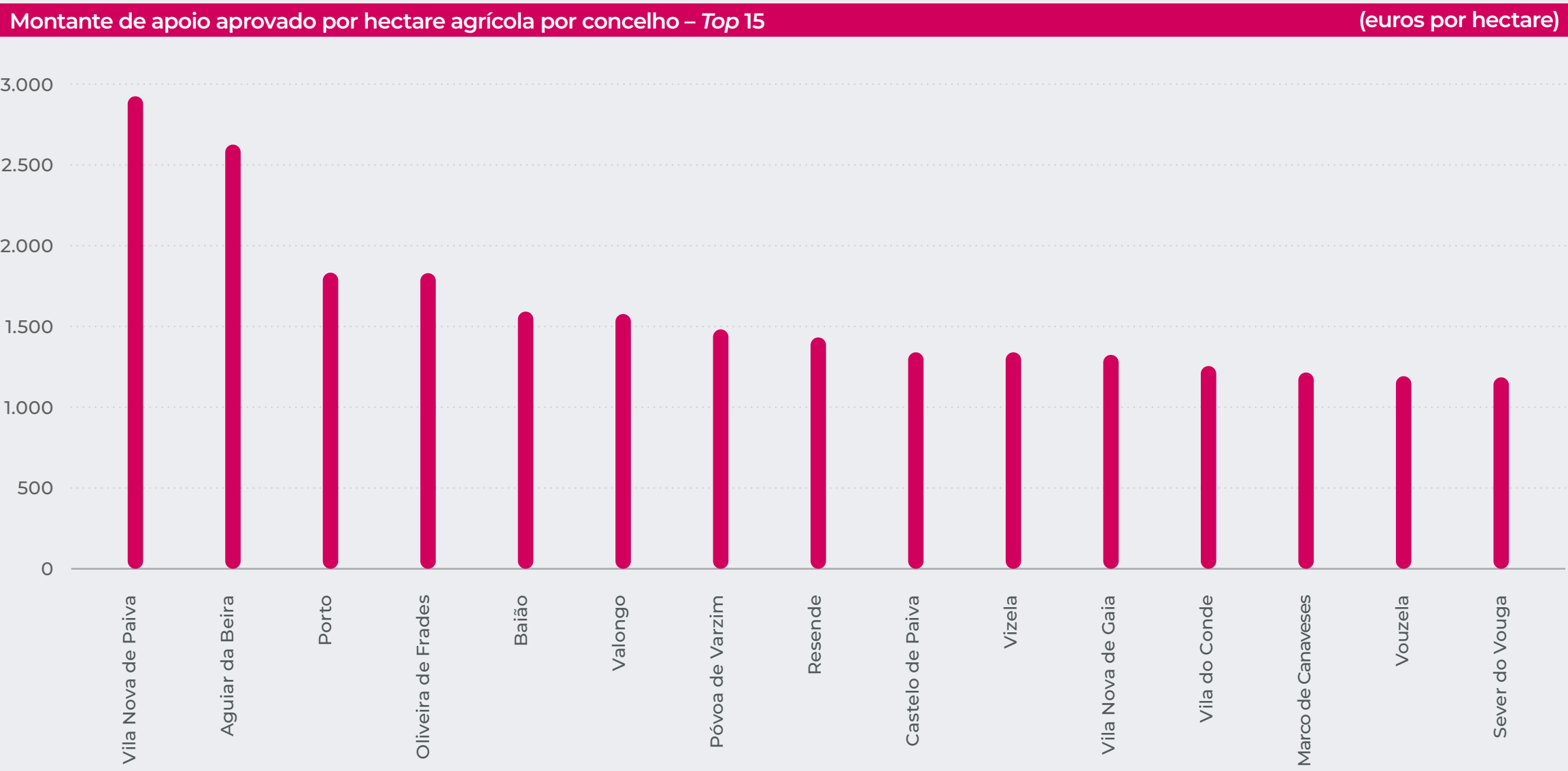
Legenda

3.1.1. Jovens agricultores **3.1.2.** Investimentos de jovens agricultores na exploração agrícola **3.1.3.** Investimentos de jovens agricultores na exploração agrícola apoiados por um instrumento financeiro **3.2.1.** Investimento na exploração agrícola **3.2.2.** Pequenos investimentos nas explorações agrícolas **3.2.3.** Investimentos nas explorações agrícolas apoiado por instrumento financeiro **3.3.1.** Investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas **3.3.2.** Pequenos investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas **3.3.3.** Investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas apoiado por um instrumento financeiro **3.4.1.** Desenvolvimento do regadio eficiente **3.4.2.** Melhoria da eficiência dos regadios existentes **3.4.3.** Drenagem e estruturação fundiária

sobressair, com Beja a liderar em montante total e número de projetos. Já no apoio ao investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas, evidencia-se Vila Nova de Famalicão, mas também Beja e Évora, seguidas de Torres Vedras e Bombarral, mostrando uma distribuição mais equilibrada ao nível nacional.

A análise da redistribuição do apoio aprovado por área agrícola revela uma mudança significativa, com destaque para Vila Nova de Paiva e Aguiar da Beira, que apresentam intensidades superiores a 2.000 euros/hectare.

Os montantes de apoio com menor expressão localizam-se nos concelhos de Vila do Bispo, Sines e Castro Verde, ainda que, no caso de Castro Verde, a área agrícola corresponda a cerca de 63% da área total do concelho, o que reforça a disparidade territorial observada. Nas áreas urbanas, como Lisboa, Oeiras, Amadora, Odivelas, Almada e São João da Madeira, não foram registados montantes de apoio aprovados.



GARANTIAS BPF InvestEU e BPF EXPORT

Os melhores a preparar o terreno para investir

Somos o Banco #1 da Agricultura nas garantias do Banco Português de Fomento. Conte com o Millennium para assegurar o financiamento e cultivar o crescimento da sua Empresa.

Saiba mais em millenniumbcp.pt

Banco Comercial Português, S.A., registado no BdP sob o nº 33.



Millennium
bcp Empresas
aqui consigo

PDR 2020

Entre crises e transições. Entre modernização e resiliência

O desafio da programação de médio prazo

O período de programação 2014-2020 iniciou-se num contexto de profundas transformações económicas, sociais e políticas na União Europeia (UE), marcado pela crise financeira e pela dívida soberana (2008-2013), a qual obrigou a políticas de austeridade e à criação de novos instrumentos de governação, como o Semestre Europeu, o Mecanismo Europeu de Estabilidade e a União Bancária. O debate europeu girava em torno do equilíbrio entre disciplina orçamental e estímulos ao crescimento, no quadro da Estratégia Europa 2020.

A este ambiente somaram-se desafios políticos e geoestratégicos: o conflito na Ucrânia (2014), a crise migratória de 2015, o referendo do Brexit (2016). Assim, o Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 foi concebido num período de reconstrução e redefinição da UE, procurando equilibrar crescimento, coesão e sustentabilidade.

Contexto económico e social

Em 2014, Portugal saía de um período de grave crise económico-financeira (2011-2013), sob assistência da denominada *troika*, durante o qual foram implementadas reformas estruturais para restaurar a sustentabilidade orçamental e a confiança externa. A recessão reduziu a procura interna e o investimento; em contraciclo, o setor exportador manteve uma tendência de crescimento contínuo e verificou-se um abrandamento nas importações.

A nível internacional, o aumento dos preços das matérias-primas, em especial cereais, energia e alimentação animal, agravou os custos de produção agrícola, diminuindo o rendimento das explorações. Apesar destas dificuldades, o setor agroalimentar português revelou-se mais resiliente do que o conjunto da economia.

Estratégia e programação

Foi neste contexto que surgiram as primeiras reflexões sobre a Política Agrícola Comum (PAC) pós-2013, conduzindo à formulação da estratégia nacional para a agricultura e o desenvolvimento rural. Esta assentou na ambição de alcançar **“a autossuficiência, em valor, do setor agroalimentar em 2020, promovendo a sustentabilidade de todo o território nacional”**. O objetivo era inverter o saldo comercial negativo e reforçar a competitividade, conciliando-a com novas exigências ambientais e climáticas.

Em 2014, iniciou-se o exercício de programação do Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 (PDR 2020) enquadrado no segundo pilar da PAC, financiado pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER). O PDR 2020 baseou-se numa análise profunda do setor agroflorestal e das suas perspetivas futuras, articulando-se com as prioridades do FEADER e com as tendências nacionais de modernização, prioridade à organização da produção e à inovação.

Um percurso condicionado por crises sucessivas

A execução do programa decorreu num período atípico e prolongado (2014-2025), exigindo várias reprogramações motivadas por crises sucessivas: a pandemia causada pela COVID-19, a guerra na Ucrânia, a crise inflacionista, as perturbações dos mercados internacionais e o *Brexit*, que introduziu incerteza nas relações comerciais e orçamentais com a União Europeia. Estas circunstâncias levaram à criação de medidas excecionais: M21, M22 e M23¹, e ao reforço de fundos através do “NextGeneration EU”, elevando a dotação inicial de 4,174 mil milhões de euros para 5,734 mil milhões de euros. Assim, o programa evoluiu de uma lógica de investimento para uma lógica de resposta a crises e reforço da resiliência sectorial.

Resultados e impacto (consolidação da internacionalização)

Apesar da instabilidade, o PDR 2020 foi determinante para a modernização e especialização das explorações agrícolas, tornando-as mais competitivas num contexto de globalização da economia, apostando em setores com condições edafoclimáticas mais favoráveis à nossa realidade produtiva com destaque para setores como o vinho, azeite e frutos e hortícolas. Foram apoiados investimentos expressivos na exploração agrícola (1,645

milhões de euros), agroindústria (723 milhões de euros), regadio (528 milhões de euros) e desenvolvimento local (456 milhões de euros).

Os indicadores demonstram uma dinâmica de investimento agroalimentar (em volume) superior à média da economia: 2,7% ao ano, entre 2010 e 2023, face a 0,8% na economia. Este dinamismo traduziu-se num aumento do Valor Acrescentado Bruto (VAB) e em maior orientação exportadora, passando de 20,6%, em 2010, para 26,7%, em 2023. Assim, as exportações cresceram a um ritmo superior ao das importações (6,9% ao ano face a 5,0% ao ano, entre 2010 e 2024) e acima das exportações da economia (6,6% ao ano).

Transformação estrutural e sustentabilidade

As explorações agrícolas portuguesas, que se mantiveram em produção, evidenciaram um duplo movimento: por um lado, a extensificação em explorações agrícolas de maior dimensão fundiária, com impactos na promoção de serviços de ecossistema, e, por outro, a modernização tecnológica e a reestruturação produtiva em explorações mais dinâmicas, orientadas para o mercado. Este processo traduziu-se, entre 2010 e 2024, em ganhos de produtividade (2,1%/ano), aumento do rendimento agrícola (3,7%/ano) e crescimento da produção (1,5%/ano).

M21 – apoio temporário e excecional para agricultores e Pequenas e Médias Empresas (PME) afetados pela crise da COVID-19; M22 – apoio temporário e excecional aos agricultores em resposta ao impacto da invasão da Ucrânia pela Rússia; e M23 – Apoio temporário e excecional em resposta a catástrofes naturais reconhecidas.

Balanço

O balanço final demonstra que a programação e a gestão em ciclos de médio prazo revelaram um contínuo esforço de capacidade de adaptação, acompanhando as necessidades e a procura dos agricultores num contexto em constante mudança. O PDR 2020 afirmou-se, assim, como um instrumento essencial para uma agricultura portuguesa mais competitiva, resiliente, inovadora e sustentável, contribuindo para a coesão territorial e para a valorização económica e ambiental do espaço rural.



Eduardo Diniz

Diretor-Geral do Gabinete de Planeamento e Políticas (GPP)
Ministério da Agricultura e do Mar



Encerramento de um ciclo de mais de uma década de apoio ao investimento: balanço e legado do PDR 2020

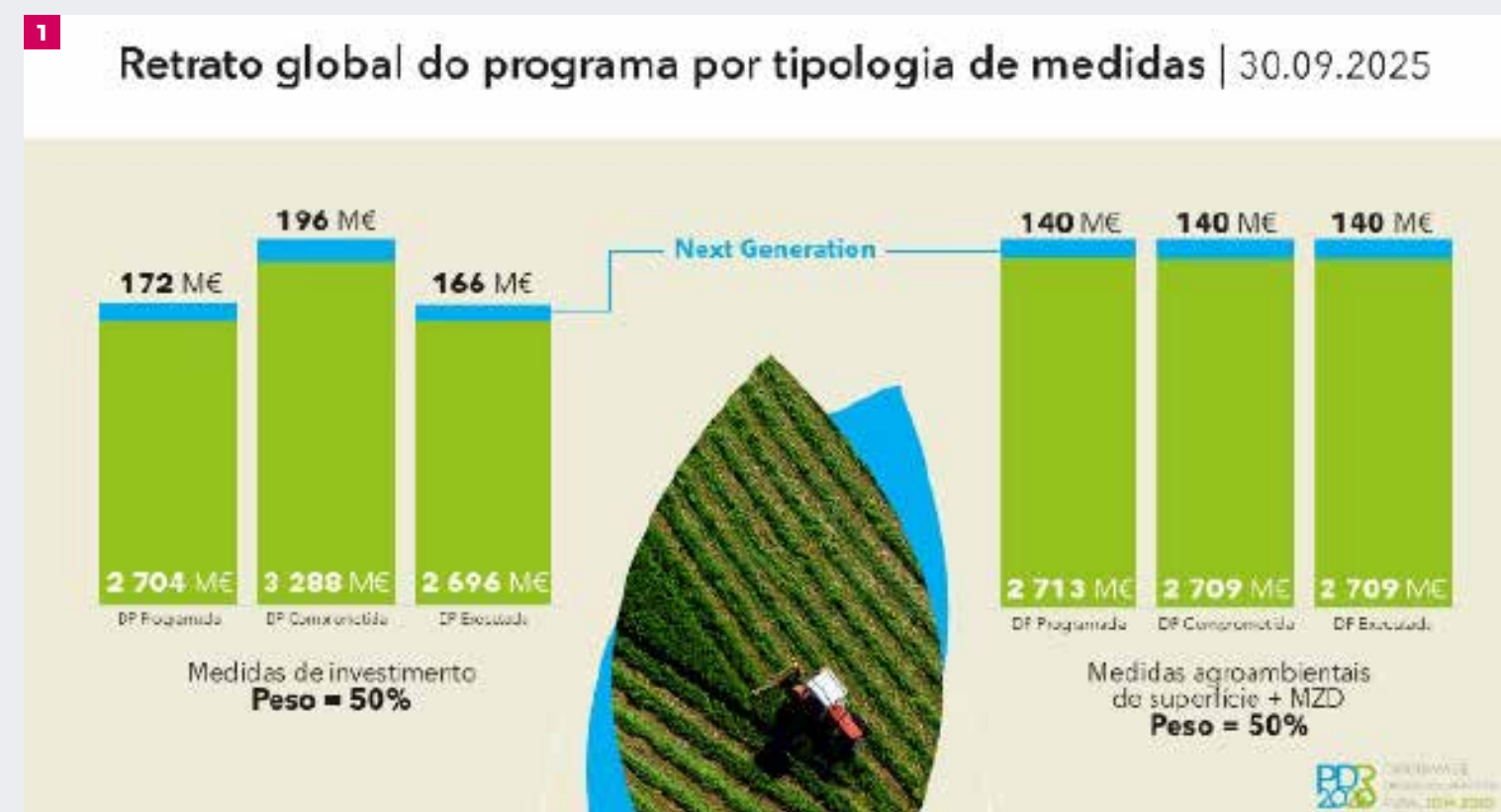
O encerramento do PDR 2020 marca mais do que o fim de um período de financiamento ao abrigo da Política Agrícola Comum: é um ciclo de mais de uma década de investimento na agricultura e na floresta em Portugal que se encerra. O Programa mais longo da história dos Fundos Europeus para a Agricultura em Portugal Continental chega, agora, ao fim.

Com cerca de 181 mil projetos de investimento mobilizados, a que corresponde um apoio aprovado superior a 3,4 mil milhões de euros de despesa pública e um montante pago de 2,7 mil milhões, o Programa impactou o setor e os nossos territórios, em prol do desenvolvimento rural.

O PDR 2020 deu o seu contributo para a urgente renovação geracional na agricultura, estimulou a inovação e a transferência de conhecimento,

modernizou explorações, reforçou agroindústrias, agiu para prevenir e restabelecer as nossas florestas, financiou regadios, beneficiando mais de 386 mil hectares de área agrícola. Permitiu ao setor alavancar a capacidade de gerar valor, fixar população, proteger recursos e criar redes de conhecimento e inovação duradouras.

O envelope global de financiamento do PDR 2020 atribuiu verbas aprovadas de forma equitativa: 50% destinaram-se a medidas de investimento e os outros 50% a medidas agroambientais, de superfície e de Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas (MZD), em prol das boas práticas agrícolas e da preservação do meio ambiente. Esta paridade revela uma estratégia equilibrada entre a competitividade da produção e a modernização produtiva, por um lado, e a valorização da adoção de práticas sustentáveis e a gestão ambiental, por outro (Figura 1).



O PDR 2020 fez-se, pois, de produtores agrícolas, produtores florestais e empresas agroindustriais, de organizações de agricultores e cooperativas, associações, universidades, de uma rede viva que traduziu políticas europeias em realidades locais.

Encerrar o Programa com integral absorção das verbas que lhe foram alocadas constituiu, para esta Autoridade de Gestão, o maior desafio em 2023. Mas, chegados aqui, o que nos dizem os dados quando olhamos à lupa para cada uma das áreas macro de investimento sobre o impacto no setor e nos territórios?

Renovação geracional, preparar o futuro

A renovação geracional da agricultura portuguesa começa a materializar-se. Os Fundos Europeus para a Agricultura no Continente oferecem os instrumentos financeiros e a flexibilidade estratégica indispensáveis para atrair e consolidar uma nova geração de agricultores, e com o impulso do PDR 2020, milhares de jovens agricultores protagonizaram uma nova vaga de investimento, marcada por uma maior formação técnica, ambição tecnológica e uma visão estratégica sustentável do uso do solo e dos recursos.

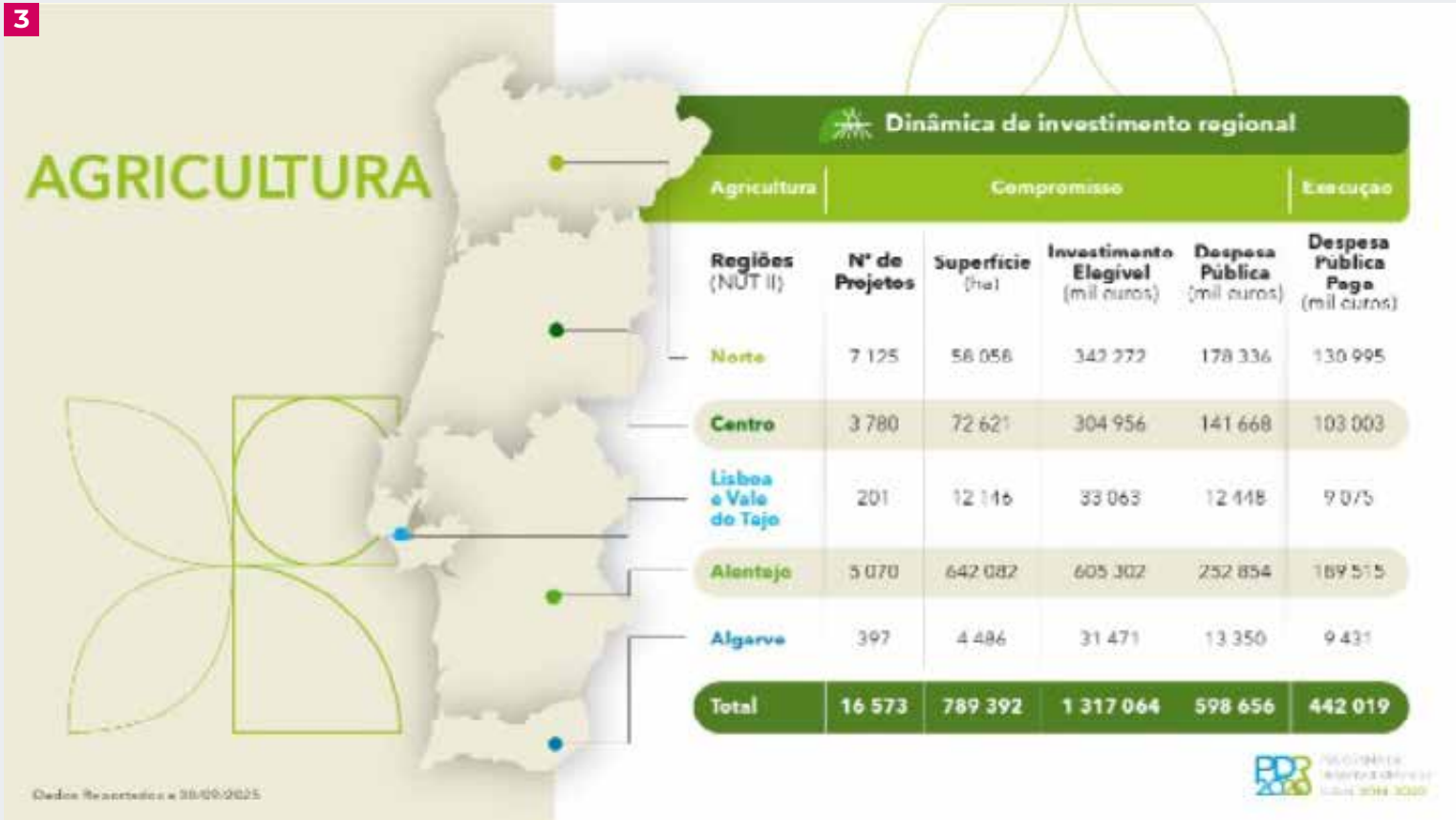
Mais de 4.300 jovens agricultores contaram com o apoio do PDR 2020 para implementar os seus projetos, abrangendo uma área agrícola de 114 mil hectares e mobilizando mais de mil milhões de euros de investimento. O dinamismo foi transversal ao país, com destaque para o Norte, que liderou em nú-

mero de projetos, e para o Alentejo, onde a escala territorial deu corpo a novas ambições (Figura 2). Muito mais do que estatística, este rejuvenescimento é a base de uma agricultura mais resiliente, mais qualificada e mais conectada com o território e os mercados.

Modernizar para produzir com mais valor

A medida de apoio ao investimento na produção agrícola é o coração operativo do PDR 2020, com mais de 1,6 mil milhões de euros de investimento aprovado e 12.237 explorações apoiadas em todo o país. Este esforço traduziu-se em 789 mil hectares de área intervencionada, onde se modernizaram sistemas, introduziram tecnologias e diversificaram culturas. O Alentejo destacou-se pela dimensão territorial, com 642 mil hectares apoiados e 605 milhões de euros de investimento, enquanto o Norte liderou em número de projetos, com 7.125 explorações beneficiadas (Figura 3).

A diversidade produtiva foi um dos traços mais marcantes: hortofrutícolas, vinha e olival concentraram os maiores volumes de investimento, pela sua capacidade de gerar valor, responder a mercados exigentes e afirmar Portugal como produtor de alimentos diferenciados. Mas também houve espaço para a pecuária, cereais e frutos secos, num mosaico agrícola que espelha a riqueza dos territórios e a sua adaptação às novas exigências climáticas, económicas e sociais. A produção agrícola não apenas cresceu; tornou-se mais resiliente, mais inteligente e mais preparada para o futuro.



Transformação de produtos, reforço das cadeias de valor

A agroindústria afirmou-se como um dos motores mais dinâmicos do PDR 2020, trazendo em escala e valor a força produtiva do setor primário. Com mais de mil projetos aprovados e um investimento global de 723 milhões de euros, o apoio do PDR 2020 permitiu reforçar a capacidade de exportar, inovar, diversificar produtos e competir das empresas do setor agroalimentar.

Este impulso traduziu-se num aumento estimado de dois mil milhões de euros no volume de negócios, revelando o papel estratégico da agroindústria na valorização da produção nacional e na afirmação de Portugal como produtor de alimentos com identidade, qualidade e valor acrescentado.

Com destaque para os setores do vinho, hortofrutícolas, carne e ovos, a distribuição geográfica do investimento confirma a pujança do setor nas regiões do Norte e do Centro, que concentraram mais de 700 projetos e cerca de 376 milhões de euros de investimento elegível, refletindo a densidade industrial e a força produtiva instalada. No Alentejo, a agroindústria também se destacou com 250 projetos e 158 milhões de euros de investimento, evidenciando o papel estratégico da transformação alimentar na coesão territorial e na afirmação económica do setor (Figura 4).

Eficiência hídrica como motor de competitividade sustentável

A aposta no regadio é muito mais do que investir em infraestruturas de hidráulica agrícola – constitui um pilar estratégico de

competitividade, um escudo contra as alterações climáticas e uma garantia de segurança alimentar. No PDR 2020, este compromisso traduziu-se em 528 milhões de euros de investimento, distribuídos por 334 projetos aprovados, que beneficiaram 386 mil hectares de área agrícola. Cada área útil apoiada representa um avanço na eficiência hídrica e na gestão racional dos recursos.

Com 19 novos aproveitamentos hidroagrícolas e uma aposta firme na modernização dos sistemas existentes, o programa deixou uma marca concreta no território. Esta é uma herança produtiva e sustentável, que prepara a agricultura portuguesa para os desafios do futuro – mais exigente, mais tecnológico, mais eficiente e mais resiliente (Figura 5).

Gestão ativa para territórios mais resilientes

O setor florestal constitui uma dimensão estrutural do desenvolvimento rural. Com 3.785 projetos apoiados, o PDR 2020 permitiu a intervenção numa área que ultrapassou os 600 mil hectares, apoiando ações de florestação, prevenção e restabelecimento (Figura 6).

O impacto dos fogos florestais e as respostas de emergência adequadas resultaram num legado de resiliência e de gestão ativa do espaço florestal, enquanto lugar central na coesão territorial e na resposta às alterações climáticas. O programa contribuiu para a criação de mosaicos agroflorestais, promoção da diversificação e valorização da economia florestal. A distribuição geográfica dos investimentos confirma o foco nas regiões mais

vulneráveis. O Centro concentrou o maior número de hectares apoiados (256 mil hectares), seguido do Norte (190 mil hectares) e do Alentejo (110 mil hectares), com compromissos financeiros de 76 milhões de euros, 119 milhões de euros e 83 milhões de euros, respetivamente.

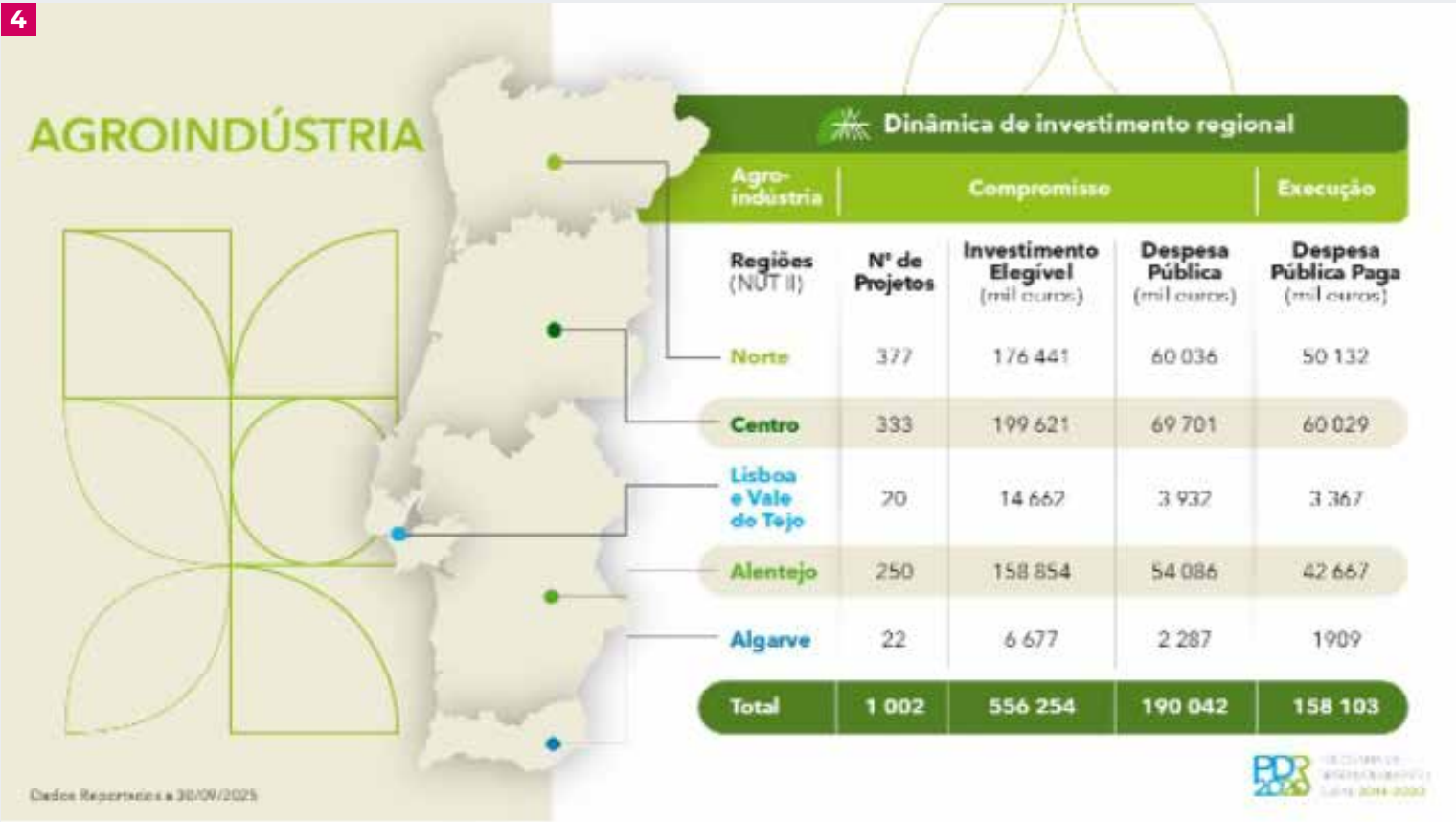
Do conhecimento à prática: inovação com impacto

A inovação e o conhecimento aplicado à produção são catalisadores do investimento agrícola com um impacto duradouro no território. O PDR 2020 apoiou mais de 340 ações de formação, 24 mil serviços de aconselhamento agrícola e florestal e possibilitou a criação de 113 parcerias para a inovação, que envolveram 856 parceiros. Construiu-se um ecossistema de investigação e transferência de tecnologia, digitalização, novos modos de produção e adoção de práticas mais eficientes e sustentáveis que continuará a servir o setor nos próximos anos (Figura 7).

Reforço da ação de base local

Impulsionar a atividade económica em meio rural, gerar novas oportunidades de trabalho e fortalecer a coesão entre comunidades, valorizando os recursos endógenos e as especificidades territoriais numa lógica integrada de desenvolvimento, foi o percurso feito pelas medidas de apoio dinamizadas pelos Grupos de Ação Local (GAL) no PDR 2020 (Figura 8).

Com mais de 10.600 projetos e 4.211 postos de trabalho criados, os GAL foram verdadeiros motores de transformação, capazes de gerar oportunidades económicas, revitalizar comunidades e reforçar cadeias curtas.



5



6



7



8



Financiamento inovador ao serviço do investimento agrícola

O instrumento financeiro Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) nasceu em Portugal no tempo de vigência do PDR 2020, afirmando-se rapidamente como uma solução estratégica para reforçar o acesso ao financiamento no setor agrícola. Através desta medida desenvolvida em parceria com o Fundo Europeu de Investimento (FEI), foram disponibilizados créditos com condições vantajosas, quer ao nível das maturidades, quer dos juros, que permitiram apoiar produtores, jovens agricultores e empresas do setor agroalimentar em investimentos orientados para a inovação, a competitividade e a resiliência (Figura 9).

Com uma dotação inicial superior a 20 milhões de euros, este instrumento de garantia alavancou mais de 226 milhões de euros de investimento, beneficiando 349 promotores em todo o país. O impacto territorial foi particularmente expressivo: 86% dos empréstimos foram canalizados para regiões mais desfavorecidas, confirmando o papel desempenhado por soluções de financiamento adequadas na coesão territorial e na modernização do setor agrícola.

A concluir, e depois de acompanhar a ação do PDR 2020 no território, vale a pena recordar que três vetores foram cruciais para cortarmos a meta com os resultados atuais: o conhecimento técnico, a visão estratégica e a ação no terreno. O PDR 2020 foi um programa construído com base no esforço de todos os seus parceiros, envolvendo de forma ativa a Autoridade de Gestão,

demais entidades da Administração Pública, organizações de agricultores e os produtores agrícolas e florestais. Os resultados alcançados refletem a mobilização do setor, a capacidade de resposta das organizações e o compromisso dos produtores em transformar o investimento em resultados concretos nos territórios.

O ritmo de concretização nos últimos três anos, encerrar o PDR 2020 e operacionalizar o PEPAC no Continente, não teriam sido possíveis sem a vontade de investir e a confiança do setor e dos beneficiários dos Fundos Europeus para a Agricultura no Continente. Agimos em todo o processo de decisão e criámos as condições essenciais para que os resultados alcançados com o PDR 2020 tenham continuidade e reforço no PEPAC no Continente.

Ao encerrar este ciclo, o PDR 2020 lega um setor mais preparado, mais sustentável e mais competitivo, mas também uma exigência clara para o futuro: prosseguir o investimento no rejuvenescimento da agricultura, reforçar a capacidade de adaptação às alterações climáticas e acelerar a incorporação da inovação, da tecnologia e da digitalização. A Política Agrícola Comum que se segue herda não apenas infraestruturas e práticas, mas também uma ambição renovada: garantir a coesão territorial, valorizar os recursos endógenos e consolidar a soberania alimentar como eixo estratégico do desenvolvimento rural.



O PDR 2020 foi um programa construído com base no esforço de todos os seus parceiros. Os resultados alcançados refletem a mobilização do setor, a capacidade de resposta das organizações e o compromisso dos produtores em transformar o investimento em resultados concretos nos territórios.



Rogério Ferreira
Presidente da Comissão Diretiva da Autoridade de Gestão do PEPAC no Continente

Nova Linha de Tesouraria PDR 2020

O Banco Português de Fomento lançou uma **Linha de Crédito**, com juros bonificados e com uma dotação de **100 milhões de euros**, para assegurar a **transição entre PDR 2020 e PEPAC**, a partir de 2026.

Fale connosco e apresente a declaração do IFAP destacando o valor em crédito.

Estamos ao seu dispor para lhe apresentar todos os detalhes e acompanhá-lo no processo de candidatura.

Conte com o Banco que apoia o melhor que se faz na Agricultura.



PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO
RURAL 2014-2020

Banco Comercial Português, S.A.,
registado no BdP sob o n.º 33

Millennium
bcp Empresas
aqui consigo



EM ANÁLISE

Tantas vezes secundarizado, ou até mesmo ignorado, o setor da Apicultura é vital para a natureza e para o mundo rural. Os desafios internos e externos com que se debate, gerados no contexto de uma atividade económica exigente, também preocupada com as diferentes dimensões das alterações climáticas, parecem continuar à margem da opinião pública e do consumidor.

Foi com esta base de partida que solicitámos à AGROGES um *outlook* informativo sobre o presente ponto de situação no setor. Para além de reconhecer o insubstituível desempenho na polinização, na biodiversidade e na sustentabilidade, acresce que a Apicultura se debate também com novos problemas de mercado. Fica aqui a nossa contribuição para este destaque mais do que justificado.

AGROGES

01. Introdução: A crescente representatividade da Apicultura

Nas últimas duas décadas, o setor apícola nacional tem vindo a demonstrar uma maior representatividade enquanto atividade pecuária. Esta importância crescente reflete-se não só no número de efetivos, mas também no universo de profissionais e no mercado.

A atividade apícola em Portugal, em 2025, continuou a desempenhar um papel importante na agricultura nacional, embora enfrente desafios relevantes, como as alterações climáticas e a ameaça de espécies invasoras, nomeadamente avés-asiática.

Ao longo dos últimos 20 anos, o setor evidenciou uma evolução marcante no número de apicultores, apiários e colmeias, acompanhada por oscilações de produtividade e novas dinâmicas de mercado.

O objetivo deste artigo é fornecer uma visão agregada e atualizada sobre a evolução do setor em Portugal, na União Europeia (UE) e no mercado mundial. A atividade é vital, não apenas pelos produtos diretos (mel, cera, pólen, etc.), mas também pelo serviço de polinização, essencial para a agricultura e a preservação da biodiversidade.



1.1. Perfil e enquadramento do setor apícola nacional

O apicultor português é, maioritariamente, um produtor de pequena dimensão, exercendo a sua atividade a título acessório. A idade média dos apicultores portugueses é de 56 anos e persiste no setor um enorme défice de formação apícola específica.

Tecnicamente, muitas explorações enfrentam problemas de baixa produtividade e deficiente manejo sanitário e técnico. No entanto, regista-se um aumento no licenciamento de melarias (locais de extração e processamento de mel), que triplicou entre 2013 e 2018, reforçando a qualidade do mel produzido.

A organização sectorial apresenta uma dinâmica de associativismo interessante, mas ainda carece de uma integração vertical, com a inexistência de Organizações Interprofissionais (OI). Em 2018, existiam apenas quatro Organizações de Produtores (OP) reconhecidas para o mel.

No domínio da qualidade, Portugal possui nove Denominações de Origem Protegida (DOP) reconhecidas para o mel.

Contudo, a produção de méis DOP tem vindo a decrescer e tem um peso muito reduzido na produção nacional total (não chegando a 1% em 2017). Em compensação, o recurso ao Modo de Produção Biológica (MPB) tem vindo a aumentar acentuadamente.

1.2. Situação atual

Em 2025, o setor apícola português destaca-se por uma crescente digitalização e inovação, com o lançamento de ferramentas como a Bolsa de Polinização Apícola (Projeto Beeland), que dinamiza a cooperação entre apicultores e agricultores e promove práticas sustentáveis.

O projeto Beeland – Apicultura e Polinização: Impacto na Biodiversidade e Sustentabilidade dos Territórios é uma iniciativa nacional apoiada pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), cujo objetivo central é caracterizar, avaliar e objetivar o valor do serviço ecossistémico prestado pelas abelhas e pela apicultura em Portugal. Destaca-se por promover o contributo da apicultura para a sustentabilidade, resiliência dos territórios e valorização dos

produtos apícolas, especialmente o Mel DOP Português. O projeto envolve a análise do impacto socioeconómico da polinização, o desenvolvimento da “Bolsa de Polinização Apícola” (uma plataforma digital que liga apicultores e agricultores para apoiar serviços de polinização) e a sistematização de informação sobre o contributo das abelhas para a agricultura, a agrofloresta e a biodiversidade. Inclui também ferramentas práticas como a *Carta de Aptidão Apícola* e o *Guia de Boas Práticas de Gestão de Paisagem Apícola*, abrangendo diversas entidades nacionais e cooperativas do setor.

Contudo, este ano, a produção de mel está fortemente afetada por fatores climáticos adversos e incêndios, sobretudo no norte e interior do país, levando a perdas significativas – em algumas regiões, como o Parque Natural de Montesinho, as quebras ultrapassam os 70%.

Apesar destes desafios, a resiliência do setor permanece. Muitos apicultores continuam a operar, principalmente em regime não profissional, mantendo vivas tradições locais e garantindo a oferta de produtos apícolas diversificados (mel, pólen, cera e própolis).



02.

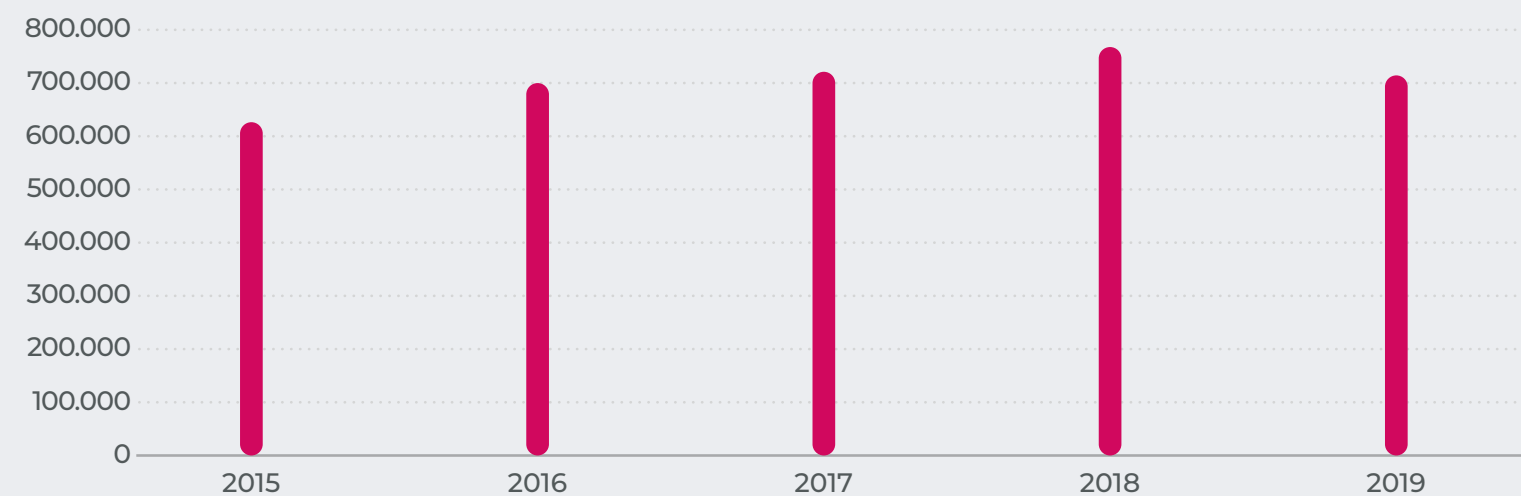
Estrutura e evolução do setor apícola em Portugal



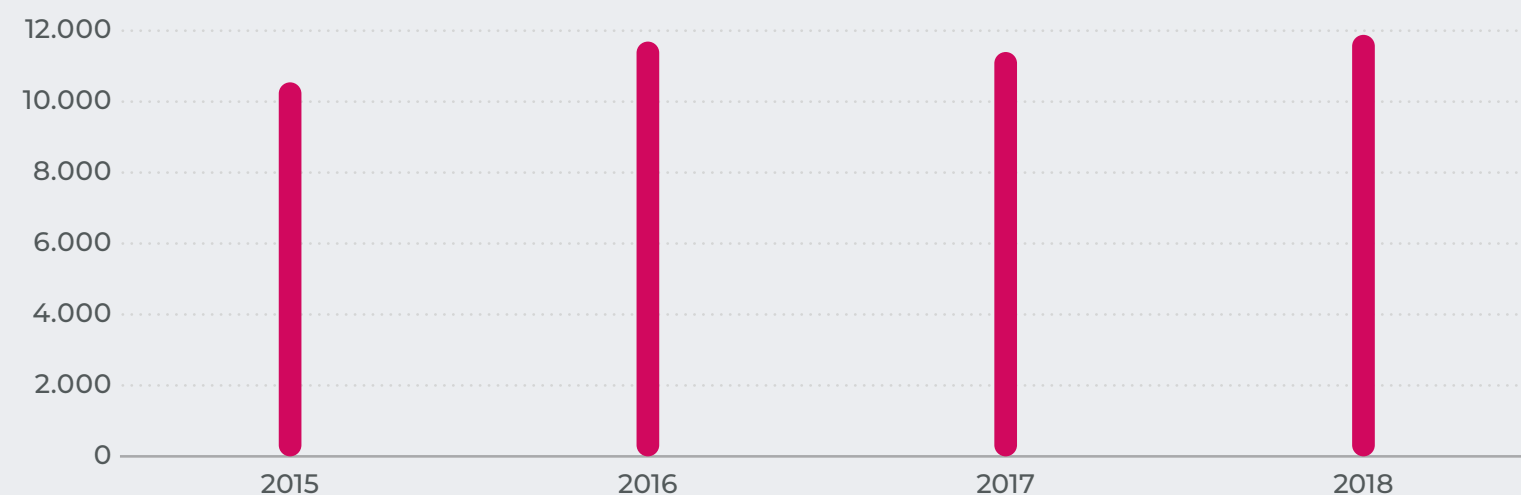
A apicultura em Portugal caracteriza-se por um forte crescimento do efetivo, tendo atingido, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE – Recenseamento Agrícola, 2019), um total de 714.367 colmeias em 2019, um crescimento de 265% face aos dados de 2009 (195.596 colmeias). Nos últimos 20 anos, a apicultura portuguesa registou um significativo aumento no número de apicultores e colmeias, acompanhando as tendências europeias de valorização dos produtos naturais e de promoção da biodiversidade.

Segundo dados da Direção-Geral da Alimentação e Veterinária (DGAV), citados pelo Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP) na Análise do Setor Apícola de 2020, em 2018, foi registado um total de 767.650 colmeias (+23% face a 2015), tendo havido um aumento do número de colmeias de 6% face ao valor registado em 2017, apesar da situação dos incêndios rurais que se verificaram neste ano. Os dados do Recenseamento Agrícola de 2019 indicam uma diminuição no número de colmeias nesse ano de -7% face ao valor registado em 2018.

Número de colmeias



Número de apicultores

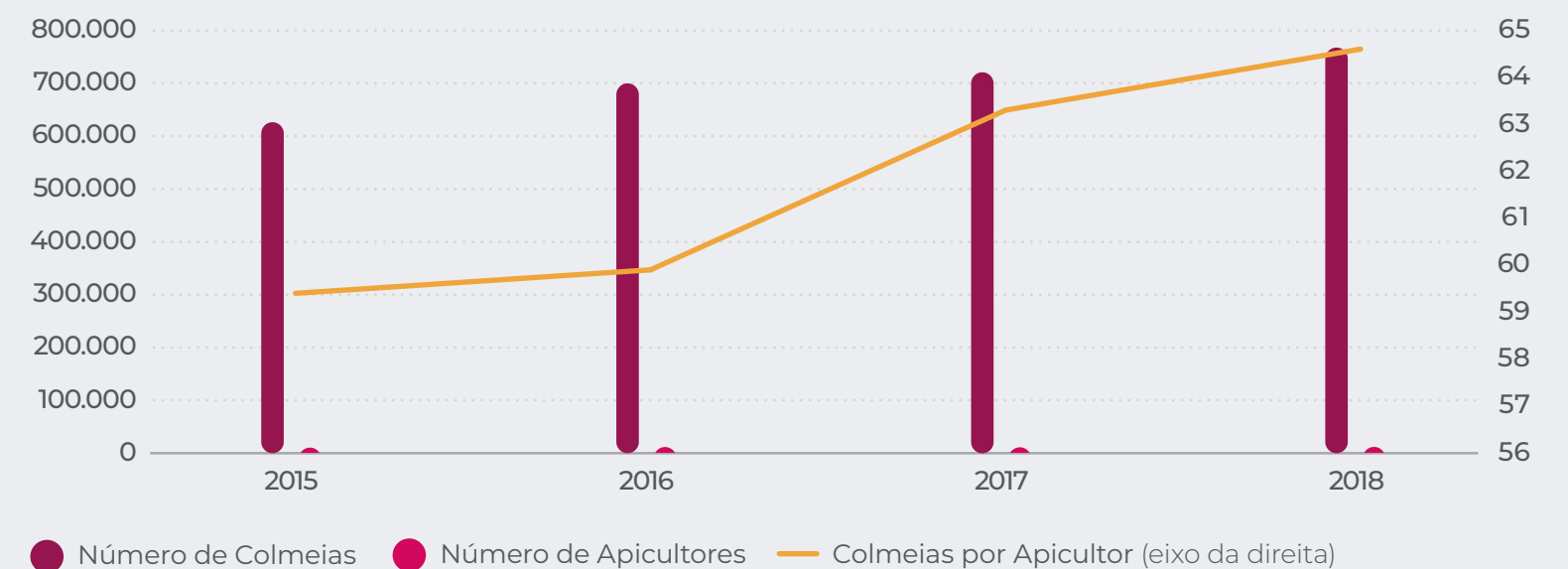


Fonte: *Análise Setorial APICULTURA* (GPP, novembro, 2020)

No que respeita ao número de Apicultores, de acordo com os dados da DGAV referentes a 2018, existiam em Portugal cerca de 11.883 apicultores registados, correspondendo a um universo de aproximadamente 768 mil colmeias. Os dados disponíveis evidenciam uma diminuição no número de apicultores entre 2016 e 2017 (cerca de -3%), apesar da tendência, no período de 2015 a 2018, ser de um aumento do número de apicultores (um crescimento de 13%).

Com base nos dados anteriores, foi determinado o número médio de colmeias por apicultor. Desta forma, foi possível mostrar que, no período compreendido entre 2015 e 2018, o número médio de colmeias por apicultor subiu de 59 para 65, o que poderá refletir uma tendência crescente da profissionalização do setor.

Colmeias por apicultor



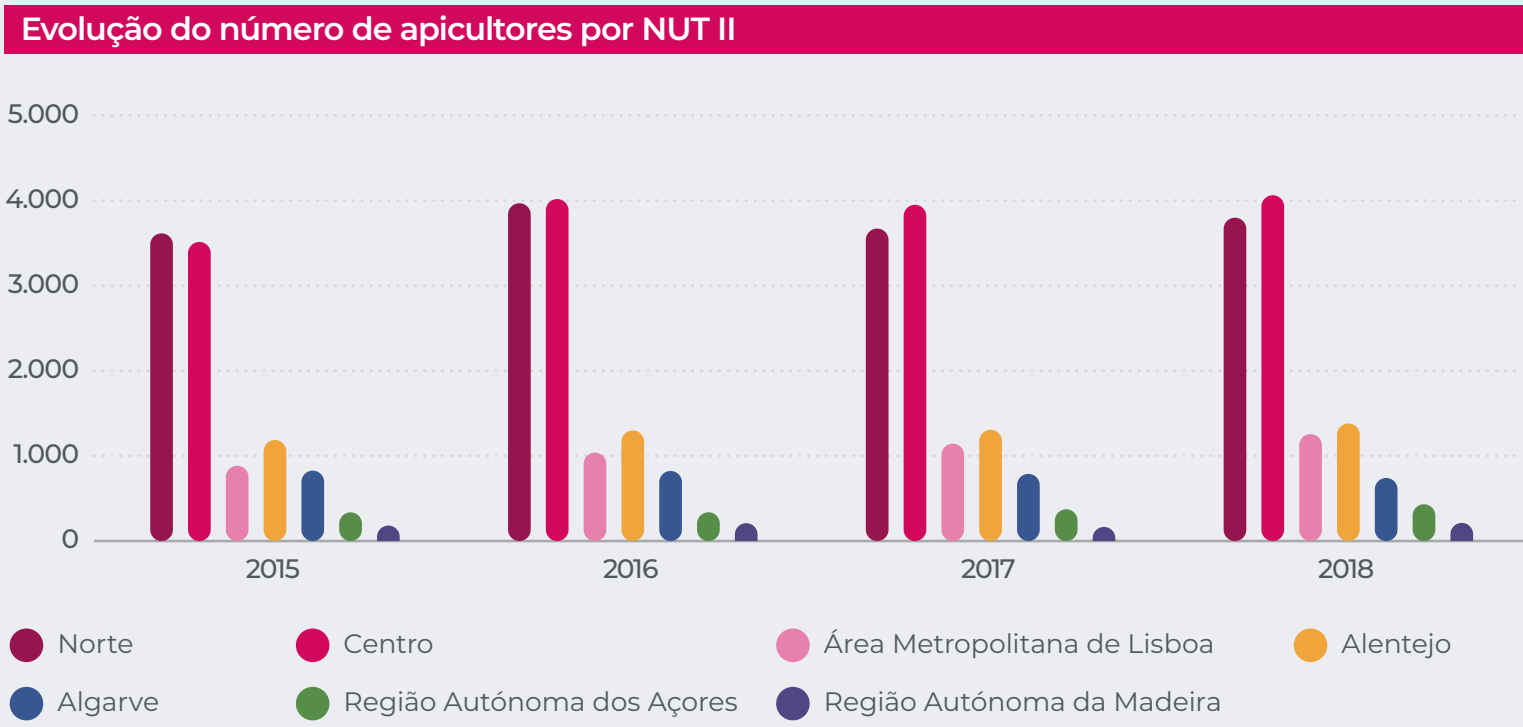
Fonte: AGROGES com base nos dados do relatório *Análise Setorial APICULTURA* (GPP, novembro, 2020)

Apesar desta tendência, o setor ainda mantém uma baixa taxa de profissionalização. Em 2018, 89% dos apicultores eram não profissionais, com 53% a deter um efetivo inferior a 24 colmeias (consideradas para autoconsumo). O apicultor português é, maioritariamente, de pequena dimensão, exercendo a atividade a título acessório. Persiste um enorme défice de formação apícola específica, com 73% dos apicultores a referirem nunca ter tido qualquer formação na área. Os apicultores profissionais, embora representem apenas 10% do total, detêm 59% do efetivo total de colmeias.



2.1. Análise regional

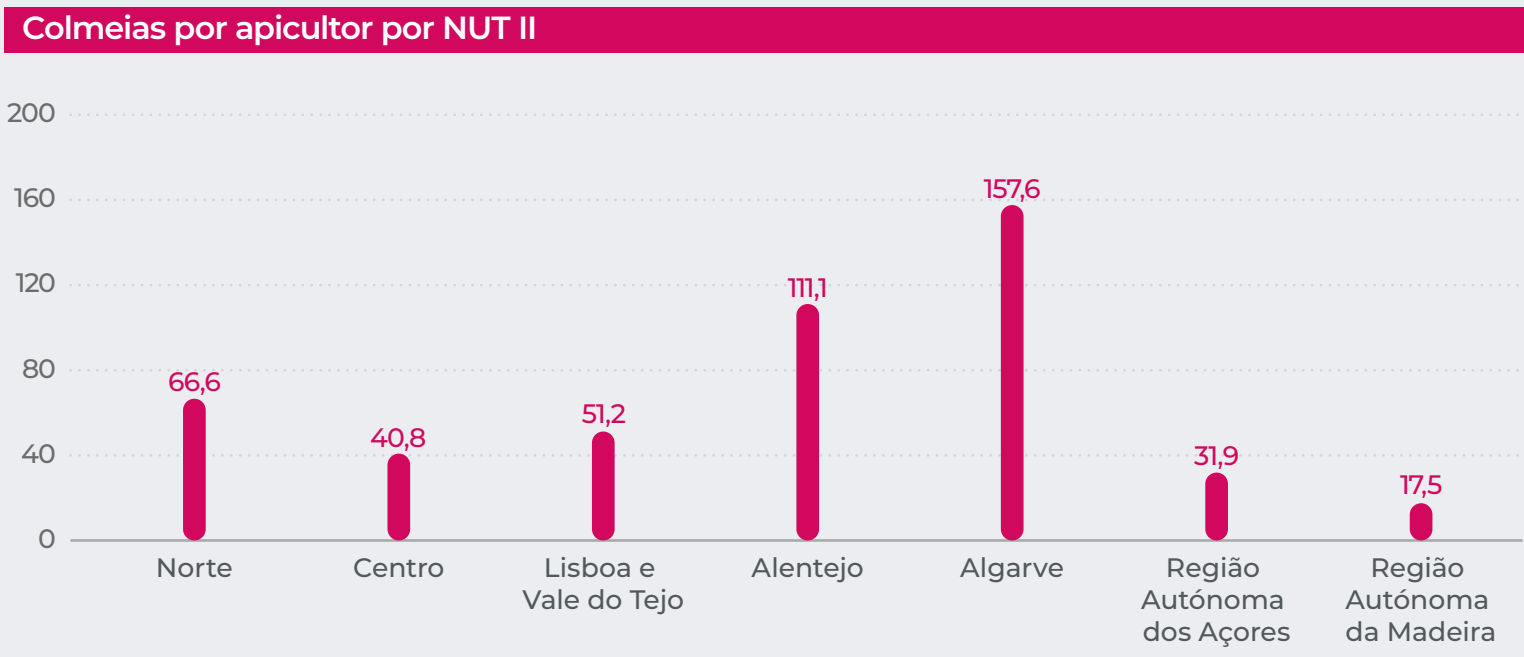
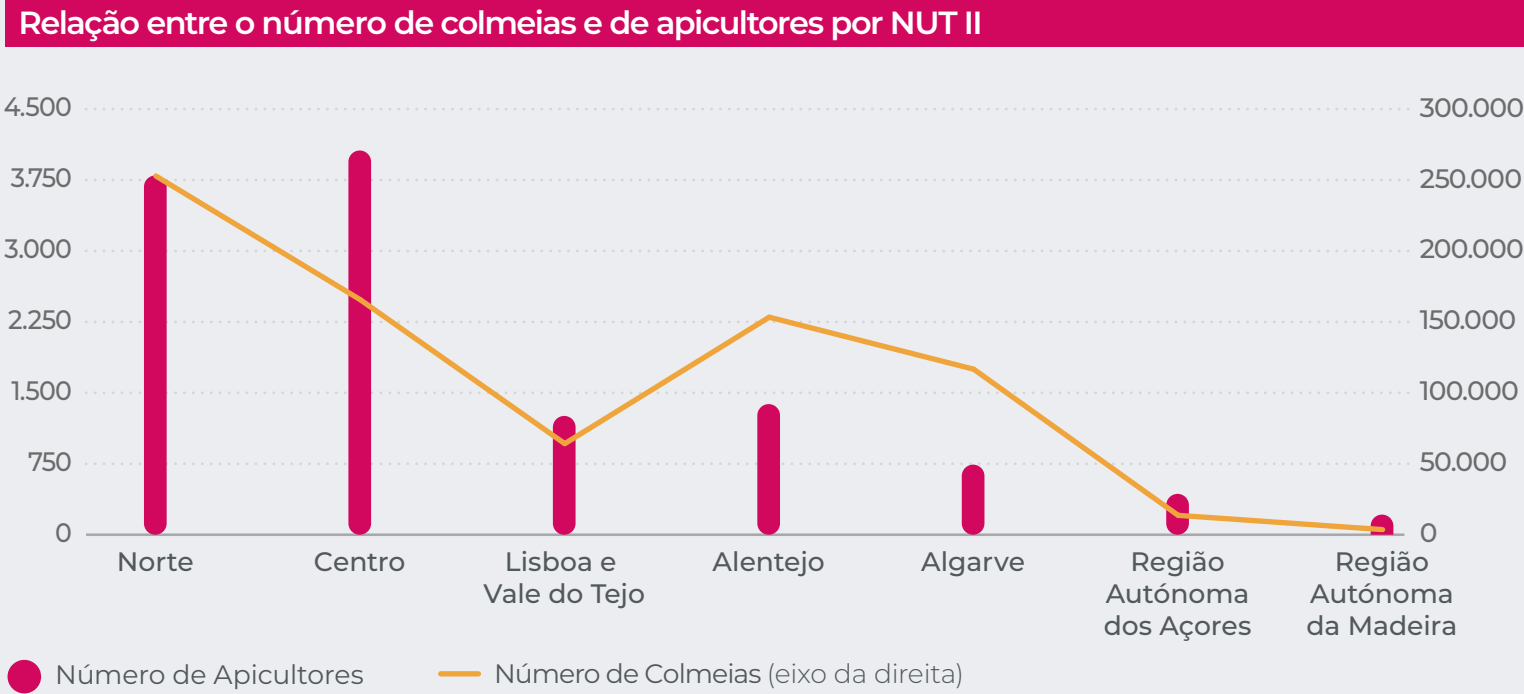
Analisando os dados por região NUT II, verifica-se que as regiões Norte e Centro são aquelas onde, historicamente, se localiza o maior número de apicultores (33% e 34% do total, em média), sendo que, nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, o número de apicultores registados é em média cerca de 3% e 2% do total nacional, respetivamente.



Fonte: *Análise Setorial APICULTURA* (GPP, novembro, 2020)

Suportado apenas nos dados de 2018, verifica-se que 33% das colmeias estão situadas no Norte (32% dos apicultores), cerca de 22% no Centro (34% dos apicultores) e 20% no Alentejo (12% dos apicultores). O Algarve, que acolhe 15% das colmeias e 6% dos apicultores nacionais, é a região onde se encontra a maior concentração de colmeias por apicultor, cerca de 158. A Região Autónoma dos Açores e a Região Autónoma da Madeira têm apenas 4% e 2% dos apicultores, respetivamente.

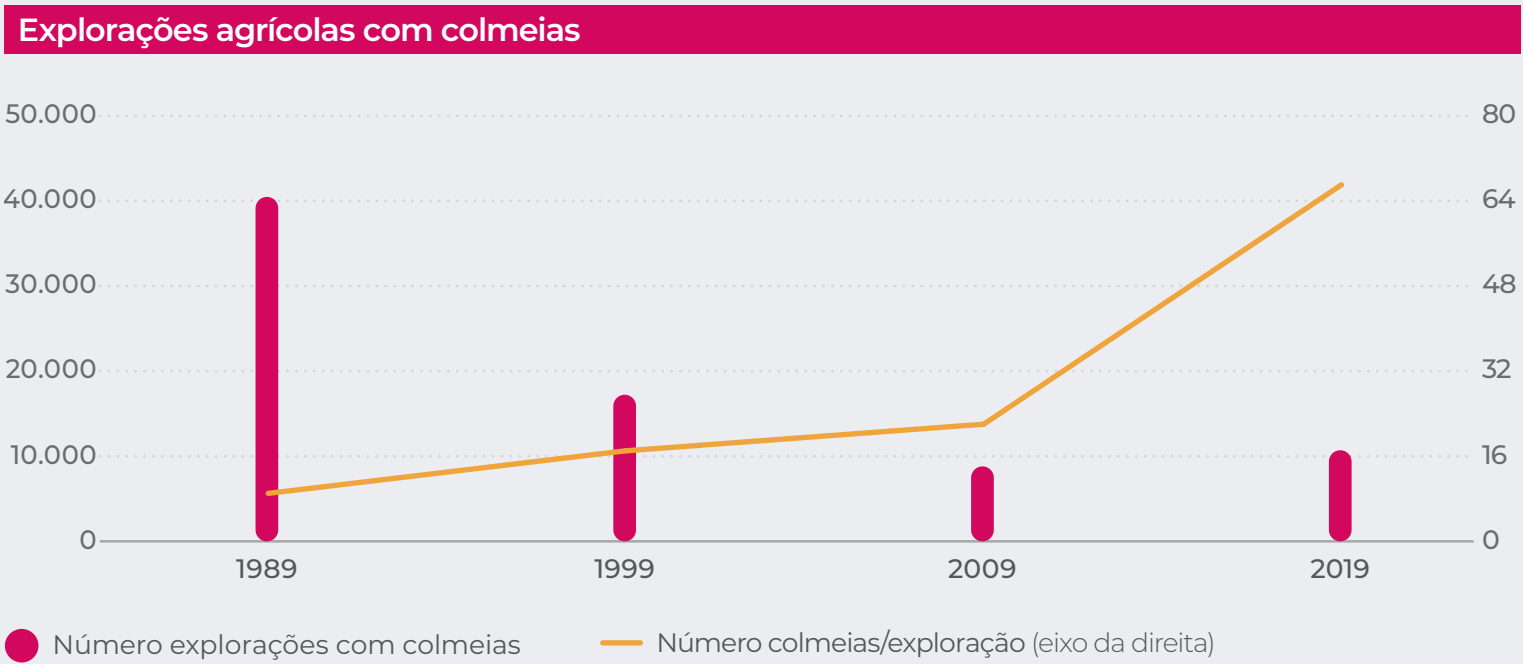
A análise da dimensão das explorações apícolas permite concluir que os apicultores portugueses, em 2018, detinham em média 65 colmeias, encontrando-se apenas as regiões do Algarve e do Alentejo acima da média, com 158 e 111 colmeias por apicultor, respetivamente.



Fonte: *Análise Setorial APICULTURA* (GPP, novembro, 2020)

2.2. Explorações agrícolas com colmeias

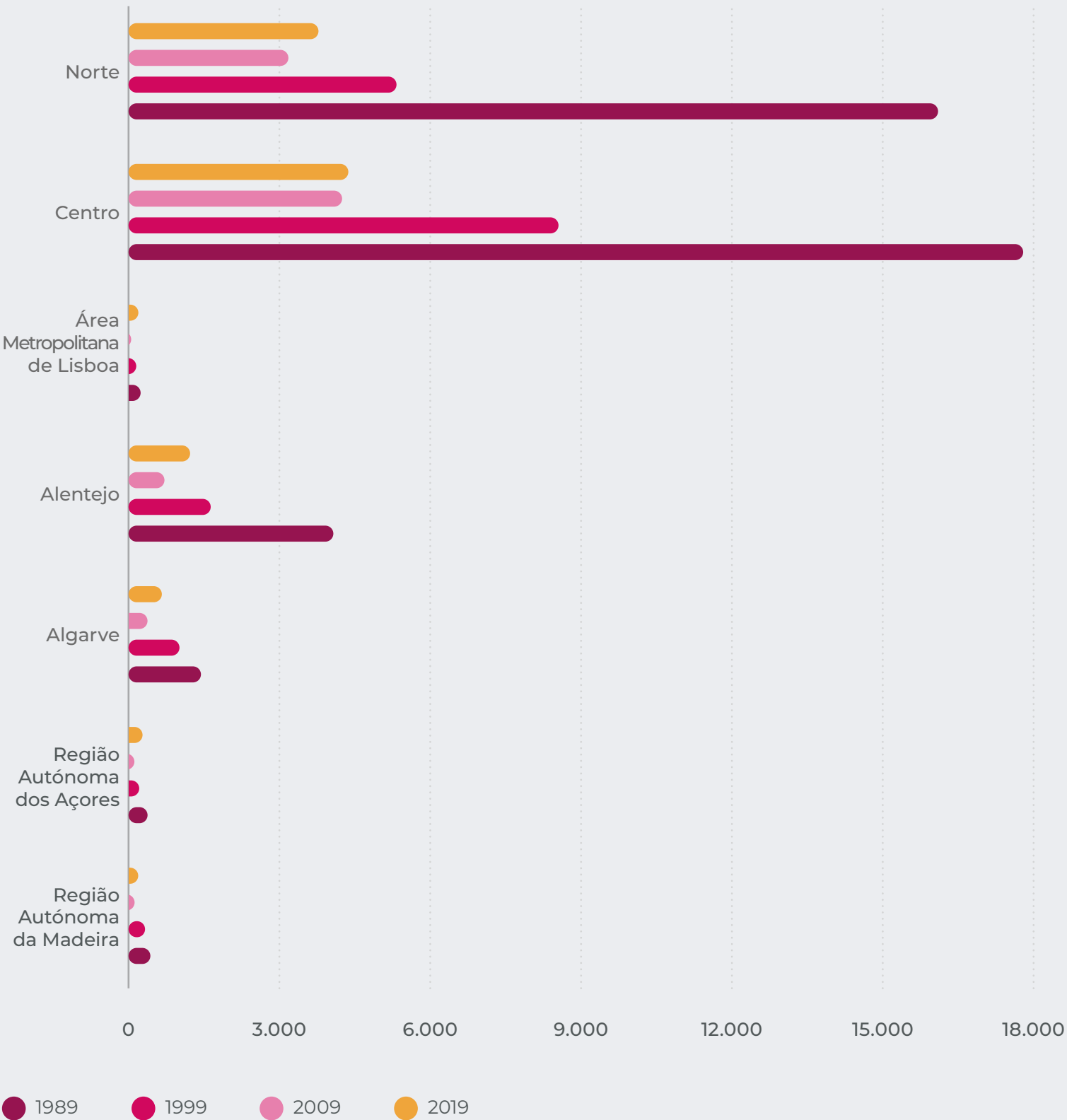
Segundo os dados do Recenseamento Agrícola (RA) publicados pelo INE, de 1989 até 2019, o número de explorações agrícolas com colmeias diminuiu 74%, apesar do ligeiro aumento verificado entre 2009 e 2019 (+22%).



Fonte: INE, Recenseamento Agrícola (séries históricas 1989-2019)

Em 2019, o número de explorações agrícolas com colmeias era de 10.699, estando a maior parte delas localizadas na região Centro (41%) e na região Norte (35%). Estas duas regiões são aquelas onde, historicamente, se concentra o maior número de explorações agrícolas com colmeias. A análise dos dados do RA desde 1989 demonstra que a região em que se registou a maior quebra no número de explorações com colmeias, entre 1989 e 2019, foi a região Norte (-77%), seguindo-se a região Centro (-75%) e a região do Alentejo (-70%). Apesar desta diminuição abrupta verificada em 2019, comparativamente aos dados de 1989, registou-se um aumento do número de explorações com colmeias entre 2009 e 2019 em todas as regiões, com especial destaque para a Área Metropolitana de Lisboa (+275%) e para a Região Autónoma dos Açores (+140%). Nas regiões do Algarve e do Alentejo, entre 2009 e 2019, verificou-se, igualmente, um aumento significativo no número de explorações com colmeias, de 76% e 71%, respetivamente.

Número de explorações agrícolas com colmeias

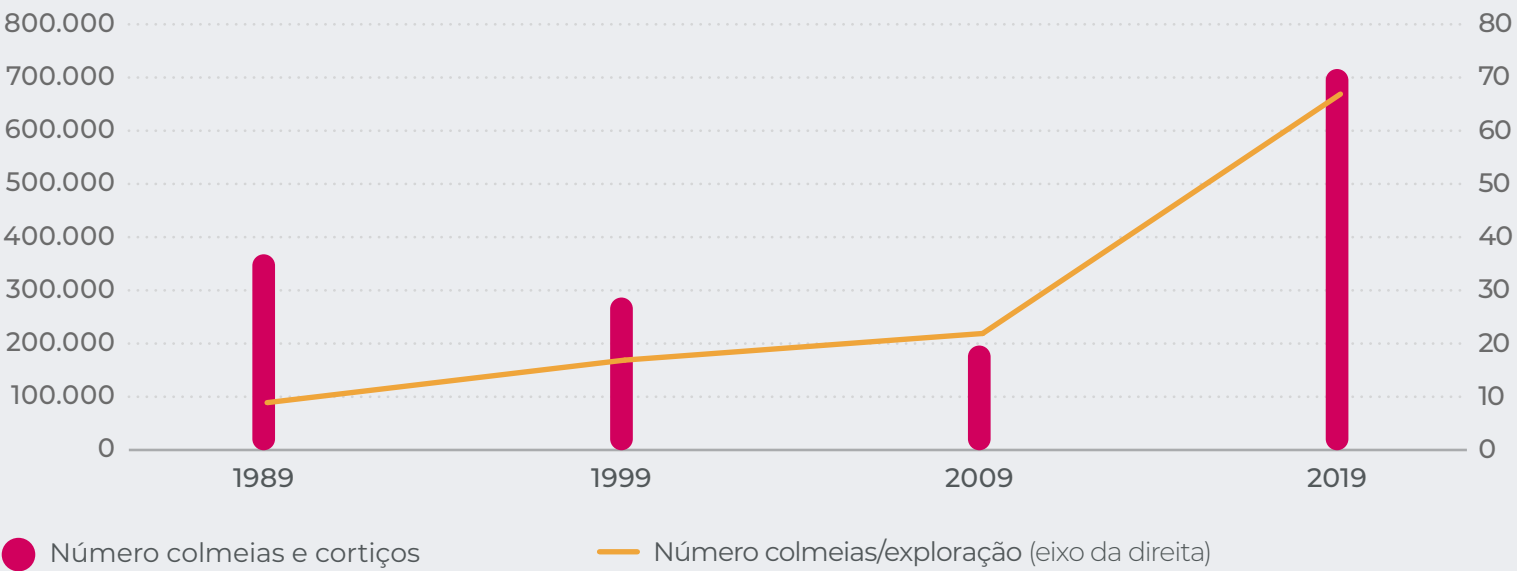


Fonte: INE, Recenseamento Agrícola (séries históricas 1989-2019)



Segundo dados do Recenseamento Agrícola, a evolução do número de colmeias e cortiços nas explorações agrícolas, entre 1989 e 2009, registou uma quebra ligeira, tendo-se verificado um aumento muito significativo do número de colmeias em 2019 (+265%), atingindo o valor absoluto de 714.367 colmeias.

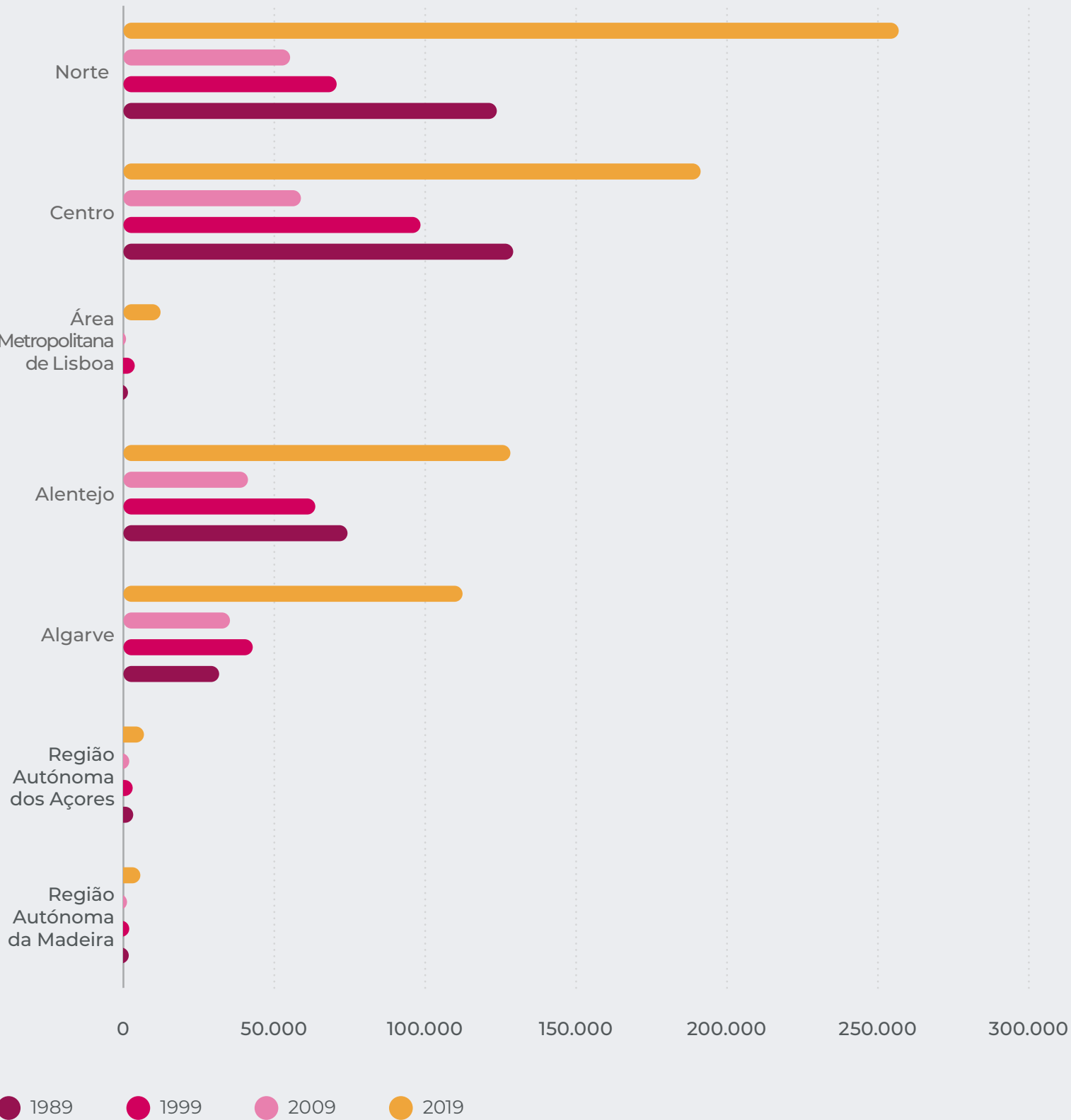
Colmeias e cortiços nas explorações agrícolas



Fonte: INE, Recenseamento Agrícola (séries históricas 1989-2019)

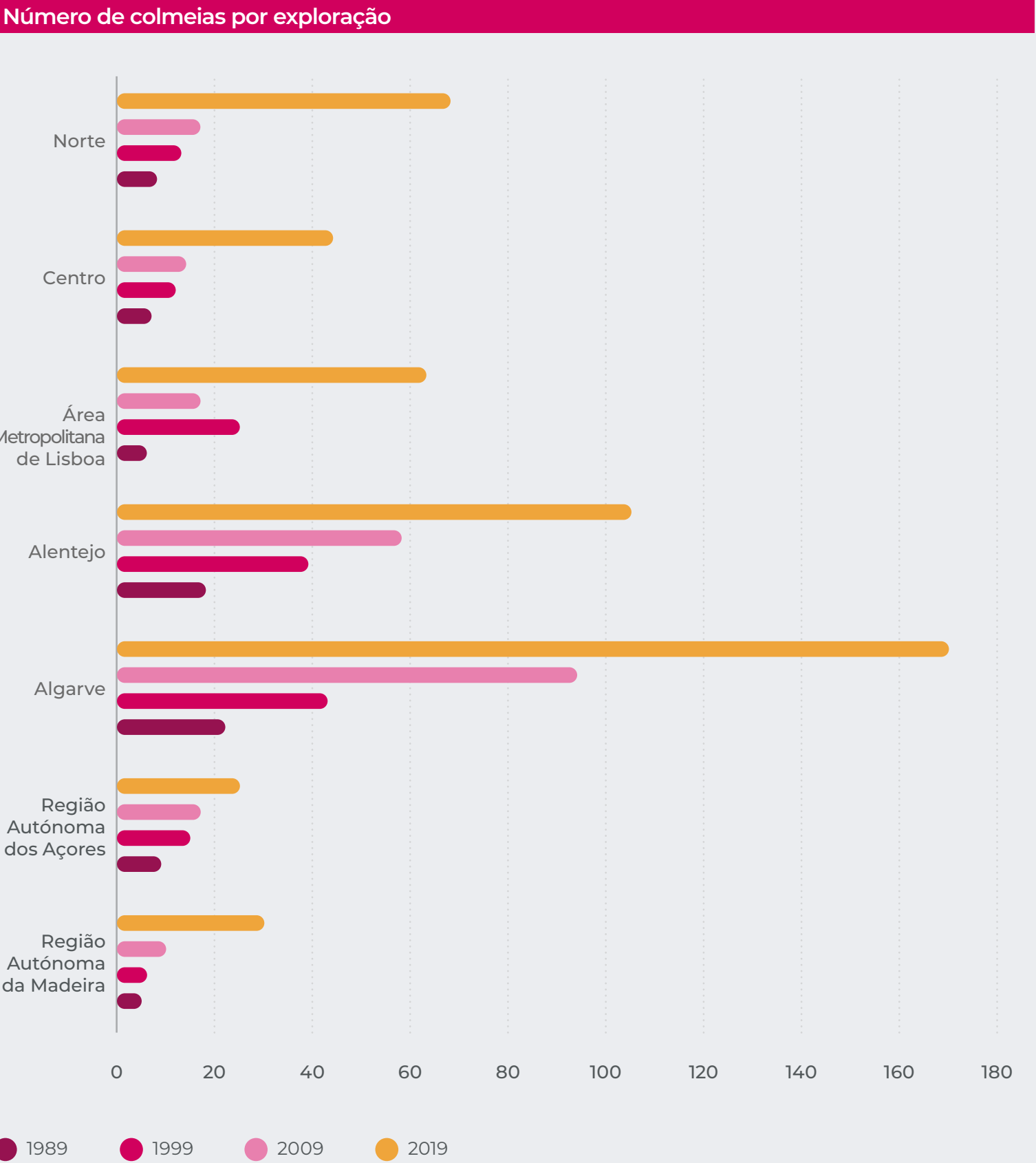
A distribuição geográfica por NUT II segue a tendência anterior, com grande destaque para as regiões Norte e Centro, e um crescimento acentuado do número de colmeias nas regiões do Alentejo e do Algarve em 2019.

Número de colmeias e cortiços nas explorações



Fonte: INE, Recenseamento Agrícola (séries históricas 1989-2019)

Deste modo, conclui-se que o número de colmeias por exploração tem registado um aumento expressivo, sobretudo entre 2009 e 2019, apesar da diminuição do número de explorações com colmeias, de modo que, em 2019, o número médio de colmeias por exploração foi de 67. As regiões do Alentejo e do Algarve são aquelas onde o número de colmeias por exploração é superior à média nacional (105 e 170, respetivamente).



Fonte: AGROGES; com base nos dados do INE, Recenseamento Agrícola (séries históricas 1989-2019)



Em 2016, a produção de mel atingiu as 14 mil toneladas, o valor mais elevado alguma vez registado em Portugal.

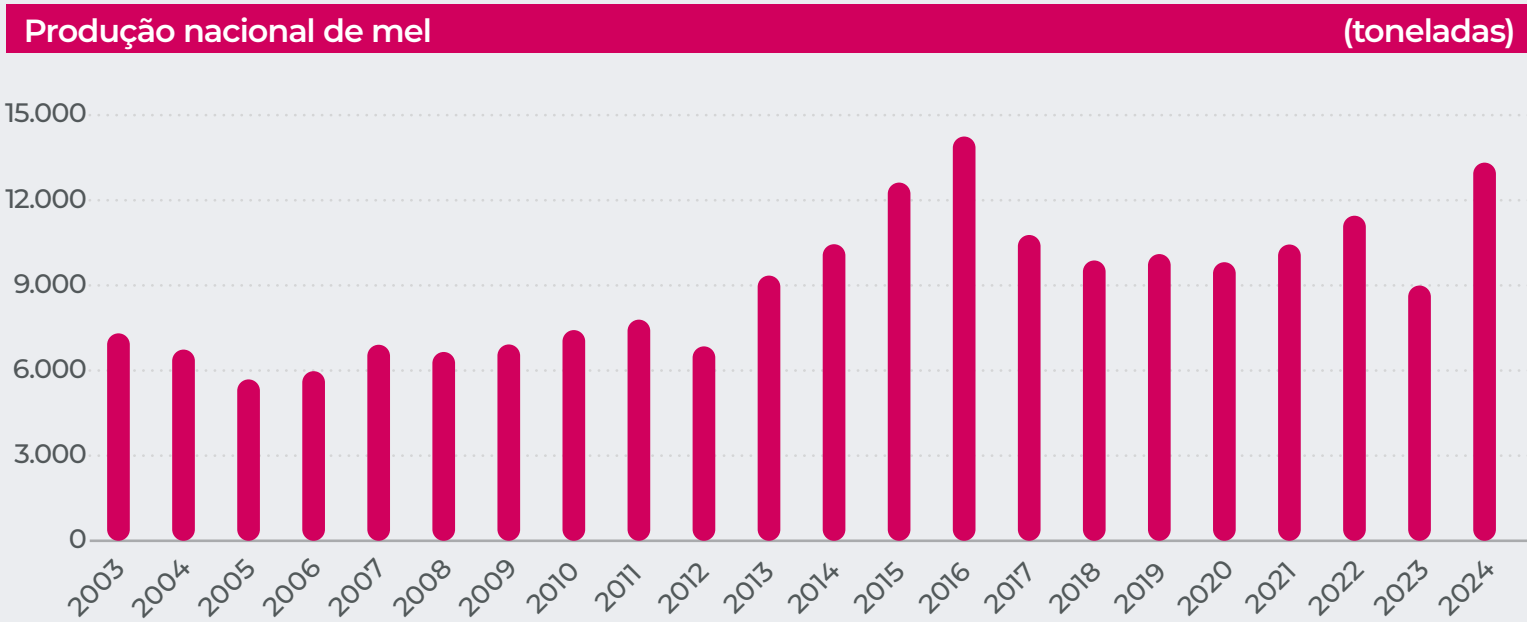
03.

Análise de estatísticas nacionais: produção, custos e mercado

3.1. Dinâmica da produção nacional

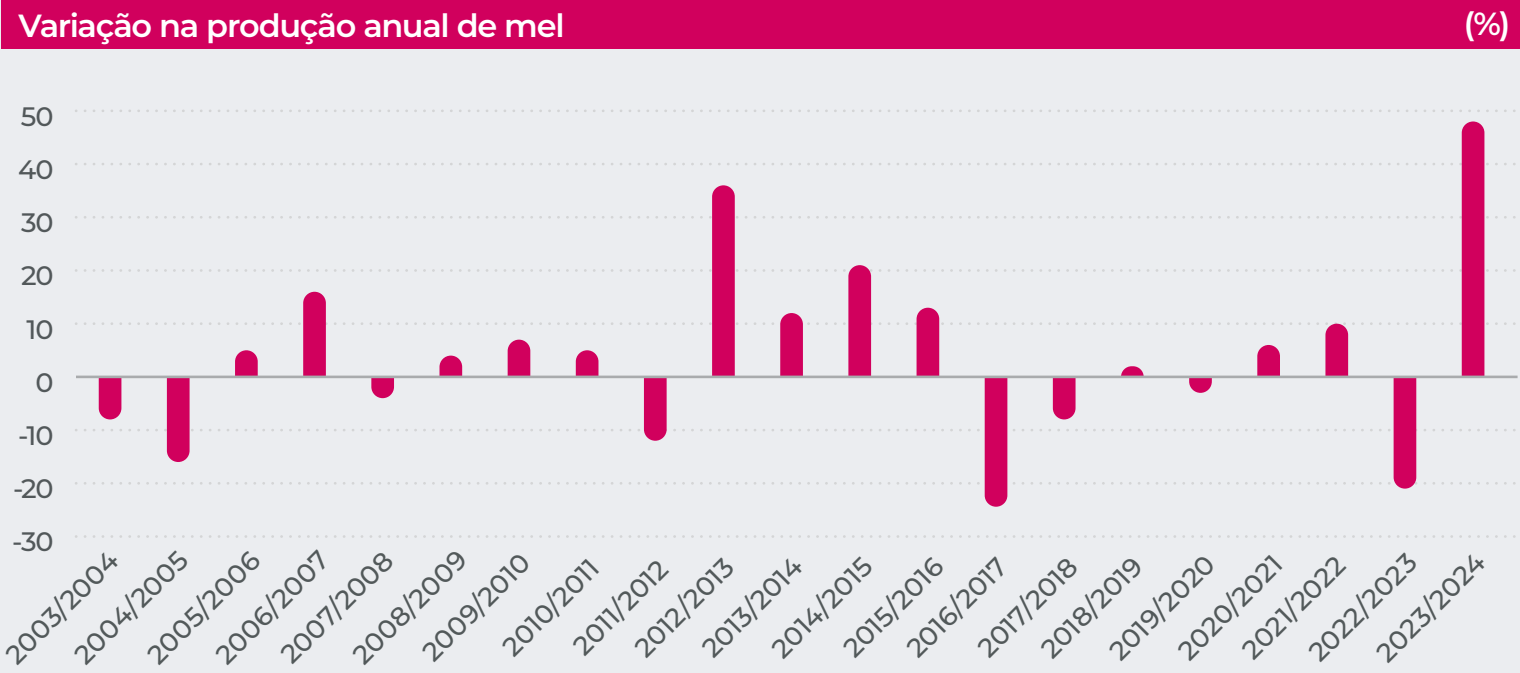
3.1.1. Produção de mel

A produção nacional de mel tem apresentado uma clara tendência de crescimento desde 2012, com exceção do ano 2017, em que se registou uma redução de 24,4% devido à influência de incêndios rurais. Entre 2007 e 2016, a produção duplicou, passando de cerca de 7 mil toneladas em 2007 para 14 mil toneladas em 2016, o valor mais elevado alguma vez registado em Portugal.



Fonte: INE – Estatísticas da Produção Animal

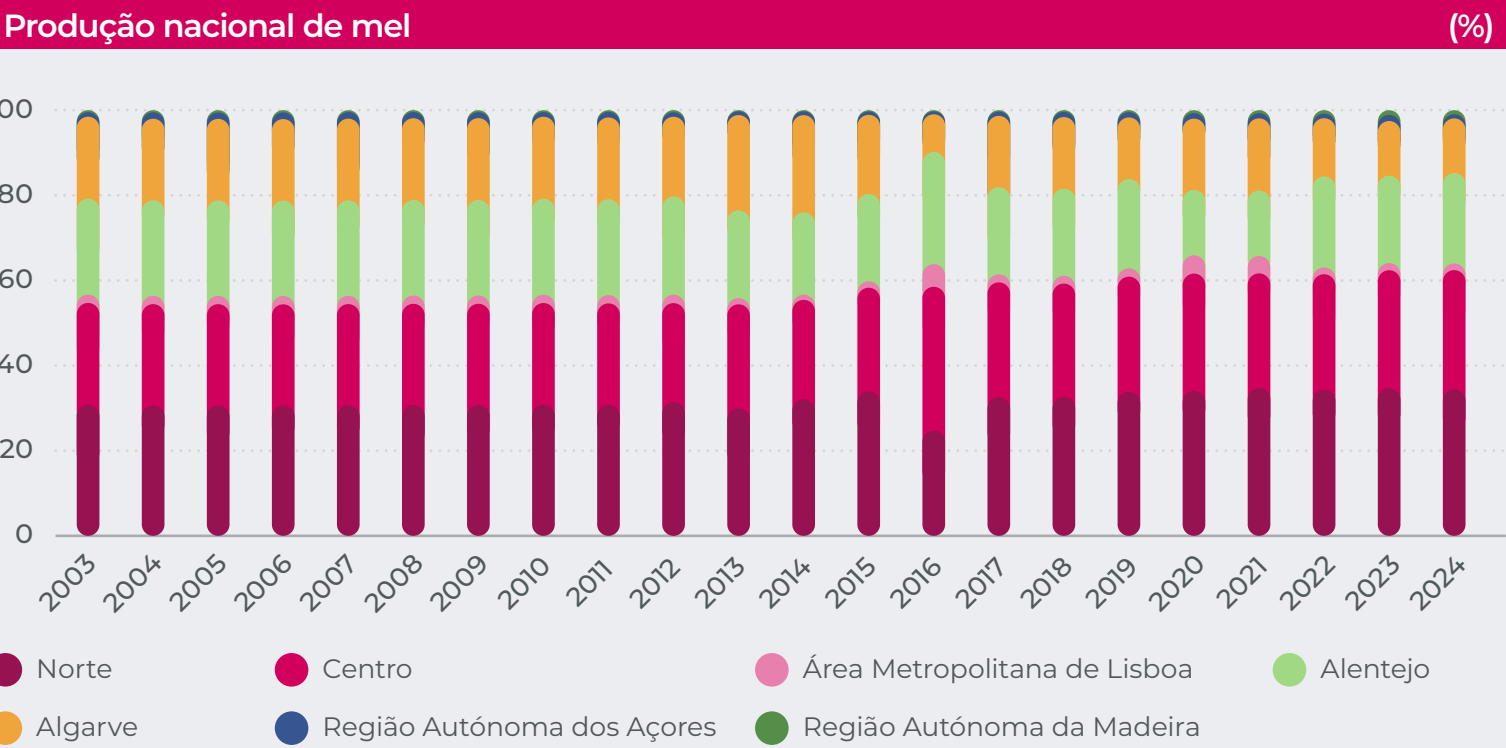
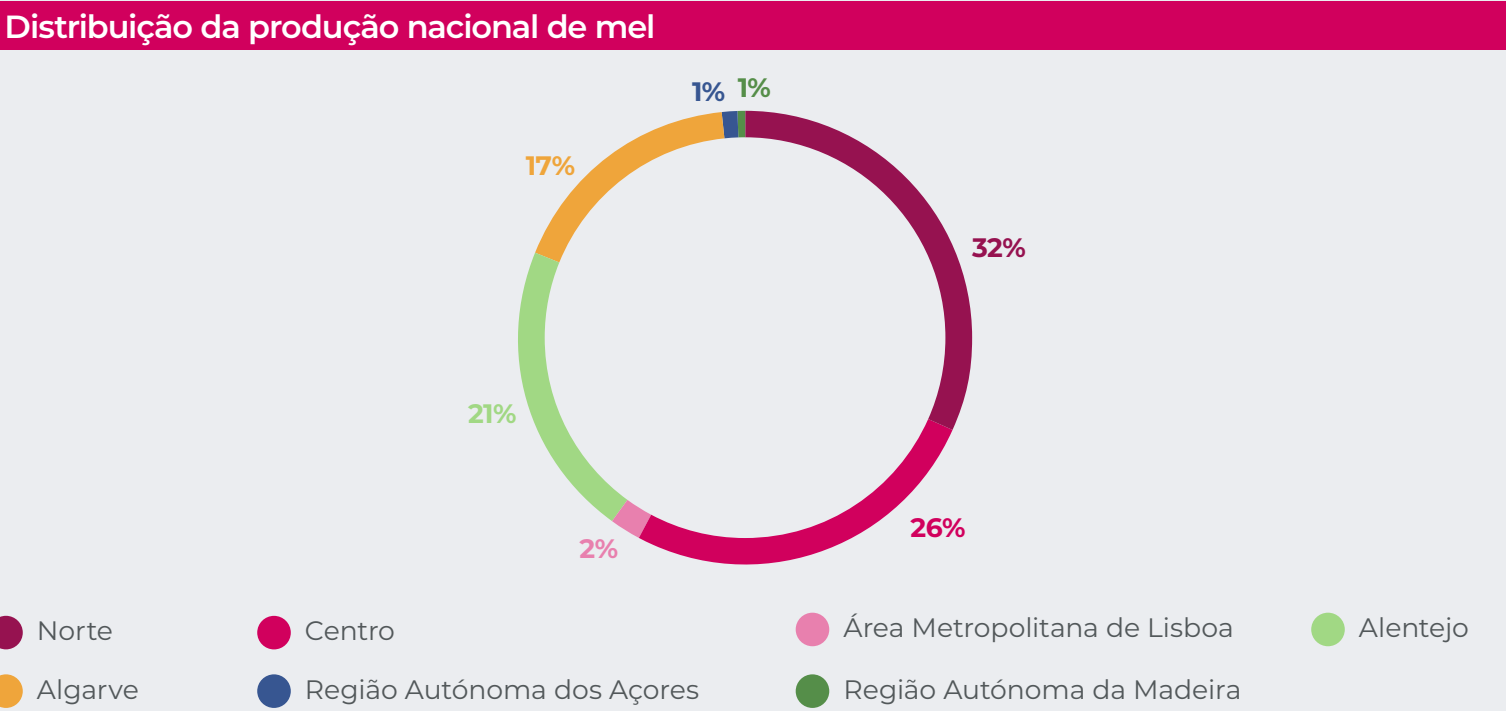
Entre 2013 e 2016, a produção anual subiu de cerca de 9,3 mil toneladas para 14,2 mil toneladas, mas nos anos seguintes registou-se uma queda, influenciada por secas, doenças, envelhecimento das abelhas e instabilidade climática. A partir de 2020, eventos extremos – incluindo incêndios, períodos prolongados de seca e a proliferação da vespa-asiática – agravaram as dificuldades, levando a quebras de produção superiores a 50% em algumas épocas e regiões.



Fonte: INE – Estatísticas da Produção Animal

Em 2024, a produção nacional de mel atingiu as 13.326 toneladas, um aumento de 48% face à produção registada em 2023, evidenciando uma tendência de gradual interesse e de investimento na atividade apícola.

Analisando os dados médios da produção anual de mel por região NUT II, verifica-se que as regiões Norte e Centro são aquelas onde as produções de mel são mais significativas, com um peso de 32% e 26% da produção total nacional de mel, respetivamente. A produção de mel das regiões do Alentejo e do Algarve apresentam também um peso significativo no total nacional, com uma maior variabilidade anual. A produção de mel nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira é pouco significativa.



Fonte: INE – Estatísticas da Produção Animal

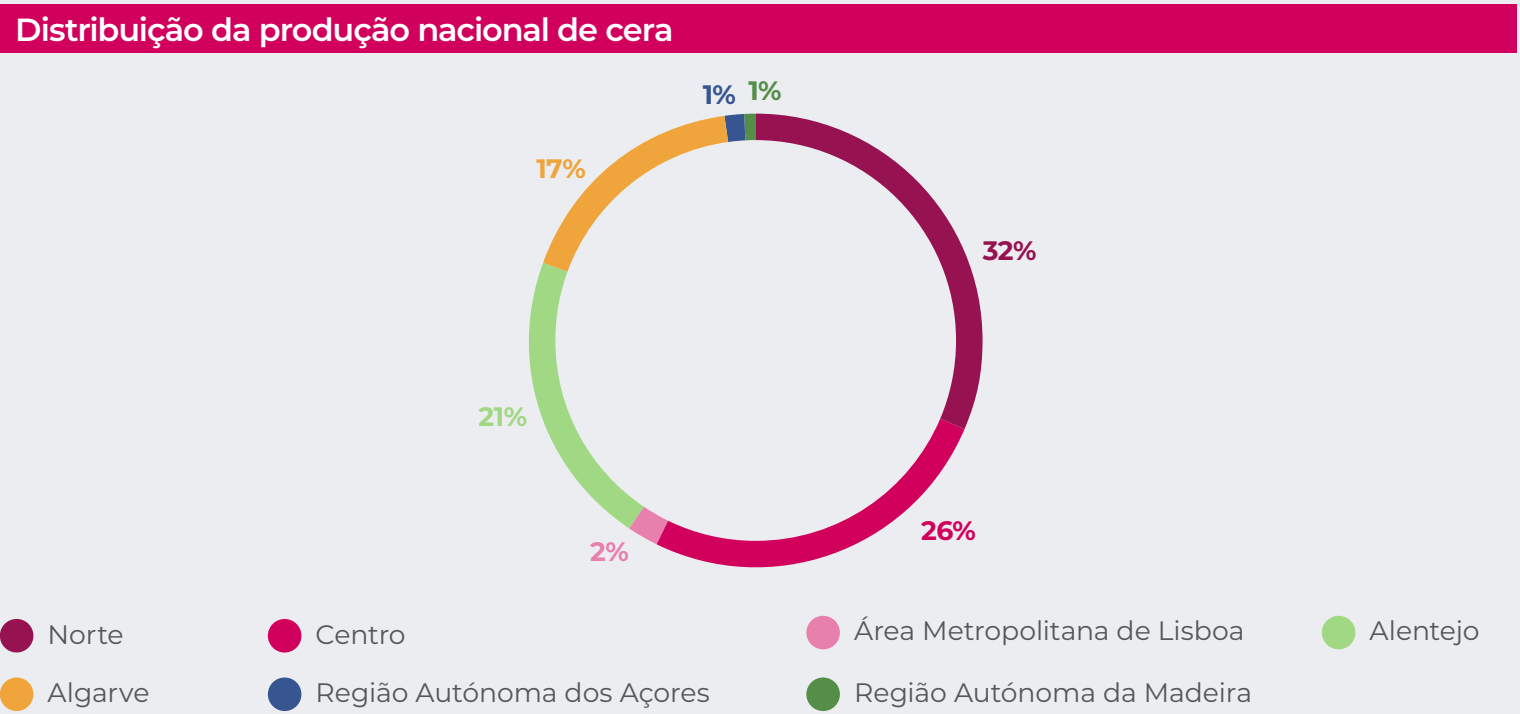
3.1.2. Produção de cera

A produção nacional de cera apresenta uma tendência de evolução muito semelhante à produção nacional de mel, com uma tendência crescente entre 2012 e 2016 e uma quebra acentuada no ano de 2017 (-22%). A produção de cera, em 2024, registou um aumento de 47% ao ano 2023, tendo sido produzidas cerca de 358 toneladas.



Fonte: INE – Estatísticas da Produção Animal

Em termos de distribuição regional, é também nas regiões do Norte e do Centro que se localiza a maior produção nacional de cera (32% e 26% da produção nacional, respetivamente), à semelhança do verificado para a produção regional de mel.



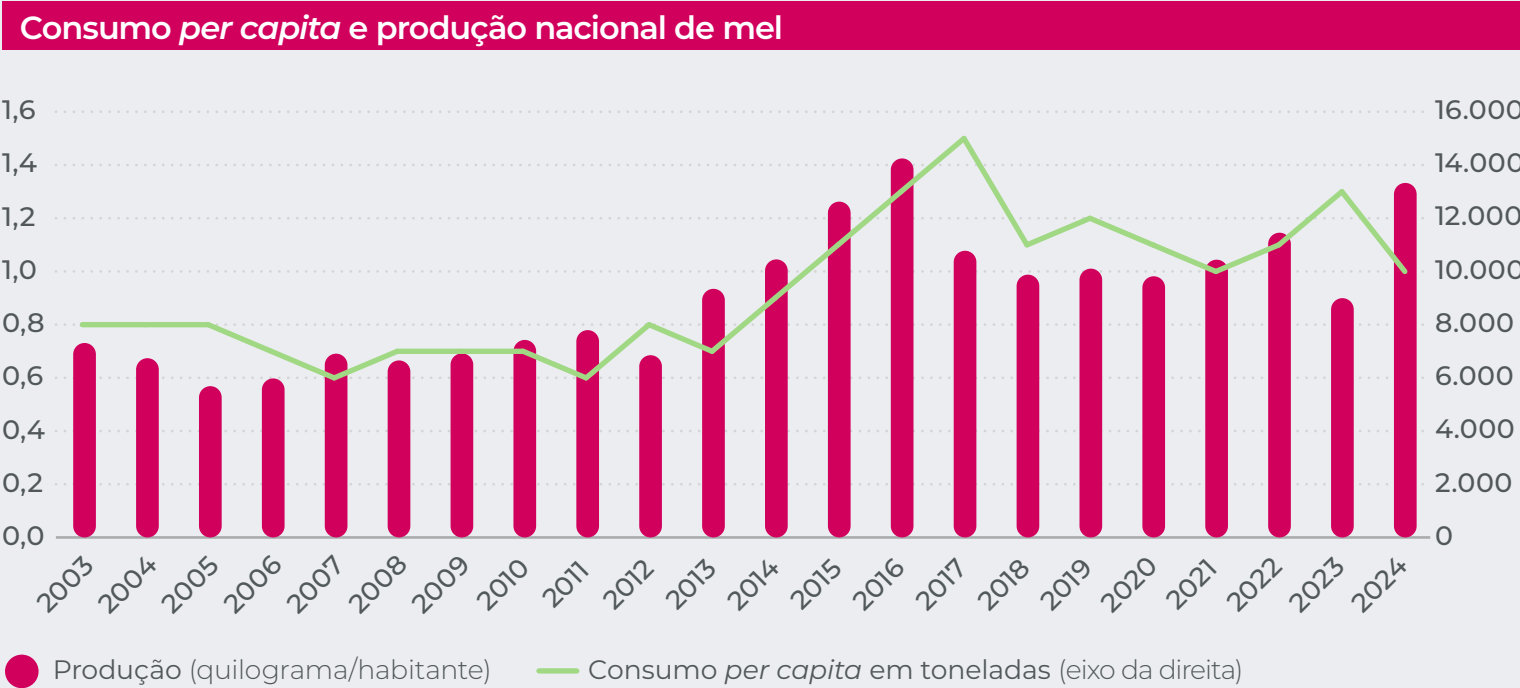
3.2. Consumo de mel

De uma maneira geral, o consumo de mel tem seguido a tendência da produção nacional do ano anterior, com um crescimento acentuado entre 2012 e 2017, e uma quebra abrupta no consumo após 2018, na sequência da diminuição da produção nacional de mel como consequência dos incêndios de 2017. Após 2018, o consumo de mel tem oscilado entre as 10 mil toneladas e as 14 mil toneladas registadas em 2023, tendo-se verificado, em 2024, uma quebra de 21% no consumo de mel face ao ano anterior (em consonância com a quebra de produção de 21% registada entre 2022 e 2023).

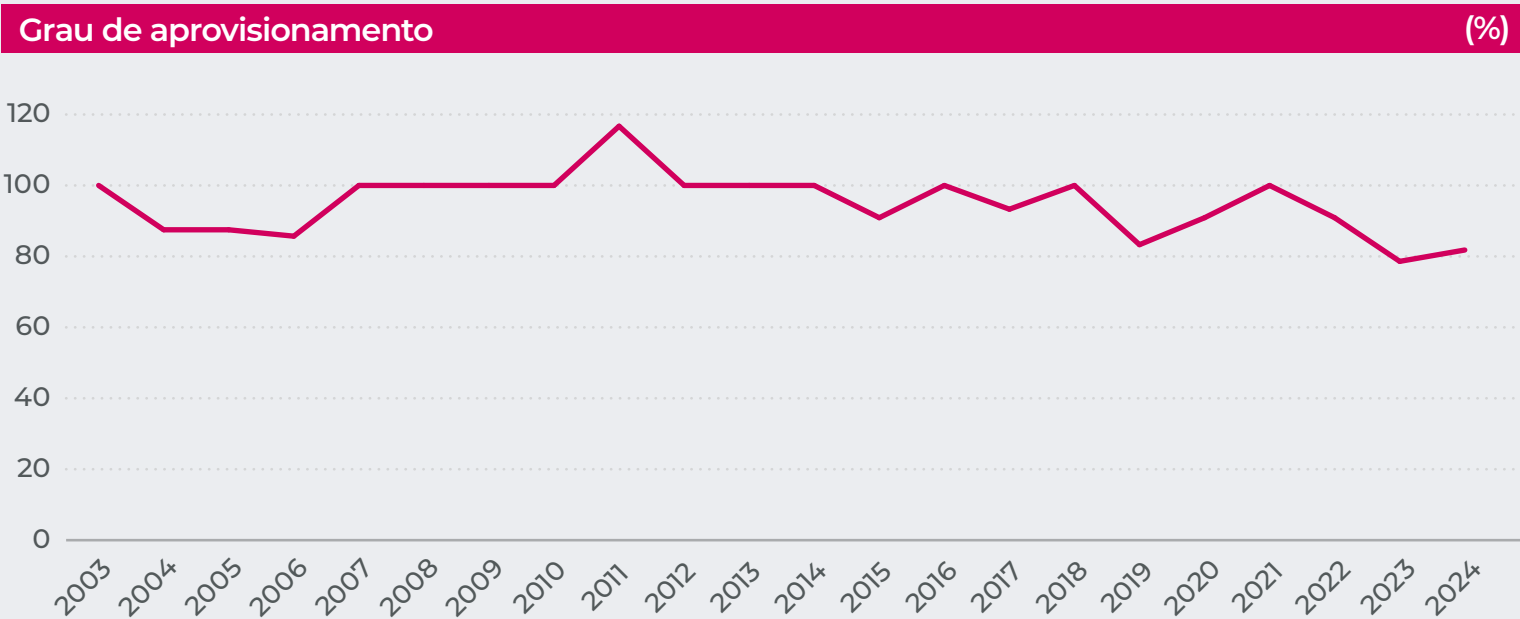


Fonte: INE – Balanços de aprovisionamento de produtos vegetais

O consumo *per capita* acompanhou a evolução da produção nacional e do consumo de mel, fixando-se em 1,0 quilograma por habitante em 2024.



O grau de autoaprovisionamento de mel em Portugal é geralmente estável e situa-se próximo dos 100%. Contudo, nos últimos anos, o grau de aprovisionamento nacional tem diminuído, tendo-se registado, em 2024, um grau de aprovisionamento de 81,8%.



Fonte: INE – Estatísticas da Produção Animal

O grau de aprovisionamento nacional tem vindo a diminuir, tendo-se fixado nos 81,8% em 2024.



3.3.Custos de produção e rentabilidade

As produções médias de mel variam anual e regionalmente, sendo as regiões do Algarve e do Alentejo as que se destacam pela maior dimensão das explorações.

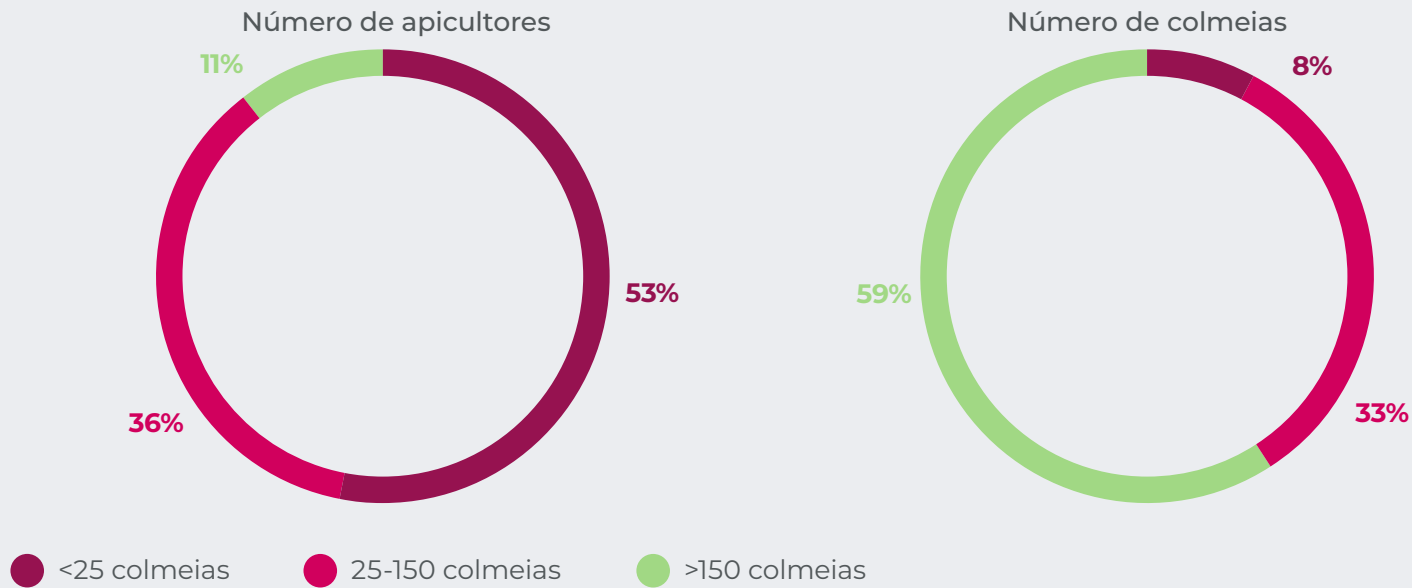
Os dados disponíveis sobre a conta de cultura da atividade apícola em Portugal (dados de 2018 reportados pelo Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP) em 2020) identificam duas tipologias de atividade com produtividades de mel distintas:

- A atividade apícola não profissional, em que cada apicultor apresenta, em média, 30 colmeias e com uma produtividade média de mel de 15 quilogramas/colmeia;
- A atividade apícola profissional, com uma dimensão média de 400 colmeias por apicultor e uma produtividade média de mel de 22 quilogramas/colmeia.

Os apicultores não profissionais, que representam cerca de 90% do total em Portugal, detêm 41% das colmeias. Já os apicultores com mais de 150 colmeias (vulgo profissionais) detêm apenas 10% do total nacional, mas representam 59% do total de colmeias (GPP, 2020):

- As explorações com uma dimensão até 25 colmeias são detidas por 53% dos apicultores (6.328 apicultores) e representam 8% das colmeias – dimensão média de 10 colmeias por apicultor;
- As explorações com uma dimensão entre 25 e 150 colmeias são detidas por 36% dos apicultores (4.314 apicultores) e representam 33% das colmeias – dimensão média de 59 colmeias por apicultor;
- As explorações com mais de 150 colmeias – os apicultores profissionais (1.241 no total nacional, com 449.918 colmeias) – representam apenas 10% do total de apicultores, mas detêm 59% do efetivo total, com uma dimensão média de 363 colmeias por apicultor.

Análise sectorial APICULTURA (GPP, novembro, 2020)



Fonte: *Análise Setorial APICULTURA* (GPP, novembro, 2020)

A análise do Rendimento Empresarial Líquido (REL) do setor apícola, em 2018, estimou um valor aproximado de 15.459 mil euros e mostrou uma queda significativa de -46% face ao triénio anterior (33.642 mil euros).

Esta descida deveu-se à diminuição da produção de mel por colmeia (passando, por exemplo, de 22 quilogramas para 15 quilogramas nos apicultores profissionais e de 33 quilogramas para 22 quilogramas nos profissionais com transumância) e à redução do preço dos enxames (de 75 euros para 55 euros), além do aumento de 67% nos custos variáveis com reposição de ceras e alimentação artificial.

Os custos com o controlo de doenças e com a reposição de ceras são as rubricas que mais pesam nos custos variáveis. Os apicultores que praticam a transumância (migração de colmeias) e os de dimensão média (50-150 colmeias) demonstram, contudo, os maiores valores de REL.



04.

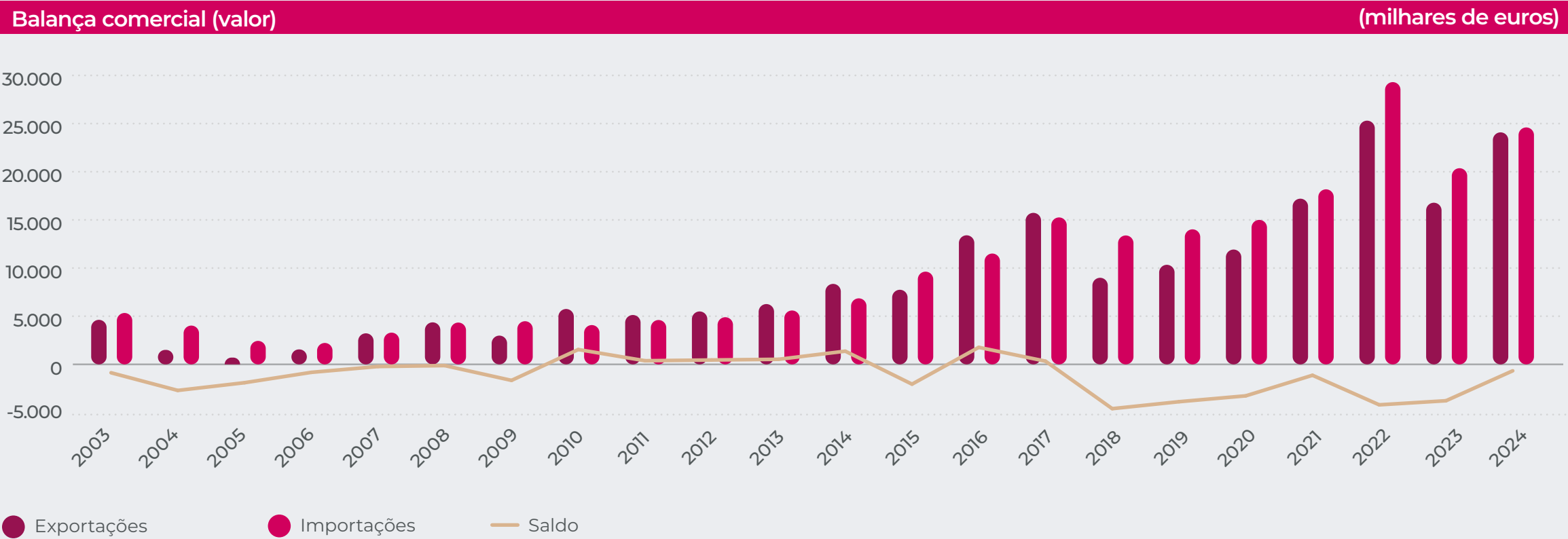
Comércio internacional: Balança comercial

A balança comercial de mel de Portugal apresenta alguma instabilidade, tanto quando analisamos os resultados do comércio internacional em valor como em quantidade.

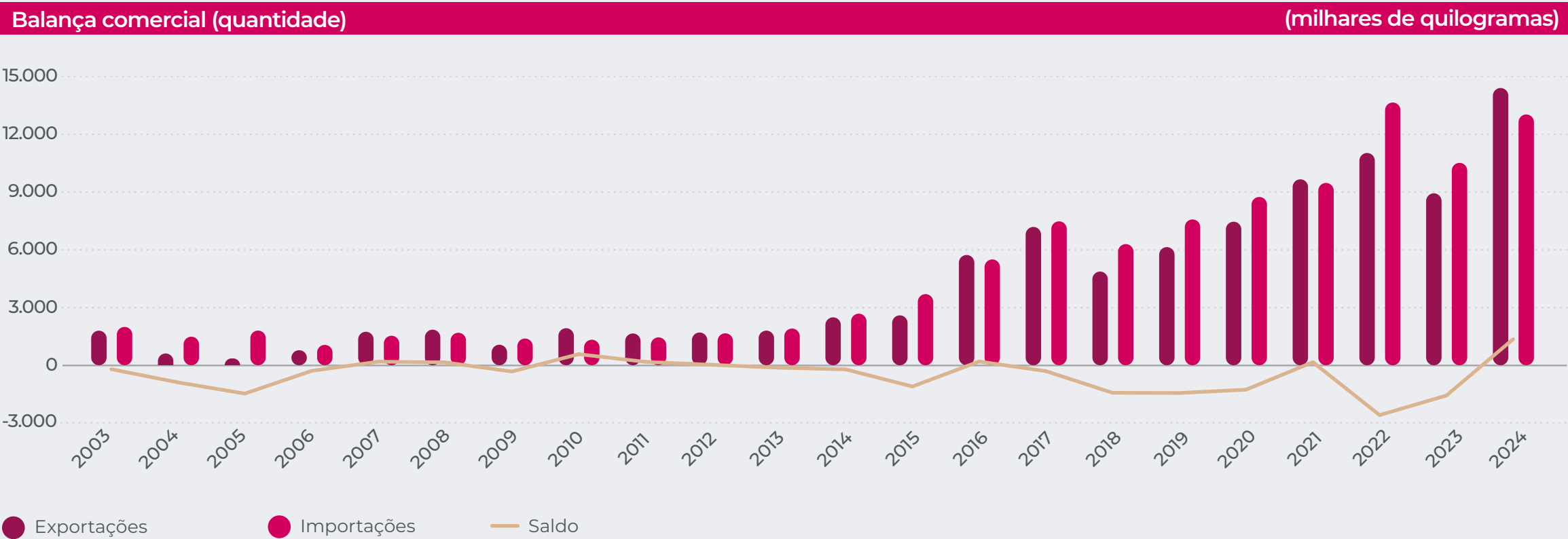
Desde 2017, o saldo da balança comercial em valor tem registado sempre valores negativos, como resultado do aumento crescente das importações de mel. Em 2024, apesar de uma recuperação no valor das exportações (+44% do que o valor de exportações registado em 2023), o saldo da balança comercial registou um valor negativo de -510.827 euros, devido a um aumento de 21% das importações de mel. Os anos em que se registaram picos de exportação (2022 e 2024) foram também aqueles em que se verificaram picos nas importações. A taxa de cobertura das exportações sobre as importações dos últimos 22 anos foi de 89%, significando que o país apresenta um défice comercial no que respeita ao mercado do mel, e que apenas 89% das importações são cobertas pelas exportações.

No que se refere à balança comercial em quantidade, o comportamento é bastante semelhante àquele descrito anteriormente: desde 2018, a balança comercial em quantidade tem registado valores negativos, com exceção dos anos 2021 e 2024, em que as exportações de mel em quantidade superaram as importações.

Como resultado desta análise ao mercado internacional, observa-se que o valor unitário (euros/quilogramas) das exportações e importações de mel tem oscilado na mesma proporção nos últimos 20 anos, sendo que, desde 2018 (com exceção do ano 2022), o valor unitário das exportações tem sido sempre inferior ao valor unitário das importações de mel. Em 2024, o valor unitário de exportações de mel foi de 1,7 euros/quilograma e o valor unitário de importações de mel foi de 1,9 euros/quilograma.



Em 2024, o saldo da balança comercial registou um valor negativo de -510.827 euros, devido a um aumento de 21% das importações de mel.



Desde 2018 (com exceção do ano 2022), o valor unitário das exportações de mel tem sido sempre inferior ao valor unitário das importações.



Fonte: INE, Estatísticas do comércio internacional de bens



4.1. Principais mercados

4.1.1. Resultados em valor

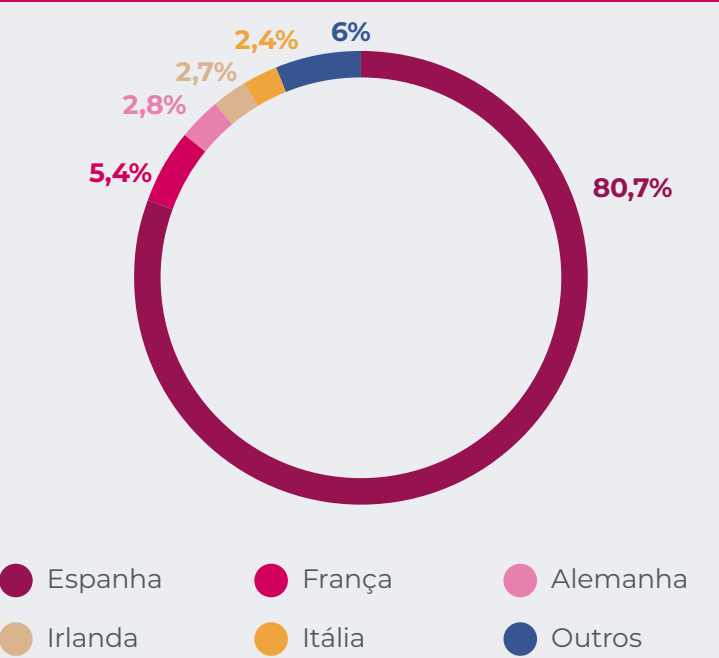
Em 2024, os principais mercados de exportação de mel em valor foram Espanha, França, Alemanha, Irlanda e Itália, para onde foram exportados entre 576 mil euros e 19.432 mil euros. Estes cinco países representaram 94% do total das exportações em valor nesse ano..

A evolução das exportações de mel para estes mercados tem variado ao longo dos últimos dez anos, destacando-se o crescimento acentuado de exportações para Espanha que, atualmente, é o principal país de destino deste produto.

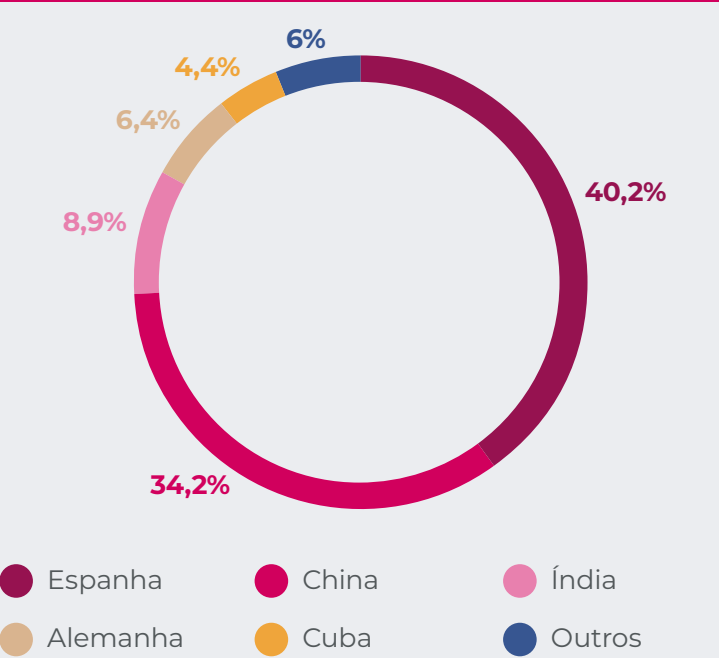
Relativamente aos mercados de importação, Espanha é líder no *ranking* dos países para de onde Portugal importa mel, seguindo-se a China, a Índia, a Alemanha e Cuba, embora esta ordem tenha sofrido alterações ao longo dos últimos dez anos.

Destaca-se a importação de mel proveniente da Índia, em 2024, sendo que as importações provenientes deste país eram praticamente inexistentes antes deste ano. Do mesmo modo, realçam-se as importações provenientes do México entre 2020 e 2022, que sofreram uma quebra acentuada após 2023, o que levou a que este país saísse do *top 5* de importações de mel.

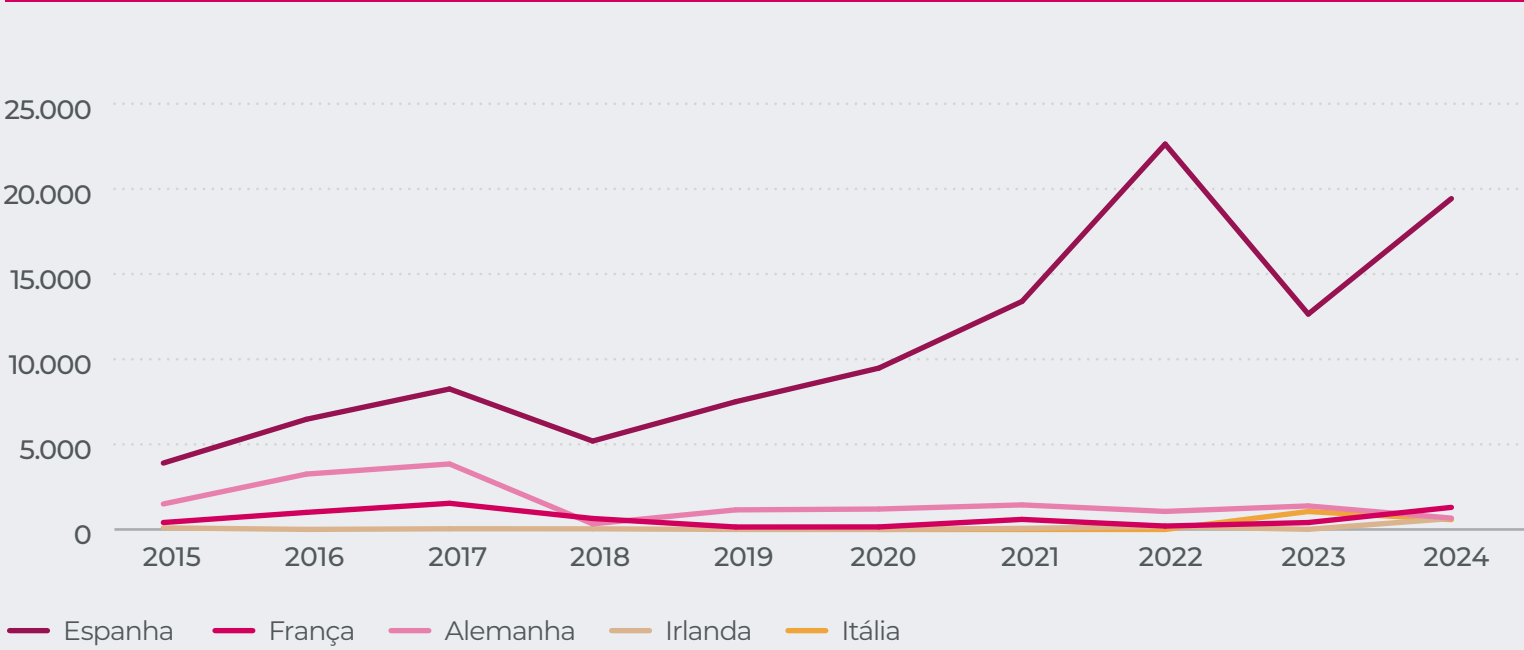
Principais mercados de exportação de mel, em valor (2024)



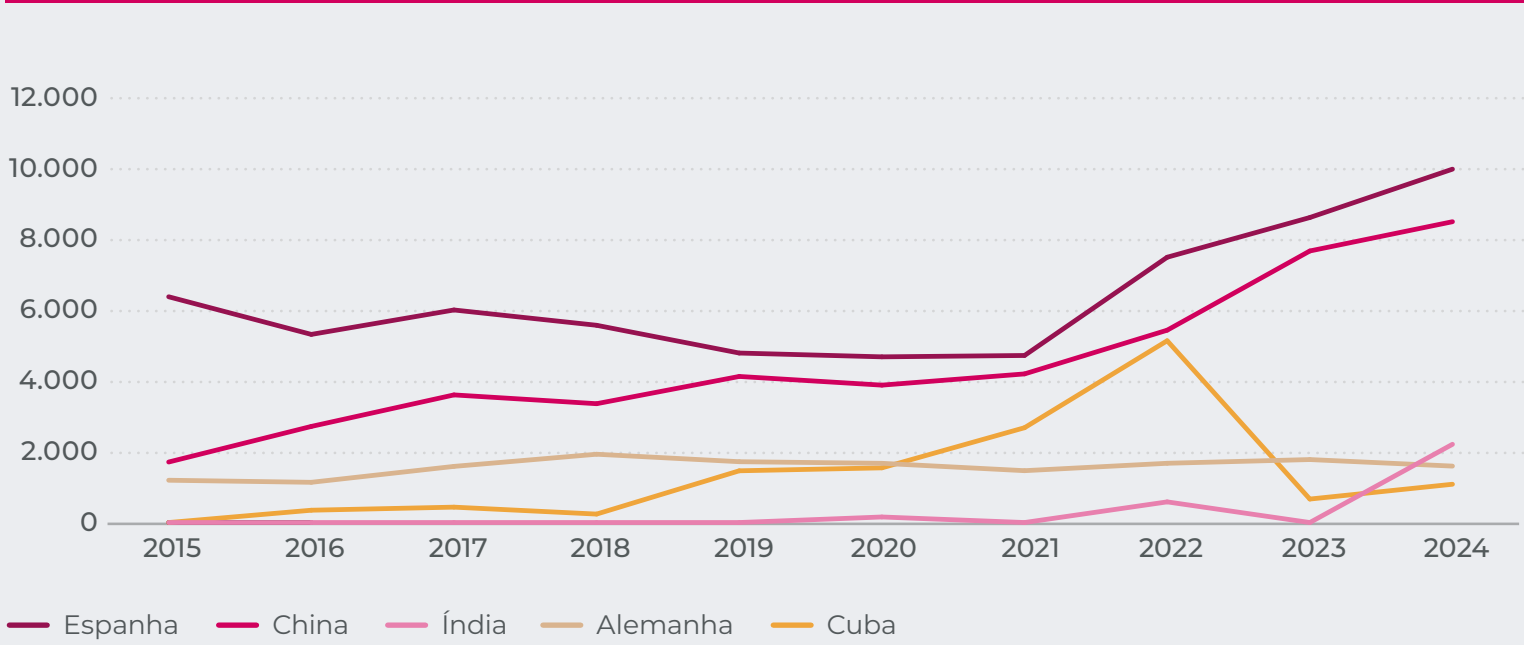
Principais mercados de importação de mel, em valor (2024)



Exportações de mel nos cinco principais mercados (mil euros)



Importações de mel nos cinco principais mercados (mil euros)



Fonte: INE, Estatísticas do comércio internacional de bens

4.1.2. Resultados em volume

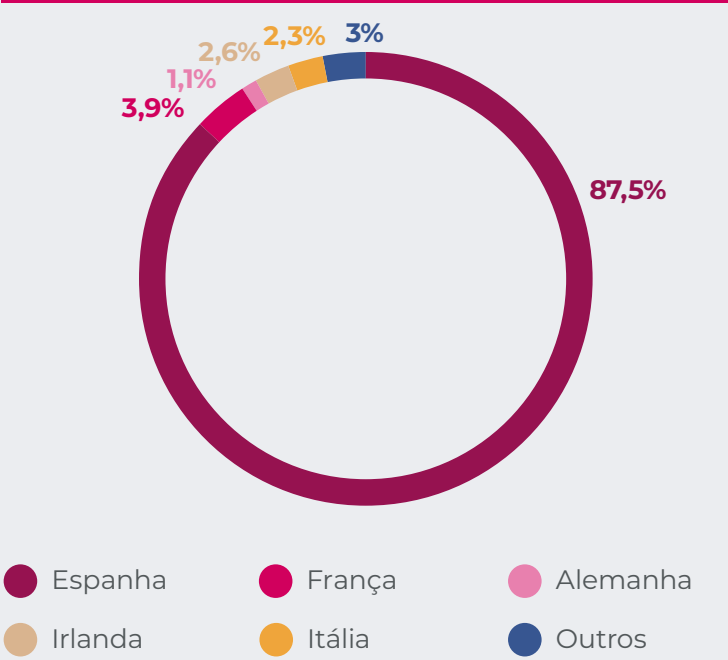
Em termos de análise do mercado internacional em volume (quantidade de mel exportado e importado), os principais mercados de exportação e importação são os indicados anteriormente, embora o peso que apresentam em termos globais seja distinto e, por isso, a ordem do top 5 seja também diferente.

Assim, em 2024, no mercado de exportação em quantidade, o *ranking* é igualmente dominado pela Espanha (88% do total de exportações), seguindo-se a França, a Irlanda, a Itália e a Alemanha, que, no seu conjunto, totalizam 97,4% do total de exportações em volume registadas em 2024. Em termos de evolução nos últimos dez anos, destaca-se a Espanha com um pico de exportação em quantidade, verificado em 2024 (para onde foram exportadas cerca de 12,6 mil toneladas de mel – o maior volume registado nos últimos dez anos).

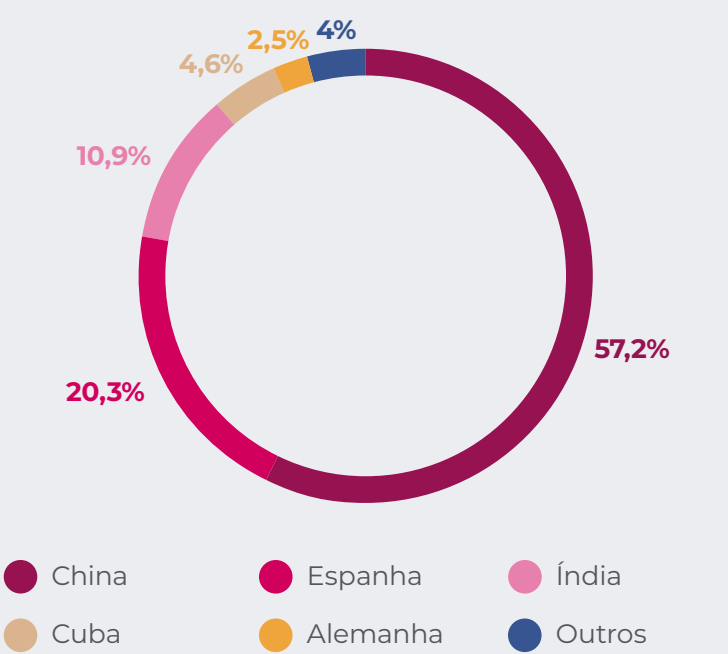
No que respeita ao mercado da importação de mel, em quantidade, a China surge como líder destacado em 2024, de onde originaram 7,4 mil toneladas de mel (cerca de 57% da quantidade total de mel importado em 2024). Seguem-se Espanha, Índia, Cuba e Alemanha, de onde foi proveniente cerca de 38,4% da quantidade total de mel importada em 2024. Deste modo, estes cinco países foram responsáveis por mais de 95,4% da quantidade total de mel importada por Portugal, em 2024.

Em termos de evolução das importações de mel em quantidade destes cinco países,

Principais mercados de exportação de mel, em quantidade (2024)

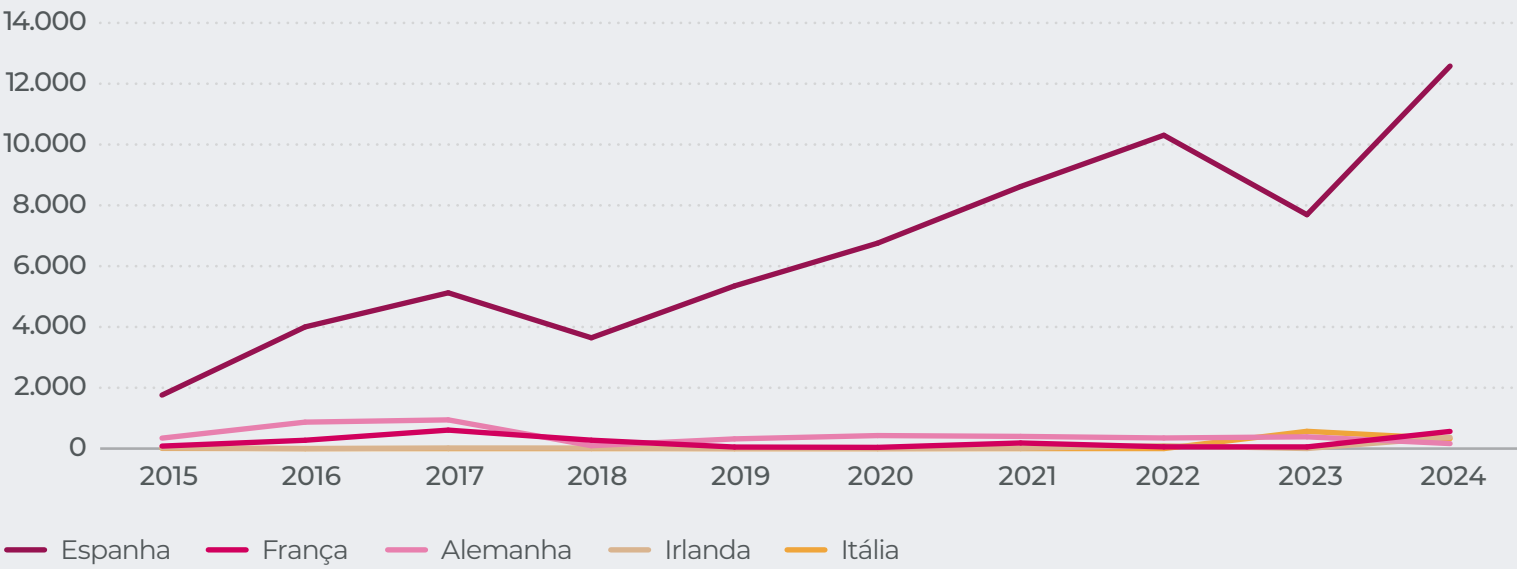


Principais mercados de importação de mel, em quantidade (2024)

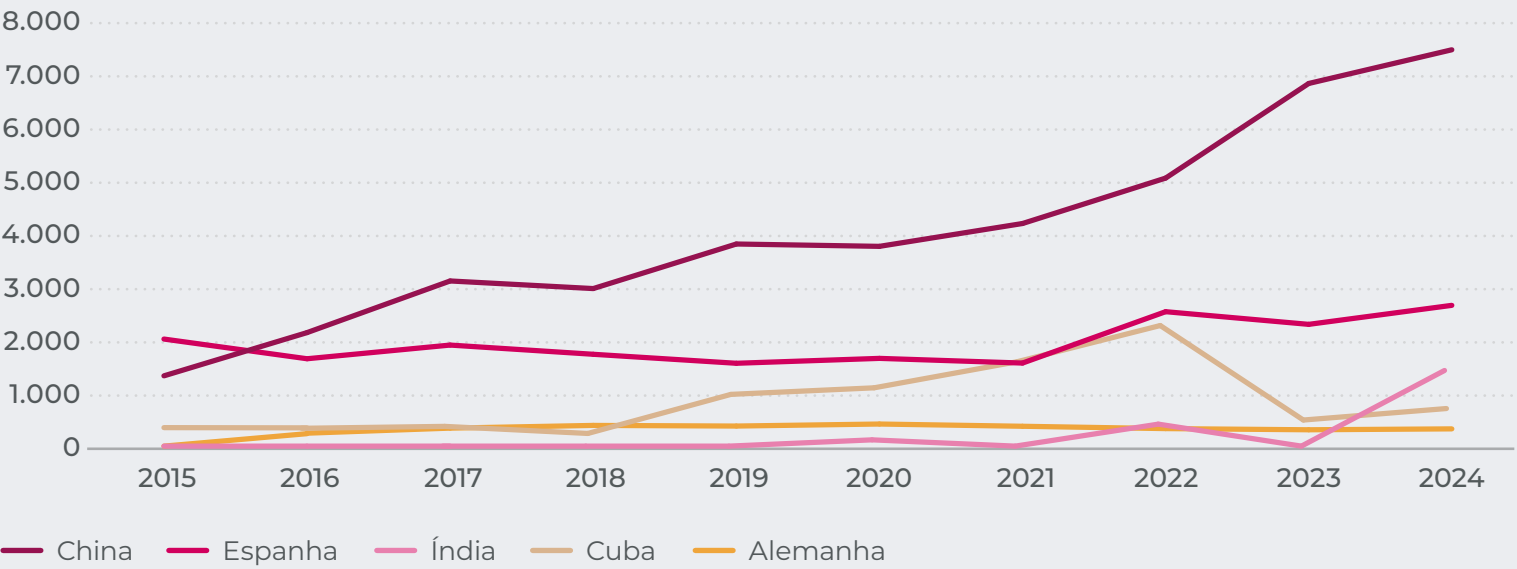


verifica-se a crescente importância das importações proveniente da China, assim como

Exportações de mel nos cinco principais mercados (toneladas)



Importações de mel nos cinco principais mercados (toneladas)



Fonte: INE, Estatísticas do comércio internacional de bens

o crescimento acentuado nas importações de mel da Índia, em 2024, e da diminuição

das importações de mel cubano nos últimos dois anos.

A close-up photograph of several bees working on a honeycomb. The bees are in various positions, some facing the camera and others with their backs to it. The honeycomb cells are visible, some containing golden honey. The background is a warm, golden-brown color, creating a soft, naturalistic atmosphere.

05.

O setor apícola português no contexto europeu e mundial

O mercado mundial de mel tem registado um crescimento significativo nas últimas décadas, impulsionado por preocupações nutricionais e pela procura de alternativas naturais ao açúcar refinado. Em 2023, a produção global de mel ultrapassou 1,8 milhões de toneladas, com a China a liderar a lista de países como maior produtor (cerca de 543 mil toneladas), seguida pela União Europeia (UE) (230 mil toneladas), Turquia, Ucrânia e Argentina.

A UE é um dos maiores mercados mundiais, mas tem um défice produtivo, conseguindo satisfazer apenas cerca de 60% da sua procura interna. Em 2023, os países da UE importaram mais de 163,7 mil toneladas de mel, avaliadas em 359,3 milhões de euros, uma subida de 20% na última década. A Alemanha lidera nas importações (25% do total), enquanto que Espanha é o principal exportador intra-UE. Os principais fornecedores de mel para o mercado europeu são a China (37%), a Ucrânia (28%), a Argentina (12%), o México (7%) e Cuba (3%).

Portugal encontra-se bem posicionado no setor apícola europeu, ocupando a décima posição em número de apicultores (11.300) e colmeias (754.000). Em média, cada apicultor português possui 66 colmeias, um valor elevado em comparação com outros países europeus. Portugal é, tradicionalmente, deficitário em mel, o que o torna no quinto maior importador de mel da União Europeia – as importações são essenciais para colmatar a procura interna face à produção nacional limitada.

O setor apícola nacional valoriza-se pela qualidade do produto – principalmente mel de origem multifloral, biológico e com denominações de origem protegida – e pela importância ecológica das abelhas na manutenção da biodiversidade. Contudo, enfrenta desafios como a adulteração de mel importado, a concorrência desleal, questões fitossanitárias relacionadas com o manejo das abelhas e os impactos das alterações climáticas.

5.1. Evolução dos preços nos mercados mundial e europeu

Nos últimos anos, os preços globais do mel oscilaram de forma significativa, influenciados por fatores como excesso de oferta, processos *antidumping* nos EUA, inflação global e adulteração de produtos. Entre 2019 e 2021, o preço do mel teve tendência de alta devido à procura crescente e dificuldades logísticas resultantes da pandemia, com preços médios internacionais em torno de USD 3,80/quilograma a USD 4,50/quilograma para exportações de mel natural. No entanto, a partir de 2022, observou-se uma reversão desta tendência, com quedas pronunciadas sobretudo em 2023, quando o preço médio de exportação ficou próximo de USD 3,53/quilograma, reflexo de uma maior oferta internacional (nomeadamente da Ucrânia) e de investigações *antidumping* nos Estados Unidos, que reduziram as importações de países-chave como Argentina, Índia e Vietname.

O preço do mel na UE é diretamente dependente das flutuações do preço mundial que, como se viu, se caracteriza por uma grande instabilidade. Os preços do mel de países terceiros são consideravelmente mais baixos, muitas vezes devido a normas de qualidade e exigências higio-sanitárias menos rigorosas. Este fator leva a uma concorrência desleal, sublinhando a importância de um maior controlo da qualidade dos méis importados para sustentar o preço interno.

Na Europa, os preços médios do mel importado situaram-se em 2,23 euros/quilograma, em 2017, e têm mantido uma relativa estabilidade nos últimos anos, apesar das oscilações glo-

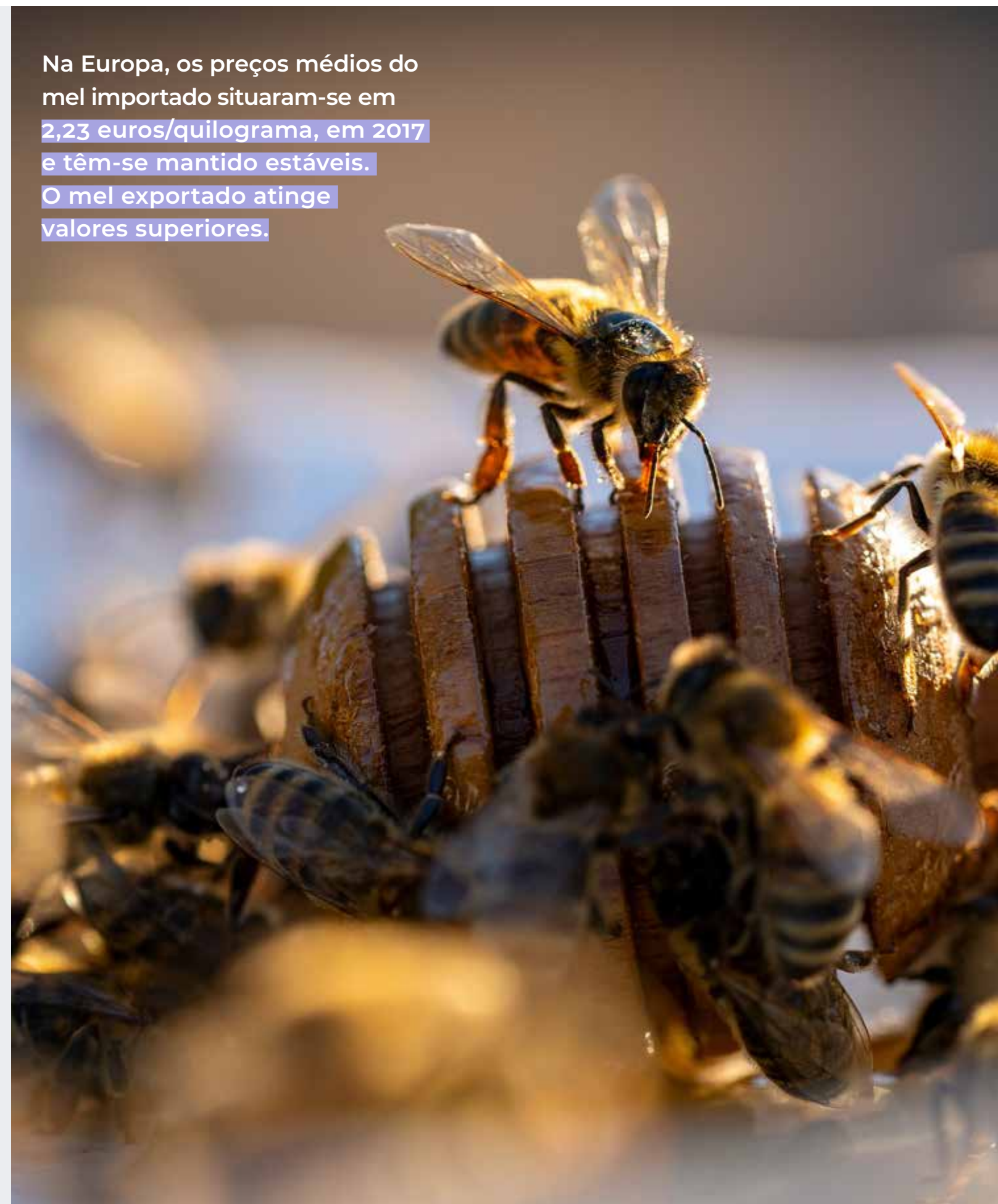
bais, enquanto o mel exportado atinge valores superiores (cerca de 5,69 euros/quilograma). Recentemente, alguns mercados europeus têm verificado uma ligeira valorização, sobretudo em méis monoflorais e de origem certificada, embora a larga oferta de mel importado e as adulterações continuem a pressionar os preços pagos ao produtor. O mercado global experimentou um pico de preços até 2021, seguido de forte queda nos últimos anos, num contexto marcado por excesso de oferta, competição desleal, volatilidade cambial e desafios regulatórios.

Os cenários de preço do mel para 2025, segundo os principais relatórios de mercado, apontam para uma trajetória de crescimento moderado, sustentado por um aumento do consumo mundial, valorização dos méis naturais e *premium*, e atenção à sustentabilidade.

Assim, num cenário base, prevê-se alguma estabilidade ou uma leve valorização dos preços, especialmente para méis de maior qualidade e origem certificada. A crescente procura por mel orgânico e biológico, além da adoção de tecnologias de rastreabilidade e de certificação, deve favorecer o segmento *premium* e garantir margens mais robustas.

A oferta global continuará pressionada por desafios como a adulteração de produtos, questões fitossanitárias relacionadas com as colmeias e as abelhas e eventos climáticos extremos (como a seca), mas espera-se que a consciencialização do consumidor mantenha o produto valorizado.

Na Europa, os preços médios do mel importado situaram-se em 2,23 euros/quilograma, em 2017 e têm-se mantido estáveis. O mel exportado atinge valores superiores.





06. Perspetivas e instrumentos de apoio

O setor apícola português, apesar dos seus pontos fracos (baixa profissionalização, custos de produção elevados e dependência do preço mundial), apresenta pontos fortes relevantes. Estes incluem a existência de um núcleo profissional, uma boa implantação de organizações locais que oferecem assistência técnica e um excelente potencial natural da subespécie autóctone (*Apis mellifera iberiensis*).

As oportunidades externas são notórias: a crescente consciencialização pública sobre a importância dos insetos polinizadores, as condições edafoclimáticas favoráveis para méis monoflorais de qualidade, e o interesse crescente da indústria farmacêutica e cosmética por outros produtos da colmeia (própolis e apitoxina).

6.1. Medidas-chave do Programa Apícola Nacional (PAN 2020-2022)

O Programa Apícola Nacional (PAN) 2020-2022 delineou a sua estratégia para responder às necessidades identificadas para o setor apícola nacional. Os objetivos específicos (OE) centram-se no reforço da organização da produção (OE1), na melhoria da sanidade e do manejo apícola para maior resiliência às ameaças (OE2) e na valorização do mercado e da sustentabilidade económica (OE3).

Entre as ações fundamentais apoiadas pelo PAN destacam-se:

- Assistência técnica aos apicultores (Ação 1.1.);
- Luta contra a varroose (Ação 2.1.), exigindo o cumprimento do Programa Sanitário Apícola (PSA);
- Combate à *Vespa velutina* (vespa-asiática) (Ação 2.2.), uma nova ação para mitigar esta ameaça;
- Apoio à transumância (Ação 3.1.) e aquisição de rainhas autóctones selecionadas (Ação 4.1.), para aumentar a produtividade e proteger a subespécie local.

O setor apícola, com o apoio contínuo do PAN, demonstra um caminho de profissionalização e valorização da qualidade, essencial para enfrentar os desafios de custos internos e a concorrência global.

6.2. Programa Nacional para Apoio ao Setor da Apicultura 2023-2027 (PEPAC B.1)

O Programa Nacional para Apoio ao Setor da Apicultura (PEPAC B.1) rege-se pelo novo quadro regulamentar da Política Agrícola Comum (PAC) para o período de 2023 a 2027, sendo financiado pelo Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA).

As intervenções do PEPAC B.1 têm múltiplos objetivos estratégicos, nomeadamente:

- **Modernização do setor:** Promover a partilha de conhecimentos, a inovação e a digitalização na agricultura e nas zonas rurais;
- **Biodiversidade:** Contribuir para travar e inverter a perda de biodiversidade e melhorar os serviços de ecossistema;
- **Competitividade e mercado:** Reforçar a orientação para o mercado e aumentar a competitividade das explorações agrícolas;
- **Saúde e alimentação:** Melhorar a resposta dada pela agricultura da União Europeia às exigências da sociedade no domínio da alimentação e da saúde.

Estas intervenções contribuem diretamente para o indicador de resultados R.35 do PEPAC (Preservação de colmeias).



O PEPAC Portugal inclui oito intervenções sectoriais no domínio da apicultura. Os apoios são dirigidos a Organizações de Produtores (OP), associações e cooperativas, unicamente se os apicultores abrangidos identificarem essa entidade na sua Declaração de Existências. As intervenções previstas, com os respetivos objetivos e formas de apoio, são:

6.2.1. Assistência técnica aos apicultores e organizações de apicultores

- **Objetivo:** Dotar as entidades beneficiárias de meios técnicos para reforçar a formação profissional, o aconselhamento e a transmissão de conhecimento aos apicultores.
- **Elegibilidade:** O beneficiário deve ter um técnico com grau de ensino superior em áreas relevantes, afetado à atividade apícola em, pelo menos, 40% do tempo de trabalho e que abranja, pelo menos, 200 colmeias.
- **Apoio:** Reembolso de custos elegíveis efetivamente incorridos. O nível de apoio é de 80% da despesa elegível, podendo atingir 90%.

6.2.2. Luta contra a varroose

- **Objetivo:** Promover a implementação eficaz do "Plano de Luta contra a Varroose" da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV).
- **Apoio:** Assume a forma de custos unitários por colmeia. O apoio destina-se à aquisição e distribuição de medicamentos veterinários (autorizados pela DGAV), ceras e à realização de análises anatomopatológicas.

- **Nível de apoio:** 70% dos custos unitários (podendo atingir 90%). No ano apícola de 2023, foi aplicada uma derrogação que reduziu em 40% os montantes de apoio para colmeias fora e dentro de zona controlada, exigindo apenas um tratamento.

6.2.3. Combate à Vespa velutina (vespa-asiática)

- **Objetivo:** Contribuir para a execução do Plano de Ação Nacional para a Vigilância e Controlo da *Vespa velutina*.
- **Tipologias elegíveis:** Inclui ações de combate e ações de prevenção e vigilância. As ações de combate envolvem a aquisição de material baseado no "Manual de Boas Práticas".
- **Nível de apoio:** As despesas com material de combate são apoiadas a 50% (máximo de 5.000 euros por beneficiário), enquanto a aquisição de equipamento para a prevenção e vigilância (em apiários sentinela) tem um apoio de 100% (máximo de 10.000 euros por beneficiário).

6.2.4. Apoio à aquisição de rainhas autóctones selecionadas

- **Objetivo:** Melhorar a produtividade e resiliência do efetivo, potenciando a proteção da subespécie autóctone *Apis mellifera iberiensis*, através do repovoamento com reprodutoras selecionadas.
- **Elegibilidade:** As rainhas devem ser adquiridas a centros de criação aprovados pela DGAV.

- **Apoio:** É concedido um custo unitário de 7,5 euros por rainha. O número máximo de rainhas apoiadas é limitado a metade das colmeias da candidatura, com um limite máximo de 3.000 euros de apoio por beneficiário.

6.2.5. Apoio à transumância

- **Objetivo:** Contribuir para a melhoria das condições de realização da transumância em contexto de eficácia e organização.
- **Despesas elegíveis:** Aquisição de serviços ou aluguer de equipamentos (como transporte, gruas, reboques ou plataformas de elevação) para as operações de transumância.
- **Nível de apoio:** 50% das despesas elegíveis (podendo ir até 90%), com um limite máximo de 10.000 euros por beneficiário.

6.2.6. Análises de qualidade do mel ou outros produtos apícolas

- **Objetivo:** Apoiar o controlo analítico para a monitorização e controlo de qualidade dos produtos, visando a profissionalização e orientação para o mercado.
- **Apoio:** Reembolso de custos com a realização de análises em laboratórios aprovados pela DGAV.
- **Nível de apoio:** 50% para OP (máximo 5.000 euros) ou 40% para associações e cooperativas (máximo 4.000 euros), ambos podendo ser majorados até 90%.

6.2.7. Melhoria da qualidade dos produtos apícolas

- **Objetivo:** Modernizar a cadeia de valor através de infraestruturas de extração e processamento mais eficientes.
- **Critério de qualidade:** Os projetos devem pressupor a melhoria da qualidade dos produtos apícolas através da certificação (Modo de Produção Biológico, Denominação de Origem Protegida (DOP), Indicação Geográfica Protegida (IGP) ou produção de méis monoflorais).
- **Apoio:** Destinado à aquisição de equipamento e à construção/remodelação de infraestruturas. O apoio máximo é de 40.000 euros para OP ou 32.000 euros para associações/cooperativas.

6.2.8. Apoio a projetos de investigação aplicada

- **Objetivo:** Modernizar o setor através da promoção de conhecimento e inovação, fomentando a cooperação com entidades de investigação.
- **Beneficiários:** Uniões, federações ou confederações em parceria com organismos públicos ou instituições de ensino superior.
- **Apoio:** Montante fixo por projeto, com valor máximo de apoio determinado pela Valia Global do Projeto (VGP). A VGP é calculada hierarquizando critérios como a continuidade de temas do programa anterior (PA), a interligação com outros projetos (I), a utilidade (U), o mérito da equipa (MO) e a divulgação de documentação (D).

Apicultura: a crise começa no mercado



Federação Nacional
dos Apicultores
de Portugal

A apicultura portuguesa está solidamente implantada em todas as regiões do país, incluindo nas Regiões Autónomas, sendo uma atividade económica capaz de providenciar rendimentos e, dessa forma, fixar as populações nos territórios de baixa densidade, ou seja, no mundo rural. Sendo completamente compatível com a conservação da natureza, a atividade apícola pode ser considerada um exemplo de emprego verde. Apostar na Apicultura é apostar numa atividade ambientalmente sustentável.

No entanto, a Apicultura portuguesa está hoje muito pressionada por fatores externos de difícil mitigação: além dos fenómenos relacionados com as alterações climáticas, trata-se de um mercado no qual as importações não são alvo de fiscalização.

Olhando para o clima, os longos e frequentes episódios de seca extrema e os fenómenos associados verificados no primeiro quartel do século XXI, como ondas de calor e incêndios rurais de elevada intensidade, têm impactado negativamente muitas explorações apícolas.

A adaptação do setor às alterações climáticas constitui um desafio enorme para os apicultores portugueses. A capacidade de mitigar os seus efeitos será tanto maior

quanto maior for a capacidade de adaptar o manejo apícola a uma nova realidade: (1) a Varroose é ainda o principal problema sanitário, mas é hoje necessário que o apicultor tenha capacidade para avaliar o seu impacto e tomar decisões sobre quando atuar, que medicamentos utilizar e quantos tratamentos realizar; (2) a suplementação alimentar das colmeias é já prática corrente, quer seja consequência da escassez de recursos devido à seca, quer seja pelo impacto da espécie invasora *Vespa velutina*; (3) a capacidade dos apicultores em diversificarem produções e rendimentos das explorações apícolas – já vai sendo expressiva a produção de pólen apícola, de própolis e de rainhas, por exemplo, mas são os serviços de polinização de culturas agrícolas, cuja procura tem vindo a crescer nos últimos anos, que maior impacto positivo têm no rendimento dos apicultores, e, por fim; (4) a valorização dos produtos apícolas, especialmente do mel nacional de que são *ex-líbris* os méis monoflorais de Rosmaninho (*Lavandula stoechas*) e de Urzes (*Erica spp*).

Certamente, será fácil perceber que esta adaptação necessita de ser acompanhada do devido investimento: proteger as colmeias da vespa implica investimento, diversificar produções obriga à aquisição de novos equipamentos e a valorização de produtos no mercado é um processo exigente e em que é preciso investir.

Mas como investir, se o rendimento dos apicultores está comprometido por gravíssimas falhas no mercado nacional de mel? Como

conseguirá um apicultor investir na atividade se hoje, com custos acrescidos, recebe menos pelo que produz do que recebia há cinco ou dez anos? E por que é que isto acontece? Porque Portugal está a demonstrar ser completamente permeável à fraude no mercado do mel.

Senão vejamos: em 2024, Portugal produziu 13.326 toneladas de mel. Nesse mesmo período, o país exportou 14.382 toneladas de mel. É mais do que produzimos. Como é isto possível?

A resposta pode parecer simples: porque importámos mais de 13 mil toneladas de mel. Mas quando olhamos para estas importações, duas coisas se destacam: o preço médio das importações foi de 1,54 euros/quilograma, e a sua origem – 7.444 toneladas vieram da China (a 1,12 euros/quilograma) e 1.421 da Índia (a 1,53 euros/quilograma).

Olhemos agora para as exportações: em 2024, Portugal exportou 12.580 toneladas de mel para Espanha a um preço médio de 1,54 euros/quilograma. Espanha é, no contexto da União Europeia, o segundo maior importador e, desde 2020, que Portugal passou a ser o seu maior fornecedor. Antes era a China.

Se comparamos 2024 com 2014, por exemplo, verificamos que nesse ano (2014) Portugal vendeu a Espanha 1.125 toneladas de mel a um preço de 2,46 euros/quilograma. Passaram-se dez anos, uma pandemia global e uma guerra que criou uma crise energética que fez subir os custos dos combustíveis e dos medicamentos veterinários.





Nesse mesmo período, Portugal sofreu duas secas extremas e vastas áreas do território foram devastadas por incêndios, conduzindo a uma crescente necessidade de alimentar as abelhas.

Atualmente, qualquer valor abaixo dos 3,50 euros recebido por quilograma de mel não remunera os apicultores nacionais. Não paga as despesas! Este mel que exportamos não é produzido em Portugal. É importado e reexportado!

E por que é isto preocupante?

Porque este mel chega a Espanha com origem "Portugal", o que é ilegal. De facto, alterar a origem do mel é proibido em qualquer circunstância, uma vez que na União Europeia existe legislação específica para o mel, a Diretiva 2001/110/CE. Esta define que o país de origem do mel é aquele em que o mel foi colhido e apenas esse. Esta legislação específica sobrepõe-se a qualquer outra, nomeadamente aquela que regulamenta a rotulagem dos géneros alimentícios (Regulamento n.º 1169/2011).

Acresce ainda que a União Europeia concluiu, em 2023, que mais de metade das importações de mel a partir da China são falso mel. Não se trata de mel, mas sim de falsificações altamente elaboradas e de difícil deteção laboratorial.

Trata-se, pois, de um esquema de triangulação da origem, onde mel originário da China, de baixíssima qualidade (ou mesmo fraudulento)

passa a ter como país de origem Portugal. Para além de enviesar o mercado nacional e estrangular o rendimento dos apicultores portugueses, corremos o risco de ver o mel com origem "Portugal" envolvido num escândalo alimentar.

É evidente a necessidade de se **reforçarem os mecanismos de controlo das importações de mel, especificamente a sua rastreabilidade**. Estes mecanismos são atualmente exigidos aos produtores nacionais sem que exista aparente reciprocidade nos restantes operadores da fileira, o que não é admissível e configura concorrência desleal.

A Apicultura portuguesa está em processo de transformação: atualmente 10% dos 11.471 apicultores existentes em Portugal vivem em exclusivo desta atividade, detendo 494.154 colmeias. Fizeram um enorme esforço para se profissionalizem e modernizarem as suas explorações. Por outro lado, a Apicultura portuguesa é hoje uma atividade económica cujas externalidades configuram um benefício para o país, na medida em que os apicultores (e as suas abelhas), são responsáveis pela polinização de muitas culturas agrícolas e de muita da flora silvestre autóctone.

Sendo praticamente consensual que o desaparecimento da atividade apícola e, consequentemente, da “força” polinizadora da abelha melífera, compromete o serviço de polinização ambiental, facilmente se compreende o enorme relevo da Apicultura para a sustentabilidade dos ecossistemas naturais e

dos ecossistemas humanizados. Sem Apicultura é mais difícil (senão impossível) manter saudável o património agrícola, ambiental e paisagístico do país, o qual tem um valor incalculável.

Quanto tempo mais vamos demorar a resolver o problema do mercado nacional de mel? A velocidade dessa reação pode determinar o futuro do setor em Portugal.



João Diogo Casaca
Secretário-Geral da Federação Nacional dos Apicultores de Portugal (FNAP)

PORTUGAL 2030

“Ir com tudo”

É agora. Passe
das palavras à ação.



Conte com o Millennium na candidatura
ao Portugal 2030 e aumente a competitividade,
inovação e sustentabilidade da sua empresa.

Saiba mais em millenniumbcp.pt
Banco Comercial Português, S.A.

Millennium
bcp Empresas



Créditos: LAC



Millennium volta a marcar presença em mais uma edição da “Lisbon AGRI Conferences”

Depois do sucesso das duas primeiras edições, em 2021 e em 2023, esta 3.ª edição da Lisbon AGRI Conferences (LAC) decorreu nos dias 4 e 5 de novembro e contou com o Alto Patrocínio do Presidente da República.

O Centro Cultural de Belém foi o novo ponto de encontro deste evento, numa edição que reuniu um conjunto de especialistas, nacionais e estrangeiros, de reconhecida competência, habilitados a falar sobre alterações climáticas, geopolítica, demografia, consumos alimentares, cadeias de distribuição, bem como sobre o direito e a responsabilidade de utilização da água.

Esta terceira edição beneficiou das experiências anteriores e apostou na partilha de conhecimento no agronegócio para estimular e

divulgar a rede de intervenientes, promovendo a responsabilidade e a sustentabilidade no setor agroalimentar.

Ao longo dos dois dias, foi possível debater os grandes desafios e oportunidades da agricultura moderna e global, contando com cerca de duas dezenas de intervenções.

O Millennium bcp associa-se a este evento enquanto principal Banco privado em Portugal, reforçando a presença junto dos *stakeholders* do setor primário, e reconhece que a LAC constitui uma excelente oportunidade para afirmar a parceria do Banco com a agricultura portuguesa que apresenta uma abordagem mais moderna e dinâmica, focada na inovação e na sustentabilidade, constituindo uma iniciativa central para quem trabalha e investe no setor.



LEASING MOBILIÁRIO

A economia Portuguesa conta consigo, saiba que pode contar connosco.

Leasing Equipamentos é no Millennium bcp.

O investimento das PME é a base de crescimento da economia nacional. E por esse motivo, queremos que saiba que dispomos das soluções adequadas à continuidade do negócio e incremento de competitividade.

O Leasing é uma excelente alternativa à aquisição de equipamentos necessários à atividade.

Millennium
bcp Empresas

A informação contida nesta *newsletter* tem caráter meramente informativo e particular, sendo divulgada aos seus destinatários como mera ferramenta auxiliar, não devendo nem podendo desencadear ou justificar qualquer ação ou omissão, nem sustentar qualquer operação, nem ainda substituir qualquer julgamento próprio dos seus destinatários, sendo estes, por isso, inteiramente responsáveis pelos atos e omissões que pratiquem. Assim, e apesar de considerar que o conjunto de informações contidas nesta newsletter foi obtido junto de fontes consideradas fiáveis, nada obsta que aquelas possam, a qualquer momento e sem aviso prévio, ser alteradas pelo Banco Comercial Português, S.A. (“Millennium bcp”). As perspetivas e tendências indicadas nesta newsletter correspondem a declarações relativas ao futuro baseadas numa multiplicidade de pressupostos e, como tal, envolvem riscos, incertezas e outros fatores que poderão determinar que os resultados efetivos, desempenho ou a concretização de objetivos ou resultados do setor sejam substancialmente diferentes daqueles que resultam expressa ou tacitamente desta newsletter. Por conseguinte, não pode, nem deve, pois, o Millennium bcp garantir a exatidão, veracidade, validade e atualidade do conteúdo informativo que compõe esta newsletter, pelo que a mesma deverá ser sempre devidamente analisada, avaliada e atestada pelos respetivos destinatários. Neste sentido, o Millennium bcp não assume a responsabilidade por quaisquer eventuais danos ou prejuízos resultantes, direta ou indiretamente, da utilização da informação referida nesta newsletter, independentemente da forma ou natureza que possam vir a revestir. A reprodução desta newsletter não é permitida sem autorização prévia.

Millennium
bcp Empresas

91 850 45 04 • 93 050 45 04 • 96 150 41 26 (chamada para rede móvel nacional) • + 351 21 004 24 24
(chamada para rede fixa nacional) • Atendimento personalizado disponível todos os dias das 08h às 22h, hora de Portugal Continental.
O custo das comunicações depende do tarifário acordado com o seu operador. Banco Comercial Português, S.A.,
registado no BdP sob o n.º 33; Sede: Praça D. João I, 28, 4000-295 Porto; Capital Social: 3.000.000.000 euros;
Número único de matrícula e de identificação fiscal: 501525882 (Conservatória do Registo Comercial do Porto).